

ZENIO FERREIRA EISENLOHR

**AGRICULTURA FAMILIAR E REPRODUÇÃO SOCIAL EM TOMBOS-MG:
ANÁLISE DE UM PROCESSO EMANCIPATÓRIO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2008

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

E36a
2008

Eisenlohr, Zenio Ferreira, 1970-

Agricultura familiar e reprodução social em Tombos –
MG: análise de um processo emancipatório / Zenio Ferreira
Eisenlohr – Viçosa, MG, 2008.
xi, 121f.: il. ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Alberto da Silva Jones

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 104-107.

1. Agricultura familiar - Tombos (MG). 2. Associações
agrícolas – Tombos (MG). 3. Agricultura familiar -
Estatísticas – Tombos (MG). 4. Tombos (MG) – Política e
governo. 5. Tombos (MG) – Condições econômicas –
Análise. 6. Extensão rural. I. Universidade Federal de
Viçosa. II. Título.

CDD 22.ed. 338.1

ZENIO FERREIRA EISENLOHR

**AGRICULTURA FAMILIAR E REPRODUÇÃO SOCIAL EM TOMBOS-MG:
ANÁLISE DE UM PROCESSO EMANCIPATÓRIO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 20 de novembro de 2008.



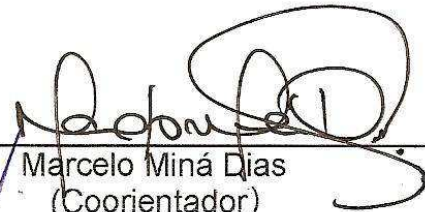
José Geraldo Fernandes de Araújo



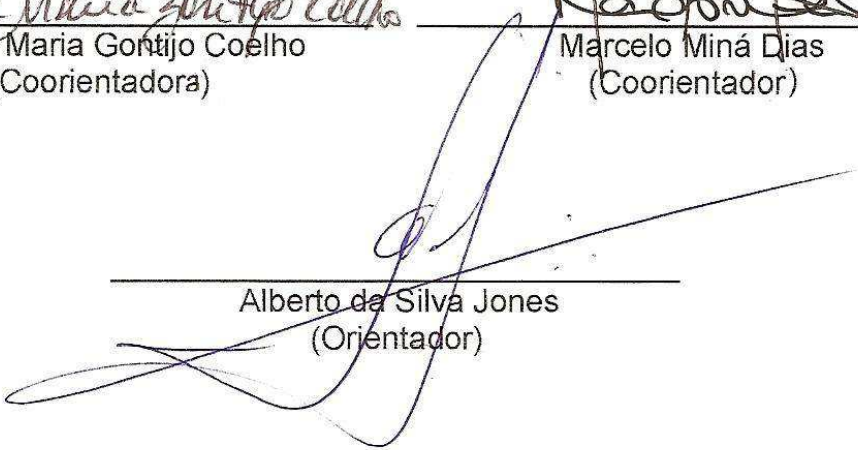
Patrícia Aurélio Del Nero



France Maria Gontijo Coelho
(Coorientadora)



Marcelo Miná Dias
(Coorientador)



Alberto da Silva Jones
(Orientador)

Aos meus pais Max (*in memoriam*) e Eny.
Ao meu irmão Maxwell (mano Trapa).
À minha esposa Lúcia e ao meu filho Pedro.
Aos grandes amigos Alberto Jones e Álvaro Couto.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Eny, ao meu irmão Trapa, à minha esposa Lúcia e ao meu filho Pedro "Fumaça", pelo apoio, pela paciência, pela compreensão e pelo carinho.

Ao meu mestre-orientador Alberto da Silva Jones, pelos ensinamentos da ciência, da política e da vida.

Aos amigos e colegas de Mestrado, Álvaro da Silva Couto, José Mário Riquelme – que muito contribuíram para a realização deste trabalho – e Jaime Rodrigo Miranda, companheiros de tantas e boas caminhadas.

À professora e coorientadora France Maria Gontijo Coelho, pela atenção e carinho dispensados a mim durante o Mestrado, em especial na elaboração deste trabalho.

Ao professor e coorientador Marcelo Miná Dias, pelas críticas e sugestões que muito enriqueceram o meu trabalho.

À professora Patrícia Aurélio del Nero, pelas valiosas sugestões para a elaboração final desta dissertação.

Aos pequenos agricultores de Tombos por mim entrevistados, pela generosidade com me receberam em suas casas e em seus locais de trabalho, contribuindo com seus depoimentos de forma valiosa para a realização deste trabalho.

À APAT, AMART e STR, que me concederam importantes e longas entrevistas, além de me permitirem o amplo acesso aos seus acervos documentais – elementos fundamentais para a construção deste trabalho.

Ao professor Ângelo Alves Carrara, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pelo valioso empréstimo da obra "A ocupação da região de Carangola", de autoria de Maria Cristina Boechat.

Ao prezado historiador Paulo Mercadante, por suas primorosas obras: "Os sertões do Leste" e "Crônica de uma comunidade cafeeira: Carangola – o vale e o rio", que muito enriqueceram esta Dissertação, e pela atenção com que me recebeu em seu escritório, na cidade do Rio de Janeiro.

Ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), com sede em Viçosa-MG, que me permitiu o acesso à sua biblioteca e ao seu acervo de documentos sobre o município de Tombos.

À Secretaria Municipal de Educação/Departamento de Cultura de Tombos, pelo empréstimo de importante material sobre a história do município.

Aos colegas da turma de Mestrado, pela parceria, pelo companheirismo e pela boemia ao longo de dois anos inesquecíveis.

Aos funcionários do Departamento de Economia Rural, em especial, Cida, Helena, Carminha e Graça – servidoras federais exemplares –, pelo carinho e pela atenção dispensados a mim durante o Mestrado.

Ao Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, pelo apoio a este trabalho.

À CAPES, pela concessão de bolsa, com a qual pude me dedicar com afinco à execução desta pesquisa.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE FIGURAS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Considerações gerais e fundamentos	1
1.2. Relevância do estudo	14
1.3. Objetivos da investigação	15
1.3.1. Geral	15
1.3.2. Específicos	15
1.4. Metodologia e técnicas de levantamento e análise	16
1.4.1. Perspectiva da abordagem geral	16
2. CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA DE TOMBOS	18
2.1. Esboço histórico	18

	Página
2.1.1. Tombos: origem e povoamento	18
2.1.2. A propriedade fundiária e as relações de trabalho	28
3. O DEBATE DA AGRICULTURA FAMILIAR E O PROBLEMA DESTE ESTUDO	36
3.1. Considerações gerais	36
3.2. Debate atual da agricultura familiar: breve revisão	39
3.3. Agricultura familiar <i>versus</i> agricultura patronal: o debate	50
4. PANORAMA ATUAL DA AGROPECUÁRIA EM TOMBOS – 1980 A 2006	54
4.1. Caracterização regional: geográfica, econômica e social	54
4.2. A estrutura fundiária em Tombos	60
4.3. A agricultura familiar em Tombos	66
5. AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS DESAFIOS EM TOMBOS	71
5.1. Características gerais da organização política, econômica e da vida familiar – STR, AMART e APAT	72
5.1.1. APAT: um breve histórico	80
5.1.2. APAT: estrutura, funcionamento e atuação	83
6. CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICES	108
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas	109
APÊNDICE B	113
APÊNDICE C	118

LISTA DE TABELAS

		Página
1	Exportação da produção mercantil em 1907 (kg e litros) pelas estações da Estrada de Ferro Leopoldina e Central do Brasil .	27
2	Caracterização da agricultura patronal e da agricultura familiar (Projeto FAO/INCRA)	52
3	População de Tombos: 1970-2000	59
4	Grupos de área total (ha), Tombos-MG	61
5	Número de estabelecimentos por estratos de área e área média, segundo os grupos de área total (em ha), Tombos-MG	62
6	Número de estabelecimentos por estratos de área e área média, segundo os grupos de área total (em ha), Brasil	62
7	Tombos: estabelecimento, área, valor bruto da produção (VBP) e financiamento total (FT) – percentual	67
8	Brasil: estabelecimento, área, valor bruto da produção (VBP) e financiamento total (FT) – percentual	67
1B	Plano de safra 2007/2008 – condições do crédito rural do PRONAF	113
1C	Tombos-MG: número de estabelecimentos por estratos de área – categorias familiares por tipo de renda e patronal	118

		Página
2C	Tombos-MG: área por estratos de área – categorias familiares por tipo de renda e patronal	119
3C	Tombos-MG: número e percentagem de estabelecimentos “familiar” e “patronal” por estratos de área	120
4C	Tombos-MG: percentagem da área total ocupada pelos estabelecimentos “familiar” e “patronal” por estratos de área ..	121

LISTA DE FIGURAS

		Página
1	Localização da Zona da Mata no Estado de Minas Gerais	57
2	Localização do município de Tombos no Estado de Minas Gerais	57
3	Localização de Tombos na região Sudeste	58
4	Frequência das fontes de renda das 178 famílias fornecedoras da APT no ano de 2000	68
5	Culturas que compõe a renda das 178 famílias fornecedoras da APT no ano de 2005	69
6	Renda das famílias fornecedoras da APAT	88
7	Tamanho da terra das famílias fornecedoras da APAT	88
8	Relação com a terra das famílias fornecedoras da APAT	89
9	Acesso ao PRONAF pelas famílias de agricultores familiares de Tombos e Pedra Dourada	89

RESUMO

EISENLOHR, Zenio Ferreira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2008. **Agricultura familiar e reprodução social em Tombos-MG: análise de um processo emancipatório**. Orientador: Alberto da Silva Jones. Coorientadores: France Maria Gontijo Coelho e Marcelo Miná Dias.

Esta investigação ocupa-se da análise do processo de desenvolvimento e estruturação da agricultura mercantil simples, fundada na mão-de-obra familiar, em caráter associativo, no município de Tombos, Minas Gerais. Trata-se de discutir, neste contexto, as perspectivas de reprodução econômico-social e de desenvolvimento desta forma de atividade exercida por uma parcela específica de agricultores, tendo por referência as propostas e os projetos, tais como apresentados e desenvolvidos por associações e órgãos de organização, apoio ou fomento à agricultura familiar no município. Em especial a experiência desenvolvida pela Associação dos Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais de Tombos (APAT) e da Associação das Mulheres Agricultoras e Trabalhadoras Rurais de Tombos (AMART). Privilegia, fundamentalmente, o processo histórico-econômico de sua gênese e desenvolvimento, tal como engendrado desde as duas últimas décadas do século passado, e que vem resultando num processo emancipatório em relação ao processo de reprodução econômica e social destes atores sociais.

ABSTRACT

EISENLOHR, Zenio Ferreira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, November, 2008. **Family farming and social reproduction in Tombos-MG: analysis of an emancipating process.** Adviser: Alberto da Silva Jones. Co-advisers: France Maria Gontijo Coelho and Marcelo Miná Dias.

This investigation deals with the analysis of the process of development and structure of simple mercantile agriculture, based on family labor and of associative character, in the municipality of Tombos, Minas Gerais. Within this context, the perspectives of social economic reproduction and development of this type of activity developed by a specific number of family farmers are discussed, based on the proposals and projects presented and developed by associations and organs organizing, supporting or financing family farming in this municipality. Special attention was given to the experience developed by the Association of the Family Farmers and Rural Workers of Tombos (APAT) and of the Association of Female Family Farmers and Rural Workers of Tombos (AMART). It, fundamentally prioritizes the historical- economic process of their genesis and development, as engendered since the last decades of the past century, and that has resulted in an emancipating process in relation to the economic and social reproduction process of these social actors.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações gerais e fundamentos

Este estudo, fundamentado em uma investigação de caráter empírico e analítico, teve por objetivo estudar, caracterizar, descrever e interpretar o problema da formação e do desenvolvimento do processo das formas da “agricultura familiar” no município de Tombos, com especial ênfase na sua configuração atual. Entende-se por configuração atual as transformações nas formas de organização e implementação da agricultura familiar mercantil desde as últimas décadas do século passado aos dias atuais.

Discute e analisa, neste contexto, as perspectivas de reprodução econômico-social e de desenvolvimento desta forma de atividade exercida por uma parcela específica de agricultores, tendo por referência as propostas e os projetos, tais como apresentados e desenvolvidos por associações de produtores e órgãos de organização e apoio à agricultura familiar no município.

Em especial a experiência desenvolvida pela Associação dos Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais de Tombos (APAT) e da Associação das Mulheres Agricultoras e Trabalhadoras Rurais de Tombos (AMART), que têm a sua origem na mobilização e organização dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais de Tombos (MG) a partir dos anos de 1980.

Analisa perspectivas e alternativas que se apresentaram a estes agricultores e produtores rurais de Tombos, considerando-se a trajetória histórica e concreta da estruturação desta *forma* de pequena produção mercantil, por um lado; e, por outro, os projetos levados a cabo, na atualidade, por essas instituições de apoio existentes no município. Ou seja, estuda o desenvolvimento da agricultura familiar de Tombos, como produto e resultante de um processo histórico-social de longa duração.

Partindo-se destas perspectivas, procura explorar as possibilidades concretas da transição e possibilidade para a agricultura dita familiar no município. Quais as perspectivas e condicionantes que interferem e influenciam neste processo de transição de estruturação deste modo de produção rural e nos projetos pensados por essas instituições que se propõem a apoiá-la.

Em suma, quais as limitações e possibilidades teóricas e concretas para o sucesso ou fracasso destas iniciativas de organização da produção familiar em Tombos?

Eis as questões fundamentais que informam e orientam este estudo. Estas questões serão analisadas, respondidas e interpretadas a partir da análise objetiva da experiência desenvolvida junto a este conjunto de produtores imediatos pela APAT e pela AMART: desde o início de suas atividades aos dias atuais.

O dado concreto que se pode observar, historicamente, a este respeito em Tombos é que a categoria “agricultura familiar” – tal como conceituada pelos órgãos oficiais, pela legislação e algumas associações de apoio existentes – não é suficiente para dar conta da diversidade, complexidade e especificidades deste tipo de produção e reprodução social, porque neste processo muito mais que a forma familiar está em jogo a incorporação de forças produtivas e de relações de produção avançadas. Daí a importância das iniciativas da APAT e da AMART como iniciativas autônomas dos produtores, apesar das tentativas de enquadramento institucional em quadros de referências ultrapassados do ponto de vista da Economia Política, muito particularmente em suas formas liberal-keynesiana e neo-liberal que predominaram durante toda a segunda metade do século XX e inícios do atual. Especialmente neste tópico é que este estudo pretende, se os dados o permitirem, trazer algumas contribuições para o debate científico.

A contribuição que se pretende trazer com esta investigação toma como ponto de partida a seguinte proposição: a categoria “agricultura familiar”, tal como definida e utilizada pela legislação brasileira e conceituada pela FAO-IN CRA e adotada pelos órgãos oficiais e algumas associações, é uma categoria fundamentalmente instrumental e arbitrária. Isto é, puramente formal.

Isto significa que ela se além do ponto de vista aqui argüido, às características exteriores das atividades dos produtores e do processo de produção imediata, privilegiando a família. Por esta razão é que surge o seguinte problema, originário do equívoco original da construção desta “categoria” de análise: na realidade e objetivamente, pode-se observar nesta “categoria” “agricultura familiar”, tanto unidades produtivas de baixa tecnologia e produtividade, quanto o seu contrário. Portanto trata-se uma categoria paradoxal. Por isso insuficiente para o desenvolvimento de qualquer análise científica. Embora se preste e muito bem a especulações *políticas* e ideológicas de toda ordem.

Este é um complicador que fere o princípio mais elementar dos fundamentos empíricos da explicação sociológica – ou da ciência social em geral. A crítica epistemológica é muito simples, elementar mesmo: o que diferencia um tipo do outro? Evidentemente não é o seu caráter familiar. Se não é este “caráter familiar” (na verdade isto é apenas uma forma) esta variável é falsa *in casu* e, por isto mesmo não dá conta do processo. Não pode esclarecer e menos ainda explicar nada a seu respeito. É um equívoco epistemológico. Ou seja, epistemologicamente é uma asserção falsa para o caso. É neste contexto epistemológico e metodológico que se situa a contribuição que este estudo pretende trazer ao debate científico: a sua crítica.

Em suma, o que tem que ser explicado não é fato de ser possível observar, na agricultura, a presença da atividade familiar tanto na agricultura de baixo rendimento e produtividade quanto em atividades produtivas extremamente avançadas e especializadas, de altíssima produtividade. Logo o *approach* tem que ser exatamente o contrário: explicar a persistência (ou mais exatamente o “re-aparecimento”) da família no âmbito de uma agricultura fortemente integrada no âmbito da economia capitalista; em oposição à

histórica e economicamente ultrapassada (pela produção capitalista) agricultura familiar, independentemente de sua “forma” jurídica¹.

Se não é família o que distingue a agricultura de alto desempenho da de baixo desempenho (porque ambas, por motivos, como se verá, exatamente opostos têm asseguradas as suas formas de existência), deve-se, do ponto de vista da ciência, procurar identificar outras variáveis, ou cadeias de causalidade que explique a sua persistência ou a sua reestruturação em contextos econômicos e de produtividades extremamente diversos.

Para uma resposta elementar e introdutória a esta questão uma coisa pode-se afirmar de saída: a produtividade do trabalho nos dois casos é profundamente diferente. Em um caso, baixa; no outro, bastante elevada. Este fato indica que a diferença está noutro lugar e que deve ser originária de outras variáveis ou componentes do processo de reprodução econômico-social dos agricultores e da agricultura no âmbito da reprodução da economia capitalista e da agricultura dentro desta. Não exatamente na família.

Continuando este caminho metodológico e racional – científico – para analisar este fenômeno e, mais que isto, este processo de transição de uma agricultura de baixo desempenho para outra, eficiente ou de alto desempenho, ter-se-ia que investigar o que faz com que em um caso a produtividade do trabalho seja elevada e no outro caso, o inverso².

Novamente, a menos que se arguam fatores naturais de clima ou de localização nos hemisférios do globo – os do Norte (eficientes) e os do Sul (deficientes); ou, de ordem genética, cultural, raciais, etc. – coisa que evidentemente nenhum cientista estaria disposto a admitir, trata-se de fatores, ou melhor, de variáveis históricas e sociais. Para utilizar uma expressão consagrada pela ciência, à possibilidade ou não de incorporação dos resultados do progresso científico e técnico e da divisão social e funcional (técnica) do trabalho. Neste caso a hipótese da categoria “familiar” está objetivamente eliminada. Ou seja, as diferenças não se devem, em nenhum

¹ Que são transformadas pelo capitalismo não importando, como diz Marx, a sua forma jurídica (MARX, 1981).

² Até porque se pode observar latifúndios e até empreendimentos ditos empresariais que, do ponto de vista da produtividade do trabalho, embora não sejam “familiares” caracterizam-se pelo baixo rendimento, ainda que se considere a “racionalidade” econômica do capital: isto é, a produtividade; o lucro. A maximização do valor. Tudo isto indica que a categoria a ser analisada tem que se reportar aos modos de produção, ou seja, a concretude do processo de produção.

sentido, à forma familiar de fazer agricultura. Aliás, esta é uma conclusão que encontra concordância, por exemplo, entre os três maiores clássicos da sociologia: Karl Marx³, Émile Durkheim⁴ e Max Weber⁵ e da economia política.

Estes autores (como antes Adam Smith⁶, David Ricardo⁷ e outros economistas políticos) argumentam que em função do desenvolvimento da divisão técnica e social do trabalho e o conseqüente desenvolvimento das especializações o processo produtivo tornou-se complexo e integrado engendrando uma dupla revolução: Na produtividade e nos processos de realização (comércio, transportes, etc.), dando origem à formação e desenvolvimento do moderno mercado mundial. Neste novo contexto não era mais possível à família, mesmo à família extensa (que inclui além dos filhos, os genros primos, etc.) ter condições, objetivamente, de atender às necessidades de mão-de-obra em função das novas **exigências** de especialização e menos ainda de amplitude do processo de produção.

Por isto dá-se a separação entre o negócio e a família. Por isto também, o que é ainda mais importante, a escravidão (de famílias desmembradas e submetidas ao trabalho compulsório) também não tinha condição objetiva de atender àquelas novas exigências do processo de produção.

Tudo isto significa que a mão-de-obra deixa de ser “stock” (como na família e na escravidão) e passa a ser “fluxo”, móvel, movimento, uma mercadoria, uma “coisa”, como qualquer outra, articulada à produção e circulação de mercadoria. Uma mercadoria, humana, que tem que ser produzida de acordo com a especialização do processo produtivo, como um equipamento qualquer, como uma matéria prima semimanufaturada. Fato evidenciado não apenas nas especializações profissionais e acadêmicas que as acompanham como a sua desagregação, tanto para cima como para baixo na antiga escada da formação universitária.

Como fica claro na atualidade, como um componente no processo de montagem de produtos industriais que deslocaliza e dinamiza a produção

³ Marx (1975 e 1981).

⁴ Durkheim (Divisão social do trabalho).

⁵ Weber (Economia e sociedade, Ética protestante etc.).

⁶ Adam Smith (A riqueza das nações).

⁷ David Ricardo (Princípios de economia e tributação).

mercantil avançada, através de amplas cadeias produtivas articuladas, fundamentalmente, pelas Bolsas de Mercadorias e Futuros e para integração avançada e internacional do trabalho.

Como se pode observar por estas observações bastante gerais, reduzir toda esta complexidade que re-organiza e modifica profunda e radicalmente tanto os processos produtivos como todas as relações sociais de produção e, no interior destas, as mercantis e familiares; a uma simples e genérica “produção familiar” contribui muito mais para confundir do que esclarecer a questão.

Por estas e outras razões, que serão desenvolvidas ao longo da análise, o referencial teórico e metodológico que orientará esta investigação parte da noção, categoria ou configuração mais ampla e concreta: a da **produção mercantil simples**.

Trata-se da categoria analítica de produção mercantil simples (traduzida na fórmula M-D-M' – mercadoria-dinheiro-mercadoria) formulada por Marx (1981), em vez de simplesmente “produção familiar”.

Na produção mercantil simples, como a própria representação acima indica, o produtor imediato trabalha fundamentalmente para sua subsistência. Esta situação objetiva é engendrada em função das forças produtivas que dispõe ou “pode” dispor (portanto de baixa produtividade do trabalho). Entretanto, como detém a posse da terra e alguns instrumentos de produção, sempre gera um pequeno “excedente” – sobre seu consumo básico. É este pequeno excedente sobre o seu consumo básico, sobretudo alimentar e artesanal é que leva ao mercado para trocá-lo por outros bens necessários à complementação deste consumo. Trata-se, portanto de sua subsistência, da reprodução familiar⁸. O mercado, neste caso, é apenas complementar à sua reprodução econômico-social, não determinante. A relevância científica desta categoria está em explicitar os fundamentos originários do mercado e da produção mercantil.

Nos parágrafos acima se fez referência à categoria analítica da produção mercantil simples em oposição à produção agropecuária voltada para

⁸ O que inclui não apenas as pessoas da família, mas as suas condições de existência e de trabalho: a casa, a roça e os instrumentos de trabalho. Todos estes componentes têm que ser reproduzidos e representam a subsistência da família.

o mercado no sentido da economia capitalista⁹. A primeira, histórica e economicamente, caracterizando-se pela produção de valores-de-uso – isto é, produtos voltados para o consumo imediato da família dos produtores diretos – sejam alimentos, objetos artesanais – utensílios, roupas ou instrumentos de trabalho, etc. Trata-se de “excedente” (das sobras) sobre este consumo imediato da família que é levado ao “mercado” em sua forma mais simples – à feira local – onde são trocados por outros valores-de-uso sobrantes de outros produtores similares, mas necessários ao suprimento das necessidades não atendidas pela sua produção imediata. Trata-se, fundamentalmente, da troca de produtos que foram produzidos como valores de uso. Portanto, não de mercadorias. Apesar disto, esta forma de transação elementar traduz-se, para os produtores como uma tomada de consciência das possibilidades de ampliar a produção destas sobras, com o objetivo de trocá-las para atender as suas diversas necessidades de bens e serviços cada vez mais diversificados. Por isto, histórica e socialmente esta é a fonte original das mercadorias e do mercado: daí ser denominada de produção mercantil simples. Mas esta transformação não depende da vontade destes produtores, nem de suas famílias e, menos ainda de possuírem determinadas condições de produção; mas do seu revolucionamento. Isto é, da sua transformação.

No segundo caso, a produção mercantil capitalista tem-se que, em função da ampliação da produção e das trocas, os produtores passam a produzir primordial e prioritariamente para a troca. Ou seja, os produtos que eles levam ao mercado não são simples sobras sobre o seu consumo doméstico. Trata-se de mercadorias, isto é, produtos que foram produzidos não para o consumo dos produtores, mas para a troca. As mercadorias não são produzidas para atender ao consumo dos produtores imediatos, mas de outros produtores. Isto é, elas só têm valor de uso para terceiros. Para o produtor imediato a única utilidade que seu produto tem é o valor-de-troca: a possibilidade de ser trocado valores que possam ser trocados por outras mercadorias.

É neste contexto histórico-econômico que se pode compreender o caráter fundamental do processo de produção e, dentro dele, o da família

⁹ Porque, como ficou esclarecido, conceituar o produtor imediato de “familiar” não caracteriza objetivamente o caráter do seu processo de produção imediata.

produtora. Ou seja, o processo de produção pode ser desenvolvido, direta (ou, registre-se, indiretamente), pela família por, no mínimo, duas razões ou condições concretas diametralmente distintas e opostas no tempo ou no espaço econômico-social:

1. Em face da pobreza dos produtores diretos, que não lhe permitem mobilizar outros meios de produção e, menos ainda contratar trabalhadores assalariados.
2. Mas pode também, como acontece nos países de capitalismo avançado no mundo atual ocorrer por motivos exatamente contrários aos acima: por se tratarem de produtores que, dada a sua condição econômica e, sobretudo, financeira, têm a possibilidade concreta de adquirir mão-de-obra e meios técnicos de produção no mercado de trabalho e implementos e tecnologia agropecuária. Mais ainda: podem integrar-se de tal forma à cadeia produtiva, que basta a utilização da mão-de-obra da família ou de parte dela para gerir e executar parte do processo de produção imediata.

Este último caso pressupõe necessariamente uma “*previous accumulation*”. E que o excedente econômico da produção seja de tal magnitude que possa reproduzir este tipo de produtor. Isto é, que as trocas mercantis com os produtos industriais e serviços sejam suficientes para repor suas condições de produção (a empresa) e de existência (a família). O que supõe a reprodução ampliada.

Assim, o processo de integração ou deslocalização da produção significa, objetivamente, que a aquisição e uso da maior parte do trabalho necessário (seja humano ou trabalho morto – equipamentos, máquinas¹⁰ etc.) dilui-se na cadeia produtiva, beneficiando-se da integração econômica.

Esta integração, produto do desenvolvimento avançado e atual do mercado mundial – a mundialização¹¹ – é que torna possível uma nova ordem econômica e social mundial que vem revolucionando (transformando radicalmente) as relações sociais de produção e propriedade. Logo, também as

¹⁰ Cujo valor cai sistematicamente com a redução do tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução além de aumentar a sua eficiência, ampliando assim a produtividade do trabalho humano: as forças produtivas sociais.

¹¹ Terminologia mais adequada para dar conta deste processo do que o conceito vulgarizado de “Globalização” (in François Chesnais, Mundialização do capital).

relações reprodutivas no seio da economia e da sociedade, portanto, revolucionando as formas de existência e trabalho das “antigas¹²” famílias¹³.

Como se pode antever por estes comentários que serão tratados ao longo deste trabalho, reduzir a complexidade deste processo à simples noção de agricultura familiar é insuficiente, teórica e praticamente. Não é suficiente para dar conta das especificidades, da complexidade e da riqueza histórica e social deste processo.

Embora possa ser útil do ponto de vista instrumental, por exemplo, para classificação de candidatos ao apoio técnico e creditício decorrentes de “políticas públicas”; mas não se pode confundir a “facilidade” classificatória e utilidade instrumental, com a ciência e, menos ainda com a identificação e diagnóstico científico da agricultura de baixa produtividade e da pobreza rural.

Por estas razões de cunho estritamente teórico e metodológico é que será trabalhada a categoria marxiana da produção mercantil simples em lugar do conceito de agricultura familiar. Por se entender que o conceito de agricultura ou produtor familiar, apesar de ser instrumentalmente útil, não é científico além de ser demasiadamente geral e vago para dar conta das especificidades, da variedade e, sobretudo, da complexidade do processo de transição da agricultura no âmbito do desenvolvimento das formações econômico-sociais capitalistas.

Defende-se, neste trabalho a hipótese teórica, tal como delineada nos parágrafos anteriores de que, **antes de referir-se a “produção familiar”, trata-se, necessariamente, de produção mercantil simples**. Exatamente por ser desta natureza é que a simples contribuição da mão-de-obra da família do produtor, geralmente, é suficiente para executá-la.

Esta “forma” de unidade de produção, no caso em questão de Tombos¹⁴, é caracterizada pela agricultura de pequena escala (ou “camponesa-artesanal” e manufatureira, historicamente falando). Até porque, como é fácil

¹² Vale a pena analisar a crítica à “família” proletária feita por Marx e Engels em O Manifesto do Partido Comunista de 1848 (MARX; ENGELS, 2006).

¹³ Substituindo a família camponesa, pela proletária; as dos antigos “cortesãos, serviçais e intelectuais” em camadas médias das classes subalternas; e dos comerciantes e proprietários, em membros da Burguesia em seus diversos estratos na formação social capitalista (JONES, 2002).

¹⁴ Porque, como se registrou acima, também pode ser caracterizada pela incorporação dos avanços técnicos e sociais: quer dizer, pela extrema divisão técnica e social do trabalho que tem sido definida como agricultura integrada e, economicamente, como “economia de contratos”. Ou seja, caracterizada e, sobretudo possibilitada pela incorporação de tecnologia avançada e integração ao mercado global.

observar empiricamente, parte da reprodução da família, como a aquisição de roupas e muitos utensílios domésticos, etc., não são produzidos pela família, mas adquiridos no mercado. Evidentemente na forma mercantil, ou seja, pela compra em dinheiro. Mas trata-se da aquisição de poucos produtos, portanto, cujos valores-de-troca – em dinheiro, no caso – são adquiridos pela comercialização de seus poucos produtos no mercado local. Esta *forma* de unidade produtiva na agricultura pressupõe, histórica e concretamente, baixo desenvolvimento das forças produtivas materiais e da produtividade social do trabalho deste tipo de produtores imediatos. Daí a predominância da mão-de-obra familiar e de seu baixo rendimento: dadas as limitações de remunerar os “fatores materiais” da produção e, também, com mais razão ainda, a mão-de-obra assalariada. Geralmente tal condição de produção mal permite remunerar a própria mão-de-obra da família¹⁵.

Trata-se, além disto, de uma economia objetivamente dependente, sobretudo, das condições naturais da produção (variações edafoclimáticas e da força física da tração mecânica ou animal, além do trabalho físico e intelectual do produtor imediato e de parte de sua família).

Esta forma de produção, por todas estas razões, apresenta, geralmente, um caráter extensivo, mecânico e rudimentar. Numa expressão, de baixo rendimento: produção mercantil simples, portanto. O curioso é que se pode incluir, quanto a esta dimensão extensiva e de baixa produtividade, por exemplo, o chamado “latifúndio por extensão” e, em muitos casos, o “latifúndio por exploração”¹⁶: portanto situações concretas radicalmente distintas daquilo que geralmente tem sido definido como “agricultura familiar”.

Esta agricultura de pequeno rendimento é, sobretudo, como registrou Marx, dificultada, também, além de todas estas restrições acima indicadas, pela ausência da propriedade da terra¹⁷. Quando muito estes produtores imediatos detêm a posse (raramente a propriedade, quer dizer, o título) de lotes pequenos e que apenas poderiam ampliar seu rendimento mediante a inversão

¹⁵ Por isto, boa parte desses produtores busca sazonalmente, empregos para completar a sua renda familiar. Isto é, suas necessidades de reprodução econômica e social – sua sobrevivência.

¹⁶ Ver a este respeito Jones (2007) e, mais precisamente, a Lei 4504 – O estatuto da Terra.

¹⁷ “A condição mais vantajosa, a condição para que seu modo de produção floresça” (MARX, livro III, op. cit.). Como se pode registrar no caso de Tombos, onde a maioria destes pequenos agricultores, assim como no Brasil em geral, não detêm a propriedade da terra: são posseiros, parceiros e, na pior situação, pequenos arrendatários, geralmente com contratos de arrendamento de curtíssimo prazo. Fato registrado nos dados desta pesquisa.

na utilização do progresso técnico, que não têm a condição de remunerar. Registre-se, sequer com financiamentos uma vez que não podem oferecer a terra como garantia, exatamente por não serem proprietários, ou seja, não possuírem o Título de Propriedade, juridicamente exigido.

É neste contexto que iniciativas como o PRONAF e o microcrédito, efetivamente, reduzem alguns dos problemas fundamentais que limitam e, muitas vezes, impossibilitam o desenvolvimento destes produtores. No mesmo sentido atuam as cooperativas e, sobretudo as associações autônomas destes produtores, como é o caso da APAT e AMART aqui analisados.

Por outro lado, geralmente, quando se trata de parceiros ou meeiros, torna-se ainda mais limitada as suas condições e possibilidade de produção ou existência na medida em que, necessariamente, têm de arcar com a renda da terra¹⁸; ainda que seja em forma da entrega de parcela da sua produção ou tempo de trabalho. Se esta renda for paga em dinheiro certamente arruinará, em poucos anos esses agricultores, reduzindo-os à condição de proletários¹⁹.

Por todas estas razões objetivas pode-se afirmar que se trata, sobretudo, de produção de subsistência – quando o produtor vende parte da sua produção, o faz para completar, isto é suprir parte das suas necessidades básicas, sobretudo pela aquisição de produtos que não produz; nem pode produzir. Ou seja, para adquirir bens e produtos complementares à satisfação de suas necessidades sociais totais. Por isto, não se trata, verdadeiramente, de uma economia mercantil em termos de transações com excedente econômico.

Isto significa que o processo de trocas não visa à realização e, ou, acumulação de valores, mas a aquisição de valores-de-uso. Portanto não se trata, ainda menos, de um sistema mercantil desenvolvido²⁰.

Embora a produção mercantil simples seja, historicamente, o embrião das trocas, pode-se afirmar que toda a produção reduz-se, em última instância, à produção e troca de valores-de-uso: destinada à satisfação das necessidades familiares dos produtores imediatos²¹. Não à produção de mercadorias: isto é, produtos destinados ao mercado.

¹⁸ Idem e também capítulo XX (A gênese da renda fundiária capitalista).

¹⁹ Ver Jones (1987), op. cit..

²⁰ Este raciocínio, originalmente desenvolvido por Marx em O Capital foi realçado por Chayanov (1979).

²¹ Ver a respeito destas especificidades conceituais e histórico-concretas, Marx (1981b), Kautsky (1972), Chayanov (1979), Lamarche (1993), entre muitos outros estudiosos.

Este breve registro teórico geral – que será aprofundado, discutido e fundamentado no corpo das análises desenvolvidas neste estudo – é suficiente para indicar a necessidade de um *approach* de caráter histórico-sociológico. Um estudo que não se atenha apenas a características formais (das formas de organização da produção e das atividades, etc.) e ao momento atual, como fenômeno. Mas que o procure analisar na perspectiva do longo processo histórico e social de sua gênese, diferenciação estrutural e desenvolvimento econômico e social. O processo de transição, em última instância, de uma economia natural para uma economia social, fundada sobretudo na ampliação da produtividade do trabalho humano pela intersecção de insumos, instrumentos e meios de trabalho.

Por esta razão, a proposta desta pesquisa procura informar, ainda que exploratória e superficialmente o processo histórico da formação econômica e social do município de Tombos.

Procura recuperar, em linhas gerais, o processo de ocupação econômica e de povoamento tendo por referência histórica as formas de organização da existência social e os seus fundamentos históricos e materiais concretos. Estas referências contribuem para qualificar a análise da configuração contemporânea da agricultura no Município, especialmente quanto à formação e atuação da APAT e da AMART²², formas de organização desenvolvidas por estes agricultores e que ocupa o centro, o foco desta análise.

Sem a introdução desta perspectiva metodológica (e epistemológica) qualquer afirmação acerca da conjuntura atual da “agricultura familiar” ou da produção mercantil simples na agricultura de Tombos e de suas articulações com algum suposto processo de desenvolvimento, que se fizesse neste trabalho, assumiria uma perspectiva técnico-instrumental que, embora pudesse ser importante, não seria necessariamente, científica: fundamentada em termos de cadeias de gênese, estruturação e causalidade.

As *formas* de organização – técnica e econômico-social – dos processos de produção imediata em Tombos serão estudadas não apenas

²² O que não quer significar que a conjuntura e as formas atuais assumidas pelo processo de produção na agricultura seja uma resultante linear e em cadeia direta de causalidade em relação ao desenvolvimento de formas sociais e econômicas historicamente antepassadas.

como alternativas funcionais, mas fundamentalmente como historicamente construídas. Portanto, dependentes do conjunto da reprodução, no tempo, da economia política da região e do País, especialmente no que toca ao momento atual²³. Serão tratadas, primordialmente, como “formas” de organização da atividade de produção material e de reprodução das condições econômicas e sociais de existência da população.

Este processo refere-se tanto às formas concretas de organização das atividades produtivas (unidades produtivas) – a incorporação e utilização de determinados meios e recursos materiais ao processo produtivo e as formas de organização da produção; como as formas de inserção social e econômica, engendradas em cada momento do seu desenvolvimento e refletidas naquilo que a “sociologia geral” trata como processos de estratificação social (ou econômica). Mas que pode ser também tratada como processos de estruturação das classes sociais²⁴.

Espera-se com este procedimento teórico e metodológico e com base nas técnicas de levantamento, análise e interpretação de dados e processos particulares, obter-se um quadro objetivo e dinâmico deste processo. Em particular, da reorganização e emancipação da “pequena” agricultura de Tombos, e de suas relações com a APAT e AMART, como alternativas histórica e socialmente constituídas no duro processo de superação das suas limitações econômicas e sociais para ultrapassar os limites da pobreza e do atraso.

Sobretudo o estudo da trajetória de superação buscada por estes agricultores pela via de sua autodeterminação em termos de sua organização nas associações como a APAT e a AMART. E suas relações, algumas vezes complementares, outras conflituosas com outras organizações, sejam públicas ou não-governamentais, inclusive religiosas e políticas, na luta pelo seu desenvolvimento e autodeterminação – emancipação social. Todo esse rico debate está desenvolvido no corpo deste trabalho.

Este é o lastro e o perfil teórico e analítico que é desenvolvido no âmbito deste trabalho nos capítulos 2, 3, 4 e 5.

²³ Sobre esta perspectiva metodológica de utilizar a história como fonte ver Bensaïd (1999, p. 23-62).

²⁴ No sentido definido por Marx. Veja as obras citadas e Bensaïd (1999).

Um quadro, portanto, passível de permitir uma interpretação que seja, tanto quanto permitirem as fontes e os dados, coerente com o processo histórico e social de formação da atual “pequena” agricultura de Tombos, sob a orientação se suas organizações efetivas – APAT/AMART.

Não uma simples (embora importante) análise e descrição das formas de produção e de organização da produção, supondo-se (ou não) a sua funcionalidade em articulação com determinada instrumentalidade racional e econômica particular. No caso, a produção capitalista.

Esta é a proposta desenvolvida neste estudo.

1.2. Relevância do estudo

Espera-se com esta investigação contribuir, por um lado, para a qualificação e o avanço do debate acerca das possibilidades e alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Tombos, buscando aprofundar a dimensão epistemológica e histórica do problema. Ou seja, buscar um diálogo teoricamente qualificado a respeito da teoria da transição social e do desenvolvimento de formas de organização e produção na agricultura, capazes de aprofundar as alternativas teóricas e concretas. Deslocando, assim, o debate do campo da técnica para o das alternativas políticas: no sentido da economia política científica.

Como pesquisador nascido em Tombos e, em certo sentido, sensibilizado com os interesses pelo desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população de Tombos, em particular os pequenos agricultores de caráter familiar, espera-se contribuir para a construção de uma reflexão qualificada a respeito desta problemática, capaz de sustentar projetos e opções para o desenvolvimento do município de Tombos.

Muito particularmente em termos de discutir as possibilidades de inclusão social e econômica da população envolvida na pequena produção, em um projeto substantivamente fundamentado em alternativas teóricas e concretas política e economicamente sustentáveis. Nisto reside a importância deste esforço de pesquisa.

1.3. Objetivos da investigação

1.3.1. Geral

Analisar e discutir objetivamente o processo de reorganização das atividades dos pequenos agricultores familiares de Tombos, com especial ênfase em sua configuração atual, onde a APAT e a AMART apresentam-se como organizações e instrumentos desenvolvidos para fazer frente e superar as dificuldades na luta deste estrato da população trabalhadora rural pela sua independência econômica e superação da pobreza.

1.3.2. Específicos

Teórico: Traçar um breve histórico de Tombos: dando destaque à formação e desenvolvimento da pequena produção familiar e as formas de organização econômica, social e política.

Técnicas e procedimentos: Levantamento bibliográfico e estatístico.

Teórico: Discutir, de forma fundamentada as principais abordagens acerca da pequena produção; da produção mercantil simples e da agricultura familiar, tomando como foco o objeto deste estudo: a pequena agricultura de Tombos, como foi definida pelas suas associações.

Técnicas e procedimentos: discussão da literatura.

Empírico e teórico: Discutir e analisar criticamente o histórico da formação e atuação da APAT e AMART – os projetos, as propostas e a atuação destas organizações – à luz da teoria da transição e do processo histórico da formação municipal e regional.

Noutras palavras: discutir as possibilidades históricas e concretas de materialização de tais propostas e projetos no sentido da superação das dificuldades da reprodução econômica e social e da superação da pobreza. Numa expressão, as possibilidades da agricultura independente em Tombos.

Técnicas e procedimentos: Análise de dados, documentos, projetos e propostas destas instituições.

Entrevista acerca do histórico da APAT e AMART: das dificuldades enfrentadas para sua estruturação, organização e desenvolvimento institucional e perspectivas para o futuro; e para a execução das propostas e projetos e os resultados alcançados até o momento atual.

Este levantamento foi complementado por entrevistas não-estruturadas, sempre quando foi necessário para qualificar as análises.

1.4. Metodologia e técnicas de levantamento e análise

1.4.1. Perspectiva da abordagem geral

A investigação aqui proposta foi desenvolvida, no que toca ao panorama geral da agricultura de Tombos, através de levantamento e revisão histórica da formação do município.

Trabalho realizado através da análise de dados de carácter mais geral acerca dos movimentos da população do município de Tombos e de como se foi estabelecendo e estruturando, neste espaço e ao longo do tempo, as formas específicas (ou particulares) de organização da produção e da vida social. Um trabalho de carácter exploratório: apenas para informar o estudo.

Do ponto de vista da análise, tratou-se de levantar e estudar dados e registros (especialmente estatísticos, mas também de informações de carácter político, jurídico e ideológico²⁵); com ênfase nos dados e documentos da APAT e AMART e do STR, onde inclusive foram efetivadas entrevistas orientadas a recuperar a memória histórica destas organizações e de suas atuações efetivas no seio dos pequenos agricultores, de onde se originam.

Entrevistas qualitativas também foram realizadas com membros-chave (esposa e, ou, esposo) de nove famílias de pequenos agricultores, entre associados e não associados da APAT/AMART, localizadas nas diversas comunidades do município. A identificação dos potenciais entrevistados realizou-se através de contatos com membros das duas entidades citadas acima, e também da EMATER.

²⁵ Ver sobre especificidade do método de pesquisa aqui indicado, o prefácio de "A contribuição à crítica da economia política" (MARX, op. cit.).

Outras informações e dados suplementares foram levantados na literatura histórica e social e em fontes documentais e registros do município – estatísticas e arquivos de organizações públicas governamentais e não-governamentais.

Estas foram as fontes de informações fundamentais deste estudo.

2. CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA DE TOMBOS

2.1. Esboço histórico

2.1.1. Tombos: origem e povoamento

O município de Tombos está localizado no leste da Mata mineira, divisa com o Estado do Rio de Janeiro. A cidade situa-se na bacia hidrográfica do rio Carangola, a uma altitude de 270 metros acima do nível do mar e eqüidistante 360 quilômetros da capital do estado, Belo Horizonte e da capital fluminense, Rio de Janeiro.

Uma das mais antigas referências ao vale do Carangola, mais especificamente ao vale do Muriaé, remonta a 1785 na descrição de Couto Reis, ressaltando as *'condições horrorosas e pestíferas'* daquela região em consequência da densa floresta e dos *'extensos brejos'*,

(...) mas que 'os homens excitados do interesse de se aproveitarem das terras incultas, entraram e estabeleceram fazendas, fazendo fogos, descortinando matas e purificando ares, ficando os ditos sertões menos rigorosos' (COUTO REIS, apud MERCADANTE, 1990, p. 28).

De acordo com Mercadante (1990, p. 22), a decadência da mineração nos "sertões planaltinos" provocara, em fins do século XVIII e depois em princípios do XIX, um refluxo de povoamento do interior para o litoral, atraindo a vinda de braços às "zonas da 'mata' da Encosta do Planalto", favoráveis à agricultura e ainda cobertas pelo seu manto florestal primitivo.

Segundo Lamas (2005, p. 13), o processo de colonização e povoamento do vale do rio Pomba e de suas áreas adjacentes, às quais podemos incluir o vale do Carangola, iniciou-se quase que concomitantemente

com o processo de catequese dos indígenas locais, processo que, segundo o autor, tinha como propósito a inserção da Zona da Mata mineira na economia colonial, uma vez que a mineração, atividade principal da capitania desde o final do século XVII, encontrava-se em franco declínio.

Ou seja, uma ocupação econômica, segundo Boechat (2006, p. 20), promovida pela expansão da fronteira agrícola através dos vales do rio Doce e do rio Paraíba do Sul. E que alcançará o vale do Carangola, de acordo com Mercadante (1990), por volta do início dos oitocentos.

No que diz respeito ao vale do Carangola, só a partir de 1830 é que a lavoura começa a organizar-se. Cessada praticamente a tentativa de faiscação, tem início a plantação. A entrada que se origina do Muriaé acaba por alcançar a Cachoeira de Tombos (...). A essa época, as vertentes do rio Carangola, desde as cabeceiras até a sua foz no Muriaé²⁶, eram matas virgens habitadas por índios puris, já pacificados, com os quais os civilizados logo estabeleceram relações de amizade (MERCADANTE, 1990, p. 29-37).

Mais particularmente, relações de escambo e de aliciamento dos puris para o trabalho nas roças de milho, mandioca e cana-de-açúcar, para subsistência.

Segundo Mercadante (1990), caberia aos irmãos Lannes: José, Joaquim, Francisco e Antônio, originários de São João Batista do Presídio, atual Visconde do Rio Branco, a organização dos primeiros roçados e também as primeiras iniciativas de aliciamento dos índios puris para o trabalho nas roças, entre os anos de 1821 e 1830, tomando posse das terras que se estendiam até Itaperuna, estado do Rio de Janeiro, na confluência dos rios Carangola e Muriaé.

Posteriormente, os próprios Lannes facilitariam a ocupação vendendo e doando tratos de terra a diferentes pessoas. De acordo com Mercadante (1990), em depoimento a este autor, o Coronel Maximiano José Pereira de Souza – tido como o “grande desbravador” e “pioneiro” da ocupação de Tombos na história “oficial” deste município, em realidade seria uma dessas

²⁶ “O estranho nome [Carangola] dado ao rio, subafluente do Paraíba, deve-se provavelmente à curiosa circunstância de serem as margens juncadas de *cará* (planta tuberosa), que nos lagamares, após as cheias, eram retidas pelo capim *angola* (...). O cará, pelo fato de estar misturado ao capim, foi chamado de cará-angola [etimologia tupi-guarani]” (Idem, p. 47). “O rio Muriaé tem como principal afluente o rio Carangola, com linda e pitoresca queda d'água na Cidade de Tombos. O Muriaé tem um percurso de 290 quilômetros até a sua foz no Paraíba, nas proximidades de Campos (RJ), e o seu vale, no território mineiro, foi também habitat dos puris” (SANTIAGO, 1982, p. 33).

peessoas a comprar terras dos Lannes, estabelecendo a sede de sua fazenda em São Mateus (atualmente município de “Faria Lemos”).

Os limites imprecisos da "região Leste da Zona da Mata mineira" resultaram de registros de terras que ultrapassavam os limites atuais dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, e que levou a questões conflituosas na demarcação do limite e divisa entre os três Estados e que iriam se prolongar até meados do século XX (BOECHAT, 2006, p. 14).

Através do Decreto n.º 297, de 19 de maio de 1843, o governo imperial fixava provisoriamente os limites das Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que incluía em grande parte áreas dos futuros municípios de Tombos e de Carangola.

(...) começando pela foz do riacho Prepetinga do rio Paraíba, subindo pelo dito Prepetinga acima até o ponto fronteiro à barra do ribeirão de Santo Antônio do rio Pomba, e daí por uma linha reta à dita barra de Santo lugar no rio Muriahé chamado Poço Fundo, correndo pela serra do Gavião até a cachoeira de Tombos no rio Carangola e seguindo a serra de Carangola até encontrar a Província do Espírito Santo” (CARELLI, 2002, p. 257-258; BOECHAT, 2006, p. 14).

Tendo-se em vista as amplas facilidades de acesso a terra nessa primeira metade do século XIX , quando ainda não existiam meios legais que proibissem o acesso àqueles de poucos recursos, as roças começaram a se transformar em lavouras, distribuindo-se os lavradores pelo vale. Tombos e Santa Luzia [Carangola] já despontavam como “organizados núcleos de homens do campo”, com a intensificação das passagens dos tropeiros²⁷, “antes raros, por aqueles sítios”, rumo a Campos [dos Goytacazes] (MERCADANTE, 1990, p. 38).

Segundo Carrara (2005, p. 10),

o movimento característico dessas unidades de produção familiares, foi o da ocupação das áreas da fronteira, e a conseqüente constituição de núcleos populacionais à volta de alguma capela, onde se consagrassem os laços principais desse modo de produção — os laços de parentesco, através do batismo e do casamento, como fizeram em 1815 os residentes da região de Ubá, ao assumirem o compromisso pela fundação e manutenção de uma capela no lugar.

²⁷ “Os tropeiros na Mata são os mesmos do Centro e do Sertão. Gente indômita a cruzar os caminhos pelo Pomba, pelo Glória, pelo Doce e Manhuaçu. No período minerador, transportavam o ouro ao litoral, regressando com mercadorias de toda a espécie (...) Posteriormente, com o retorno à lavoura, interligaram-se por todo o território (...) Palmilhando as veredas que os índios abriram em séculos de vida agreste, o tropeiro violava a mataria, travando conhecimento com os lavradores que ermanavam na solidão” (MERCADANTE, 1973, p. 61).

Muitas vezes, a construção da capela se dava por intermédio e benesse de proprietários rurais mais abastados, como demonstração de poder econômico e político, o que parece ter ocorrido no caso de Tombos, quando o Coronel Maximiano, em 1849, faz doação de “uma gleba de terra para o Patrimônio de Nossa Senhora da Conceição onde, a 500 metros da cachoeira de três tombos, é construída a capela original em homenagem à santa”. No mesmo local, foi depois erguida a Igreja Matriz. O povoado recebe o nome de Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola, em homenagem à santa e em alusão às três quedas d’água da cachoeira²⁸.

É também neste decênio que se tem as primeiras notícias do início do comércio de café na região. De acordo com Mercadante (1990, p. 54), a essa época, ainda são escassos os dados econômicos e estatísticos relativos à safra cafeeira em Minas Gerais, mas o exame dos primeiros apontamentos sobre a tributação provincial, a partir de 1840, já “demonstra a importância crescente da produção cafeeira no conjunto da economia [mineira]”. Mas, segundo Boechat (2006), embora o café já apareça desde os anos 50 no vale do Carangola, a sua produção ainda não se constituía como cultura agrícola predominante dessa sociedade, isto até meados da década de 70 dos oitocentos, afirma a autora. De acordo com Mercadante (1990, p. 54), “até a predominância da lavoura cafeeira, a economia de subsistência dava às fazendas as cores conhecidas de seu desempenho”.

Segundo Graça Filho²⁹ (apud BOECHAT, 2006, p. 13),

as fazendas mineiras dos oitocentos, embora pudessem possuir amplas extensões de terras, geralmente apresentavam técnicas primitivas, com uma produção agrícola diversificada. A paisagem agro-mineira se caracterizava pela convivência entre fazendas de gado e agricultura não especializada, roças de subsistência e pequenos sítios.

Boechat (2006, p. 49) ressalta que, apesar dos poucos dados referentes à esfera da produção agrária,

²⁸ Extraído dos documentos (mimeógrafos) sobre a história de Tombos. Cópias gentilmente cedidas por Laerte Hosken - diretor do departamento municipal de Cultura. De acordo com Carvalho Costa (apud DELGADO, 2007), coube às normas e procedimentos eclesiásticos – desde o processo de conquista, domínio e organização deste “imenso território longitudinal da América do Sul” até os idos do século XIX – um importante papel na constituição da paisagem urbana, uma vez que a Igreja (Católica) estava mais presente no ordenamento urbano do que o próprio Estado, sobretudo no período entre o surgimento da aglomeração e a criação do município, quando chega formalmente o poder público” (CARVALHO COSTA, apud DELGADO, 2007, p. 82).

²⁹ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Estudos agrários sobre as Minas Gerais oitocentista. In: FRAGOSO, J. et al. (orgs.). **Escritos sobre História e Educação**. 2001. p. 462.

não é difícil percebermos que uma primeira característica econômica da região, naquela época [década de 1850], era a agro-pecuária, pela extensão das terras e a sua localização nas cabeceiras e margens dos rios (...) [constituindo em] uma economia de subsistência de baixo nível técnico de exploração e produção, mas já criadora de um promissor mercado interno, definindo desde então as bases da organização fundiária e da produção na região, em que, posteriormente, o café iria se assentar.

Em 21 de maio de 1852, através da Lei Provincial n.º 605, o Curato de Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola, pertencente ao município de São João Batista do Presídio (atual Visconde do Rio Branco), é elevado à categoria de Paróquia e Distrito. Em 1853, a freguesia de Tombos passa a ser parte integrante de São Januário do Ubá (atual Ubá). Em 1855, São Paulo do Muriaé é elevado à vila e município, com a inclusão, em 1858, da freguesia de Tombos em seu território como Distrito de Paz. Em 1860, Santa Luzia do Carangola é elevada à categoria de Distrito de Paz de São Paulo do Muriaé (atual Muriaé). Em 1865, Santa Luzia passa a pertencer à Freguesia de Tombos³⁰.

Esta freguesia tem por sede o arraial de Tombos, composto de 50 casas habitadas, que formão duas ruas e duas praças (...) Está a matriz em uma elegante praça (...) É o café a sua indústria agrícola e exporta o município 30.000 arrobas de café. De 3.000 habitantes entre livres e escravos é a sua população, a do distrito, ou divisão civil. Está compreendido na freguesia de Tombos o distrito de Santa Luzia, cujo arraial da mesma denominação, situado também na margem esquerda do Rio Carangola é uma nascente e já florescente povoação. Existem neste distrito fazendeiros fortes de café, que é o principal gênero de sua exportação e chega ordinariamente a 20.000 arrobas. Conta esse distrito 3.000 habitantes de diversas condições, que ocupão uma area de 10 leguas de extensão e quatro de largura” (Freguezia de N. S. da Conceição de Tombos do Carangola – cópia fiel do Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais para o ano de 1865, organizado e redigido por A. Assis Martins e J. Marques de Oliveira. 2.º ano. Ouro Preto-MG: Typographia de Minas Gerais).

³⁰ A jurisdição da Freguesia de Tombos passava a abranger os territórios dos atuais municípios mineiros de Carangola, Faria Lemos, Pedra Dourada, Divino, Caparaó, Espera Feliz e Caiana. No território fluminense abrangia as localidades de Purilândia, Porciúncula, Ourânia, Varre Sai, Santa Clara e Natividade. Este fato parece demonstrar o poder político e econômico que gozavam os grandes fazendeiros de Tombos – reduto do Partido Conservador, que então comandava o Governo Imperial. "Os moradores da freguesia que se formava, os fregueses (*fili ecclesiae*, filhos da igreja), passariam a habitar ao redor da capela, em lotes pequenos, não mais nos domínios dos sesmeiros, porém agora com obrigações perante a sua paróquia e as autoridades municipais. Em contraste com o mundo rural privatizado, na vida cidadina dá-se o compartilhamento de um patrimônio público. Intensifica-se a vida em estado gregário" (CARVALHO COSTA, apud DELGADO, 2007, p. 87). O Curato de Santa Luzia do Carangola, como filial da Paróquia de Tombos foi criado em fevereiro de 1862, por D. Antonio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, quando em visita paroquial a Tombos (CARELLI, 2002). Com a criação da Capitania de Minas Gerais, no início do século XVIII, e a criação das três primeiras vilas, para constituir o centro de três grandes jurisdições territoriais, a Vila do Ribeirão do Carmo (atual Mariana) ficou abrangendo a área geográfica constituída pelos sertões do Rio Pomba, Doce, até o Cuieté, o que incluía toda a Zona da Mata (CARELLI, 2002).

Como visto acima, os anos 60 do século XIX será marcado pela expansão do café em toda a Mata mineira. Começam a despontar grandes plantações de café com um número significativo de escravos. De acordo com Mercadante (1990, p. 54-55), a fazenda do Vidigal, em Tombos, nos anos 70, contava com uma população de 200 a 300 escravos.

Dois autores referiam-se em 1864 à freguesia de N. S. da Conceição de Tombos de Carangola, registrando os nomes do subdelegado e vacinador José Luciano de Souza Guimarães, do Reverendo Antônio Bento Machado, vigário encomendado e do professor de Letras Francisco das Chagas Cerqueira. O primeiro seria o futuro Barão de São Francisco (...). Em Tombos, os alicerces da grande fazenda do Vidigal foram lançados. Do mesmo modo, José Luciano principiava a sua plantação de café na Fazenda do Capim, seguido por Vasconcelos em sua Fazenda da Serra (MERCADANTE, 1990, p. 34).

Oliveira (2005), em seu estudo sobre a região sul (Juiz de Fora, Santos Dumont, Mar de Espanha, Leopoldina) da Zona da Mata mineira, questiona se a cultura mercantil de alimentos e a criação de gado teriam sido capazes de promover uma acumulação interna que permitisse as altas aplicações em café. Segundo a autora, as investigações por ela realizadas não confirmaram tal hipótese.

O café, mesmo com o caráter de atividade acessível a todas as empresas agrícolas, inclusive às pequenas, somente teve condições de se ampliar naquelas unidades que conseguiram promover as maiores inversões em terras e cativos, pela própria exigência do sistema extensivo de produção que, para manter-se, necessitava da incorporação crescente de mão-de-obra. As dificuldades de transporte até o Rio de Janeiro aumentavam os custos da produção, sendo o proprietário obrigado a manter tropas de bestas, que possuíam um alto valor, se comparado aos outros rebanhos (OLIVEIRA, 2005, p. 13).

De acordo com Carrara (2005), ao longo do século XVIII, dois modos de produção fixaram-se no território da Capitania de Minas Gerais: o escravista e o camponês.

(...) onde e quando fora possível, houve um esforço da parte de muitos lavradores para participar da produção destinada ao mercado, e assim migrar nem tanto para o modo escravista, mas para algum tipo de produção mercantil que comportasse formas intermediárias de produção capitalista. Sendo que tanto as unidades de produção mercantis/escravistas podiam encerrar formas camponesas quanto às camponesas podiam incorporar formas mercantis/escravistas. Contudo, era o caráter dominante em cada uma dessas unidades de produção num determinado período o que as distinguia.

Para Carrara (1999), mesmo considerando a participação dessas pequenas unidades de produção camponesas na produção mercantil – especialmente a cafeicultura – e mesmo essas propriedades camponesas

dispondo do mesmo nível técnico no processo material de produção que contavam as propriedades escravistas, havia, porém, um fator extremamente limitante ao acesso destes camponeses à economia mercantil: a terra.

Em Minas, as estruturas familiares de produção sobreviveram enquanto tiveram à sua disposição o principal recurso — terras nas áreas de fronteira. Em algumas regiões, como o vale do rio Doce, esta fronteira só se fechou em meados do século XX. Mas na região estudada neste trabalho [zona da Mata central, particularmente a região de Ubá e Visconde do Rio Branco] desde a década de 1840 a fronteira deixara de existir, e os lavradores passaram a não mais poder contar com a ocupação de parcelas novas para a reprodução do seu modo de existência. O fechamento das fronteiras atuou como o principal elemento de destruição desse modo de produção (CARRARA, 1999, p. 9).

Porém, segundo esse autor, "a fronteira permanecia aberta na mesma época em todo o vale do rio Muriaé" (CARRARA, 1999, p. 37). Mais especificamente em relação a Tombos e Carangola, Boechat (2006, p. 51) ressalta que "do período em que as terras foram registradas (1855-1857) até a criação da Vila e do Município de Carangola, as fronteiras agrícolas ainda se encontravam em processo de expansão". Porém, como veremos mais adiante, "expansão" controlada e privatizada pelos "senhores de terra".

Em 1878, o Distrito de Paz de Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola é anexado ao recém criado município de Santa Luzia do Carangola – que já despontava como um importante centro comercial cafeeiro – com o nome de Tombos de Carangola.

É da maior importância o desenvolvimento da lavoura [cafeeira] para explicar o crescimento de Carangola e as conseqüentes melhorias urbanas. Um ciclo de elevação de preços no mercado internacional tem início em 1868 (...). Dobraram os preços internacionais do café até 1876 (MERCADANTE, 1990, p. 55).

Outro fator que pode ter concorrido para a escolha de Santa Luzia – adepta do liberalismo –, e não Tombos, para sede do município é o fato de que a esta época governava o país seus correligionários do Partido Liberal. Mesmo assim, os conservadores, representados pelos grandes fazendeiros de Tombos, continuavam a liderar a política local, com José Luciano de Souza Guimarães – que no fim do Império ganharia o título de Barão de São Francisco – no papel de chefe político até a sua morte, em 1894 – fazendo parentes e amigos, entre estes o fazendeiro Emílio Soares Cerqueira de Gouveia, se sucederem no governo da comunidade, tendo o próprio Barão

ocupado a presidência da Câmara de Santa Luzia por duas vezes, em 1886 e em 1892 (MERCADANTE, 1990).

A expansão da lavoura cafeeira pela Mata, fez com que, em 1887, o vale do Carangola fosse finalmente libertado de seu isolamento: a locomotiva da Estrada de Ferro Alto do Muriaé – logo depois comprada pela Estrada de Ferro Leopoldina – penetrando o vale por terras fluminenses chegava à nova Estação Ferroviária de Tombos, com destino à Santa Luzia do Carangola. “Além de garantir o escoamento da produção cafeeira, o trem de ferro trazia estímulo ao consumo de mercadorias da capital [do País]” (MERCADANTE, 1990, p. 70).

A crise de mão-de-obra nos anos seguintes à Abolição da Escravatura (1888) é contornada com o aumento das exportações a preços ainda maiores e com a chegada dos imigrantes europeus – principalmente italianos – e árabes ao vale. As famílias italianas se dedicando à lavoura de café, formando pequenos núcleos familiares nos altos das serras, enquanto os árabes, juntamente com os portugueses, se dedicavam ao comércio.

(...) Passavam a chegar os italianos desde agosto de 1894 (...). A partir de 1906, a iniciativa de estabelecerem-se núcleos alcançaria o vale. A fundação seria promovida pela União ou por associações e particulares (...) Porém do contrato firmado entre o Governo de Minas e a Estrada de Ferro Leopoldina é que nasceram as colônias da Mata em Leopoldina, Cataguases, Ubá, Ponte Nova e Carangola [incluindo Tombos – no distrito de Água Santa] (...). Outros imigrantes chegavam à comunidade carangolesa a partir do decênio de dez. Eram sírios, maronitas e libaneses. A denominação popular de turcos, que lhes era dada, em face da dominação otomana em seus territórios, era pejorativa e trai o antigo ressentimento luso com relação aos infiéis (...) Povo de grande mobilidade, o sírio-libanês, descendente de velhos fenícios, conserva os difíceis atributos do comerciante. Dedicavam-se eles ao comércio ambulante, munidos de baús de mercadorias, em geral armarinho e fazenda. Também se estabeleciam em comércio de tecidos e outras atividades (MERCADANTE, 1990, p. 97).

De acordo com Carrara (2005, p. 15), enquanto que a abolição significou para a região sul da Mata mineira

um profundo golpe em sua economia, para a Mata central, menos influenciada pela crise do escravismo, pôde experimentar alguma prosperidade derivada da cafeicultura de exportação, pois dispunha de mão-de-obra livre, inclusive com alguns colonos estrangeiros. Após a chegada da ferrovia, a parte central da Mata tornou-se uma região de considerável produção de café.

Segundo Mercadante (1990, p. 82), as duas primeiras décadas do século XX marcam a transição da “velha comunidade patriarcal e rústica para o centro cafeeiro e burguês. (...) A comunidade cafeeira estava concluída”.

(...) As informações econômicas também davam prova da vitalidade do Município. A produção média anual do café era de 1.000.000 de arrobas. Produziam-se ainda o arroz e o fumo. A indústria pastoril era pouco desenvolvida. A exportação de café pela estação da cidade [de Carangola] era expressiva: nos dois últimos cinco anos, foram embarcadas para o Rio de Janeiro 969.773 sacas de café, 112.680 quilos de fumo, 4.711 sacos de milho e 1.975 de feijão (...) (MERCADANTE, 1990, p. 98).

A Tabela 1 revela a prosperidade da "comunidade cafeeira" carangolense – incluindo o então distrito de Tombos, somente emancipado de Carangola em 1923 – no contexto da produção mercantil da Zona da Mata mineira, no início do século XX.

As cidades vão sendo saneadas, as ruas ganham calçamento, escolas são fundadas. Mercadante, em depoimentos obtidos de velhos moradores, retrata a paisagem social das cidades do vale do Carangola nessa época, onde as classes sociais começam a se definir.

Na camada superior estão os fazendeiros, os doutores, os compradores de café, os funcionários públicos, o farmacêutico. Constituem a elite, Interligam-se em relações sociais e familiares. Na segunda camada vêm os proprietários menores. Na mesma categoria se acham os caixeiros e os pequenos comerciantes. Por fim, a ralé, constituída de assalariados, gente sem recursos, pobres de toda espécie, operários e domésticas. Entre as duas primeiras categorias não há propriamente separação estanque. Comunicam-se e limitadas restrições se fazem ao convívio social. No atinente à última, encontra-se só no quadro da comunidade. Nota-se certo retraimento da classe média urbana a qualquer manifestação expressiva da gente inferior (MERCADANTE, 1990, p. 111).

De acordo com Mercadante (1990), nos primeiros anos da década de 20, Carangola atingia o pico do seu desenvolvimento industrial, porém, destaca o autor, os recursos advindos do café que poderiam (ou deveriam) ter proporcionado "o salto para a industrialização" do vale, de forma "a promover na comunidade o necessário mercado de trabalho e fixar a população em seus limites" – como fez a economia cafeeira do Oeste Paulista – não se concretizou.

A crise mundial de 1929 faz o preço do café desabar, até então o vale vinha produzindo grandes safras (...). Em 1931 um fator de ordem econômica interrompe definitivamente o processo cultural da comunidade cafeeira de Carangola (...) De fato, as grandes safras de 1927 e 1928 colocavam-se acima do consumo mundial (...) O declínio dos preços acentua-se e a grande depressão nos alcança (...) Deve-se à economia natural a sobrevivência dos contingentes rurais e urbanos (MERCADANTE, 1990, p. 125).

Tabela 1 – Exportação da produção mercantil em 1907 (kg e litros) pelas estações da Estrada de Ferro Leopoldina e Central do Brasil

Município	Café	Arroz	Milho	Feijão	Açúcar	Aguardente	Fumo
Carangola	17.961.879	26.165	2.407.200	1.139.465	20.590	22.666	43.156
Juiz de Fora	14.193.656	10.723	111.433	25.285	486.620	190.692	40.819
Cataguases	11.986.254	504.997	1.757.006	198.813	167.627	382	30.027
Muriaé	8.339.897	71.573	306.597	52.509	14.103	6.660	1.214
Ponte Nova	5.797.856	371.055	1.913.471	1.979.654	1.633.884	491.884	7.426
Guarará	5.566.455	32.097	205.517	180.323	167.833	18.810	6.884
Leopoldina	5.550.013	1.038.897	1.564.013	67.260	78.751	489.233	4.232
Rio Pomba	4.805.799	88.855	179.372	57.165	21.610	283.860	28.396
Visconde do Rio Branco	4.766.147	84.597	950.139	509.350	707.690	295.270	8.084
São João Nepomuceno	4.195.289	102.924	154.754	46.535	96.265	30.690	6.663
Ubá	4.065.428	78.929	476.584	174.620	8.920	79.960	243.326
Além Paraíba	2.975.708	488.691	2.071.589	110.810	126.794	95.313	7.100
Eugenópolis	2.947.236	50.673	441.405	31.344	1.180	27.090	720
Palma	2.583.339	338.169	933.196	32.374	23.544	157.220	700
Viçosa	1.452.795	51.120	872.576	560.867	491.530	102.930	41.875
Rio Novo	1.190.410	51.728	55.809	68.071	135.768	13.427	4.610
Total	98.509.243	3.391.193	13.959.256	5.234.445	4.182.809	2.687.802	475.232

Fonte: Jacob (apud CARRARA, 1999).

Segundo Mercadante (1990), a depressão dos anos 30, caracterizada pela queda dos preços do café, conduziu os fazendeiros da região à única alternativa: criação de rebanhos bovinos. Soma-se a isto, a escassez da mão-de-obra e o custo elevado de recuperação das terras já bastante degradadas pela cafeicultura. "Por fim, às vésperas do Natal de 1929, ruía a graciosa silhueta da *golden age*. Fios invisíveis engolindo as distâncias estenderam-se implacáveis. As pastagens começaram a invasão" (MERCADANTE, 1973, p. 13).

Portanto, desde essa época (anos 30), a pecuária foi se tornando uma opção para os grandes fazendeiros – e também para os pequenos – e essa parte da Zona da Mata foi se firmando como região leiteira e de pecuária de corte.

Nos anos 50, Valverde (1958)³¹ vai encontrar uma região bastante diversificada. Em algumas áreas, predominava a produção leiteira em grandes fazendas, em outras a pecuária se associava sobretudo a pequenas propriedades. Em algumas áreas, o café era plantado em grandes fazendas com colonos ou, em maior ou menor grau, com e assalariados, enquanto em outras, estava associado a pequenos sítios (...) A partir dos anos 70, houve uma tendência à pecuarização de áreas de fazendas antes dedicadas à produção de café, cereais e cana, com a dispensa de grande número de colonos e moradores (COMERFORD, 2001, p. 48).

2.1.2. A propriedade fundiária e as relações de trabalho

A propriedade rural na Mata tem as suas origens nas sesmarias. "As primeiras têm início no começo do século XVIII, nas proximidades do divisor geográfico Minas-Rio, ou seja, o Paraibuna" (MERCADANTE, 1973, p. 79-80). As grandes propriedades formavam-se a partir das sesmas outorgadas ao 'homem influente que sabia como requerer as cartas e possuía força bastante para a obtenção do deferimento'" (BARBOSA LIMA SOBRINHO apud MERCADANTE, 1973, p. 80).

O rico, conhecedor do andamento dos negócios, tinha protetores e podia fazer bons favores; pedi-as para cada membro de sua família e assim alcançava imensa extensão de terras. Alguns indivíduos faziam dos pedidos verdadeira especulação (SAINT-HILAIRE apud MERCADANTE, 1973, p. 81).

³¹ Comerford se refere à obra do geógrafo Orlando Valverde. Estudo regional da Zona da Mata, Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 20, n. 1, jan./mar. 1958.

Mercadante (1973) cita a formação da fazenda de Manuel José Monteiro de Barros – os Monteiro de Barros também expandiriam seus domínios até Tombos – em Leopoldina, registrada no livro de reminiscências de Ferreira de Rezende:

Alcançara o patriarca do clã, procedente da região mineradora, um grande número de sesmarias, não só para si e para todos os seus filhos existentes, mas até mesmo para uma filha que ainda não nascera. Assim quase todo o Pirapetinga grande ficara em poder dos Monteiro de Barros (MERCADANTE, 1973, p. 81).

De acordo com Boechat (2006), a apropriação de grandes extensões de terras foi uma tendência histórica no Brasil, e especificamente na Zona da Mata mineira, no processo de desbravamento e alargamento da fronteira agrícola.

A larga oferta de terras dessa região e o deslocamento de contingentes populacionais das áreas de esgotamento aurífero são fatores condicionantes para a forma que iria assumir a organização fundiária dessa extensa área, denominada Zona Leste da Mata mineira (BOECHAT, 2006, p. 50).

Em 1822, suspendia-se, pela resolução de 17 de julho, a concessão de sesmarias. Advém um período sem leis atinente às terras públicas³²

O invasor aprofunda-se na Mata, escolhe o sítio que lhe aparece adequado à edificação da morada, prepara o roçado e torna-se o dono incontestável. Para o futuro, nasceriam dúvidas e demandas, marcando nos fastos do sertão um capítulo de violência e arbítrio (MERCADANTE, 1973, p. 81-82).

Segundo Boechat (2006),

(...) apossar-se e cultivar terras devolutas, foi um fato corriqueiro durante o período de concessões de sesmarias, e, após a sua abolição, a posse passou a ser prática corrente e considerada como forma legítima de aquisição de um domínio territorial (BOECHAT, 2006, p. 44).

Para Mercadante (1973), a extinção do regime sesmarial foi de grande importância para o devassamento e colonização da Mata.

"A sesmaria fora o latifúndio, inacessível ao lavrador sem recursos. O apossamento seria, pelo contrário, 'a pequena propriedade agrícola, criada pela necessidade, pela ausência de providência administrativa, sobre a sorte do colono livre e vitoriosamente firmada pela ocupação'" (LIMA apud MERCADANTE, 1973, p. 82).

Porém, de acordo com Secreto (apud DELGADO, 2007, p. 43), livres e pequenos no início, estes apossamentos, com o passar do tempo, mudaram de

³² Ver Jones (1997) sobre o este período, que conceitua como Império das Posses, que se estende de julho de 1822 a novembro de 1850. Quando é aprovada a Lei 601.

características: "a humilde posse com cultura efetiva, cedo, entretanto, se impregnou do espírito latifundiário, que a legislação das sesmarias difundira e fomentara".

Segundo Boechat (2006), seja pela concessão de sesmarias ou pela posse,

as formas de aquisição jurídica das mesmas para efeito de registro apresentava variáveis: se dava pela compra - em maior escala, por herança e por doação - em menor proporção. Cabe notar que o registro das terras também legitimava as terras apossadas sem concessões (BOECHAT, 2006, p. 43).

De acordo com essa autora, mesmo com o fim do regime de sesmaria, estabelecido pelo Governo Imperial para todo o país, essa concessão foi prorrogada até 1836. "Dessa data até o início dos primeiros registros de terras na região, em 1855, havia uma ocupação da região numericamente significativa" (BOECHAT, 2006, p. 13).

Esses primeiros registros de terras na região são frutos do primeiro cadastramento imobiliário do domínio privado no Brasil, determinado pela Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850, mais conhecida como Lei de Terras. De acordo com Boechat (2006), como o Estado Imperial não dispunha de recursos necessários para sua realização, transferiu essa responsabilidade para os párocos das freguesias, subordinados ao poder civil. Foram instituídos então, os Livros Paroquiais de Registro de Terras³³ para os lançamentos que iriam definir as terras devolutas³⁴, delimitando o domínio privado e, por extensão, o público.

De acordo com a Lei de Terras, ficava definida a situação do colono-possuidor. De acordo com o Art. 5º

'(...) serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com

³³ Boechat (2006, p. 48) chama a atenção para a inexatidão – em alguns casos com grandes variações – das medidas de terras na maioria dos registros, o que demonstra, segundo a autora, "que a exigência legal de medição das terras não se constituía nem como procedimento, nem como fator relevante no ato do registro de uma propriedade (...). No caso do Coronel Maximiano José Pereira de Souza, as variações vão de '2 a 3 sesmarias' e '7 a 8 sesmarias' em dois registros dos cinco realizados". De acordo com a autora, tanto a medida de uma sesmaria como a medida de "alqueire de terra" sofriram variações regionais e temporais.

³⁴ De acordo com Secreto, "Em Portugal, a partir da crise agrária do século XIV, instaura-se uma legislação pela qual tornou-se obrigatório o cultivo das terras. Caso os Senhores não cumprissem o estabelecido, suas terras seriam declaradas abandonadas, voltariam à Coroa e seriam dadas a quem as cultivasse. Seriam consideradas terras devolutas. Assim, se as terras abandonadas podiam considerar-se desaproveitadas, toda terra desaproveitada passaria a ser terra devoluta, termo que no Brasil foi sinônimo de terras baldias, vazias ou desaproveitadas em geral, ainda que nunca tivessem sido ocupadas" (SECRETO, apud DELGADO, 2007, p. 55).

princípio de cultura, e morada habitual do respectivo posseiro, ou de quem o representante' (Lei n. 601 de 18/9/1850, Art. 5.º apud BOECHAT, 2006, p. 44)³⁵.

Desta forma, segundo Boechat (2006), os registros de terras executados por esse mecanismo, constituem “valiosíssimas fontes para o estudo da estrutura fundiária”, utilizadas em sua pesquisa sobre a região de Carangola.

O primeiro registro da ocupação da área, que ora definimos como região do Município de Carangola, se encontra no 'Livro de Registro de Terras Possuídas, da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola', período de 1º de março de 1855 a 08 de fevereiro de 1857. As terras possuídas compreendiam uma área que hoje abrange os municípios de Natividade e Varre e Sai, no Estado do Rio de Janeiro; o município de Guaçuí, no Estado do Espírito Santo e os municípios do Alto Caparaó e Patrocínio do Muriaé, em Minas Gerais (BOECHAT, 2006, p. 12).

Para a autora citada acima, as formas de apropriação das terras da “ainda indefinida região Leste da Zona da Mata mineira”, e a sua ocupação a partir da segunda metade dos oitocentos é o ponto de partida para a compreensão das bases da organização fundiária que se estabeleceu na então Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola – particularmente, **a distribuição da terra, as formas de sua aquisição, a ocupação demográfica e econômica e, finalmente, as formas de trabalho** que ali se estabeleceram à época – abrindo espaço para a expansão da agricultura cafeeira a partir dos anos de 1860.

Contemplamos, particularmente, as formas de ocupação e uso da terra, por entendermos ser o acesso a esse meio de produção, um fator determinante no estabelecimento das relações de produção na agricultura, assim como da estrutura social no campo. Desta forma, procuramos esclarecer como se deu a organização econômico-social dessa região no universo da sociedade mineira e, por inserção, de parte constitutiva da sociedade brasileira, numa época em que as relações de trabalho escravistas já mostravam indícios de sua superação (BOECHAT, 2006, p. 17).

³⁵ Secreto (apud LIMA et. al., 2007) argumenta que a lei de terras de 1850 foi interpretada como legitimadora das posses em qualquer tempo, sempre que houvesse cultura efetiva e morada habitual. (...) Devemos lembrar que nos referimos à posse dos grandes posseiros, que tinham recursos suficientes para também se apropriar do 'sentido' da lei, ao ponto de considerarem uma 'falsa interpretação' aquela que fez acreditar alguns 'agregados' que podiam legitimar a posse dos terrenos que cultivavam 'de favor'. (...) A lei de terras rompia com o *ethos* cultural da ordem colonial (...) fazendo a passagem da terra/privilégio à terra mercadoria; mas ela não teve o 'efeito dinamizador' (...) permitindo a pequena propriedade. (...) A existência de uma fronteira aberta e a possibilidade de apropriação privada de terras públicas marcaram em grande medida o 'destino' da lei de terras. (...) Fisicamente, a fronteira estava limitada pelo mato e pelo índio, só que esta limitação podia ser facilmente removida (...). O consolidado Estado brasileiro não conseguiu tomar conta do avanço da fronteira. Foram os particulares que puseram as terras disponíveis (SECRETO, apud LIMA et al., 2007, p. 40-51).

Partindo do pressuposto de que a ocupação econômica do vale do Carangola foi promovida pela expansão da fronteira agrícola, em decorrência da imigração de contingentes populacionais da área mineratória para essa região, Boechat (2006, p. 20) elabora a hipótese de que

A forma de ocupação e apropriação da terra em extensões variadas, associada ao baixo nível técnico da sua exploração, gerou uma diversificação da produção agrícola, não especializada, necessária à sobrevivência do produtor, ao mesmo tempo em que agiu como fator impulsionador do mercado interno e definiu as bases da organização fundiária e da produção da região.

Ângelo Carrara, citado por Boechat (2006, p. 24), em sua redefinição da Zona da Mata mineira – séculos XVIII e XIX – em três áreas distintas: Sul, Centro e Norte, aponta o Centro, constituído pelos municípios de Rio Pomba, Ubá, Viçosa e Muriaé como área policultora, onde o trabalho escravo era compartilhado com o familiar; sendo o Sul, constituída por Juiz de Fora, Mar de Espanha e Leopoldina, formada por grandes propriedades, com um grande número de escravos; e, finalmente, o Norte, característico por suas fronteiras abertas, onde se mesclava estruturas agrárias formadas pela grande propriedade e pequenos produtores.

De acordo com Boechat (2006), com base no "Livro de Registros de Terras Possuídas da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola – 1855-1857",

os detentores das maiores extensões de terras, são aqueles proprietários de 3 ou mais sesmarias e de terras com medições de 150 alqueires e 'acima de', constituindo apenas 8,04% do total de todos os declarantes do Livro de Registros de Terras. Já os considerados pequenos proprietários, partindo do critério: extensão de terras até meia sesmaria e de 2 a 11 alqueires, com apenas um registro, compõem um percentual bem mais elevado, de 24,14%. Restam então, seguindo os indicadores acima, considerar uma camada intermediária de proprietários com um percentual mais elevado, de 67,82% com extensões variadas entre os 2 índices limites assinalados, para definir tanto o grande, quanto o pequeno proprietário" (BOECHAT, 2006, p. 57).

O que Boechat (2006) constata, analisando o "Livro de Registros de Terras...", é que "um número significativo de terras possuídas, indiferente da forma jurídica de sua aquisição ou de sua denominação³⁶, se enquadram, se

³⁶ De acordo com a autora, "não existem distinções, pelos registros, entre as denominações utilizadas para caracterizar uma 'fazenda', uma 'sorte de terras', uma 'porção' ou uma 'situação'. Tanto uma 'fazenda' pode corresponder a uma sesmaria ou mais, quanto uma 'sorte' ou 'porção' de terras (...) Podemos, no entanto, inferir numa análise comparativa preliminar, que a denominação 'fazenda', com as suas variações, se encontra mais ligada às maiores propriedades, do que às menores, embora não tenhamos dados mais consistentes que possam nos levar à comprovação dessa afirmação" (BOECHAT, 2006, p. 52).

tomarmos como referência sua dimensão, ao conceito de latifúndio” (p. 52), sendo possível perceber, através da análise desses mesmos dados, segundo a autora, “a presença de uma concentração de terras nas mãos de um reduzido número de proprietários” (p. 54).

Portanto, nesta área central da Mata mineira, onde se inclui o vale do Carangola, a colonização irá se constituir na coexistência entre a grande, média e pequena propriedade rural, baseadas em diferentes tipos de unidades produtivas, como ressalta Carrara (2005): a unidade escravista, com variações na forma de exploração dessa mão-de-obra e a unidade familiar. Assim sendo, segundo esse autor, relações de trabalho escravistas, semi-livres e assalariadas.

(...) ressalte-se que os processos de produção distintos que aqui o modelo vai referir, estão concretamente em diálogo constante, cotidiano. **O escravismo** fornecia à constelação de roceiros e pequenos lavradores o ideal de máxima ascendência social; atuava como núcleo de um campo gravitacional que influía poderosamente sobre a lógica particular do **modo de produção camponês**, por mais que os elementos internos deste opusessem resistência (especialmente seu baixo nível técnico e sua capacidade de acumulação limitada). Por isto, não se pode retirar dos lavradores não escravistas alguma capacidade de adquirir escravos. Isto dependia da capacidade — de cada unidade de produção — para participar em graus variáveis de alguma atividade agrária mercantil (...) A predominância de um e outro modo de produção (escravista ou camponês) nas sub-regiões da zona da Mata deveu-se em larga medida, a partir dos fins do século XVIII, aos diferentes processos de ocupação territorial e aos movimentos de população a eles característicos, os quais, por seu turno, determinaram a variada participação da população escrava no conjunto da população total de cada um dos municípios da região, bem como os padrões distintos de propriedade fundiária e de suas produções agrárias (CARRARA, 2005 – grifos nossos).

De acordo com Mercadante (1990, p. 94), a população escrava do vale do Carangola vinha aumentando desde os primeiros anos de 1870. Isto até às vésperas da Abolição da Escravatura, em 1888.

(...) Com o escravo, porém, é que Minas conta, especialmente a Mata, para o trabalho agrícola. Em 1874 eram eles 311.304, segundo os dados oficiais da época. Na Zona da Mata estavam 76.664, sendo que no Município de Muriaé (inclusive o vale de Carangola) viviam 6.938. (...) O café exigia maior contingente de trabalhadores que de outras regiões vinham como semoventes. (...) Então, o movimento abolicionista radicalizara-se em Campos, lugar de indiscutível influência no vale do Paraíba. (..) Ativou-se o movimento libertador, havendo alforrias às centenas. (...) Nos meados de 1887, toda a região assiste à alforria de escravos. [Alexandre] Bréthel³⁷ escrevia à sua sobrinha na França,

³⁷ Alexandre Bréthel, "cidadão francês que se instalou em Tombos, no ano de 1862 e passou a se dedicar às atividades agrícolas e farmacêuticas na região. Nas cartas de Bréthel estão registradas as mais diversas informações sobre a produção local, trabalho escravo, produção do café, clima, estradas [...], além de detalhes sobre o modo de vida dos habitantes daquele território nos anos que lá viveu – de 1862 a 1901, quando morreu" (BOECHAT, 2006, p. 81). De acordo com essa autora, as cartas de Bréthel foram parcialmente transcritas e publicadas na França por Françoise Massa, pelo Institut

dizendo-lhe a terrível crise por que atravessava. (...) Esclarecia que não lhe restava senão a fazenda [em Tombos], pois o governo dera liberdade aos seus escravos. Bréthel escrevia que dos dezoito mil pretos que viviam nos arredores, metade se libertara. E concluía que estava irremediavelmente arruinado (MERCADANTE, 1990, p. 94).

Sendo assim, segundo Carrara (1999, p. 51),

a redução da participação da mão-de-obra escrava no conjunto das fortunas rurais não poderia deixar de provocar transformações importantes nos sistemas de trabalho (...) Começavam a tornar-se comuns contratos de 'sociedade agrícola' entre proprietários rurais, e de formas de trabalho em transição para o capitalismo – arrendamento, parceria, 'locações de serviços'³⁸.

De acordo com esse autor, o impacto das transformações ocorridas com o fim do escravismo, foi sentido de forma diferenciada pelas estruturas econômicas de um e outro modo de produção.

Os pequenos proprietários viam inermes diminuir sua capacidade de sustentar a si e a suas famílias, já que não lhes era fácil introduzir novos métodos de produção capazes de elevar a produtividade de suas lavouras, o que acabaria, inclusive, por mudar a natureza do seu processo de produção. Além disso, a persistência de alguns lavradores nas formas familiares de produção de baixo nível técnico terminava sempre por provocar um claríssimo contraste diante da elevação da produtividade nas unidades que puderam contar com alguns poucos melhoramentos. Não se pode esquecer também que a participação dos pequenos lavradores na produção mercantil dependeu de uma série de fatores, dos quais o principal era o acesso estável à terra, o que, nesse momento particular, significava o título de propriedade, de que bem poucos dispunham. A introdução de novos maquinismos ou a simples incorporação de novos métodos de manejo de culturas e criações possibilitariam o incremento da produção destinada ao mercado (externo ou interno). Porém, os limites das estruturas de produção camponesas, especialmente a disponibilidade restrita de novas terras para um número crescente de pessoas, conjugada com a pouca difusão desses procedimentos novos atuavam como os elementos fundamentais da desarticulação dessa forma de produção. As mesmas estruturas que durante mais de um século garantiram o crescimento da população e a expansão do modo parcelar, começavam a revelar agora seus limites. Contudo, antes da consolidação do movimento do êxodo rural, o que se verificou por consequência dessa lenta agonia dos processos arcaicos de produção foi uma grande mobilidade espacial da mão-de-obra, cuja invocação ajudava a engrossar o coro das lamúrias dos fazendeiros por falta de braços (CARRARA, 1999, p. 59).

Portanto, nessas condições, o mercado de trabalho livre na Zona da Mata mineira se estruturou através do trabalho da população expropriada dos meios de produção em três tipos de relações de trabalho: A parceria, o

Armoricaín de Recherches Economiques et Humaines de Rennes da Université de Haute-Bretagne. 1977.

³⁸ "Deve-se ter muita atenção para uma diferença importante entre estes contratos. As 'sociedades agrícolas' ocorrem entre dois proprietários que investem na produção de algum gênero com partes iguais ou diferentes. Os arrendamentos, as parcerias, ou as "locações de serviços" que até aqui temos visto são antes formas intermediárias nas quais o pagamento de um salário à força de trabalho é conjugado com outras formas de remuneração" (CARRARA, 1999, p. 51).

assalariamento e o colonato. Segundo Marques (2007), apesar do sistema de assalariamento ser considerado na época o mais lucrativo para os fazendeiros, os baixos valores pagos por estes não proporcionaram uma mão-de-obra regular na produção de café da Zona da Mata. Nesta situação, os trabalhadores migravam para as regiões (São Paulo, ou mesmo o Sul de Minas) onde as condições de pagamento eram melhores.

Logo, a parceria, basicamente na forma de meação, tornou-se a relação de trabalho mais adequada às condições de produção do café na Zona da Mata mineira, pois esta relação possibilitava ao fazendeiro correr menos riscos devido às incertezas do rendimento – lavouras e terras já cansadas – e dos preços do café enquanto o trabalhador temporário vinha se juntar ao trabalho do parceiro apenas na época da colheita do café (MARQUES, 2007).

Depois de 1888, o cultivo e a colheita do café passaram a ser realizados pelo parceiro que morava dentro da propriedade e recebia geralmente como pagamento a metade do lucro obtido com a comercialização do produto. Ao parceiro era dado também o direito de plantar entre os pés de café os produtos necessários à sua alimentação, o que promovia uma melhor aceitação dos trabalhadores a esse sistema e, conseqüentemente, gerava a fixação da mão-de-obra indispensável à produção de café. Essa produção lhe pertencia integralmente e, na maioria das vezes, vendia o excedente ao proprietário da fazenda (MARQUES, 2007, p. 17).

Este sistema se prolongará na região por todo o século XX, atravessando os inúmeros ciclos de queda e ascensão da lavoura cafeeira, com a extensão da parceria também entre os pequenos produtores de café.

Tentamos, ao longo deste capítulo, esclarecer como se deu a formação da estrutura fundiária e a constituição da força de trabalho empregada na Zona da Mata mineira, particularmente na região de Tombos e Carangola, ao longo do século XIX, com o objetivo de fornecer argumentos para que possamos entender mais adiante (Capítulo 3) a situação atual da agropecuária no município de Tombos, especificamente a realidade da pequena produção mercantil agrícola baseada no trabalho familiar.

3. O DEBATE DA AGRICULTURA FAMILIAR E O PROBLEMA DESTE ESTUDO

3.1. Considerações gerais

Família e agricultura são duas categorias fundamentais da Sociologia e da Antropologia Cultural ou Social. Isto significa que ao se cunhar a expressão *agricultura-familiar*, por suposto está referindo às características fundamentais destas categorias como, fundamentalmente, associadas a este novo “construto”.

Isto posto, antes de utilizar-se deste novo construto de forma a-histórica, isto é, genérica ou empiricamente trata-se de esclarecer duas situações importantes ligadas aos conceitos de família e de agricultura, nas Ciências Sociais. A família é de fato – e teoricamente – o Grupo Social primário por excelência: por tratar-se da origem genética da sociedade (população) e da sua “reprodução social”. Portanto, apesar da categoria “família” assumir formas distintas histórica e culturalmente, seu conteúdo social ou sociológico específico é o de ser o grupo genético, originário, constituído por laços de consangüinidade e de proximidade. Não há muito o que se discutir quanto a materialidade, historicidade e relevância desta categoria teórica. Embora seja muito importante e complexo investigar o seu desenvolvimento histórico e a

sua reprodução social: processo este que está na origem das formações sociais complexas³⁹.

Nesta ordem de raciocínio, a agricultura é a segunda categoria relevante. Na verdade não propriamente “a segunda”: uma vez que forma com a família uma unidade indissociável. Porque foi o desenvolvimento da agricultura que permitiu às comunidades humanas fixarem-se em termos geográficos, impondo o conhecimento, a técnica e o trabalho para criar as condições materiais da produção social – além das condições naturais às quais sempre estiveram subordinados. É desta forma que a humanidade engendra a construção de sociedades complexas (ou “civilizações”) cujas formas e diferenciação (social e histórica ou concreta) serão desde então produtos não apenas da divisão técnica e social do trabalho; mas das importantes mudanças impostas por este desenvolvimento às condições de sociabilidade; portanto às formas sociais e culturais concretas: os modos de vida ou, para usar uma expressão consagrada pela teoria, os modos de produção historicamente observáveis. Numa expressão: opera-se a distinção e a unidade entre natureza e sociedade; natureza e cultura. Os homens transformam radicalmente as suas relações com a natureza e, desta forma, com todos os componentes naturais e culturais do seu próprio universo: agora, especificamente social e sociológico. Portanto, é necessário compreender esta interação entre família e agricultura, para compreender a expressão “agricultura-familiar”, tal como concebida na atualidade por alguns teóricos da atividade social.

E isto por uma razão muito simples: faz muito tempo – mas, muito tempo mesmo – que a vida social e, portanto, da humanidade, deixou de depender da “família” como instituição social. Ou seja, a reprodução humana e social seria impossível se dependesse apenas das famílias. Este é o ponto fundamental desta questão. A reprodução humana, desde a primeira revolução agrícola no neolítico dependia, sobretudo de uma formação social extensa. Esta formação excedia os laços imediatos de consangüinidade, que predominavam desde as hordas primitivas aos clãs, as tribos e confederações de tribos (para usar a terminologia de Émile Durkheim). Ou, desde o período do

³⁹ Fato realçado por todos os cientistas sociais que desenvolveram pesquisas relevantes, desde Morgan, passando por Engels (Origem da família...), Durkheim (1994), Marx (1983) e Weber (1999).

regime comunitário primitivo à formação das sociedades militares e ao Estado, na linguagem marxiana⁴⁰.

Esta pequena referência é apenas para afirmar a hipótese de que o caráter familiar ou não de qualquer atividade humana – agrícola ou não – tem antes que ser explicado do que explicar qualquer que seja a dimensão, fato ou atividade social. Não se trata de negar ou tentar reduzir a importância ou relevância da família para a sociedade e para a cultura: mas as suas possibilidades e limites de ser o ponto fulcral de referência para a vida social das pessoas; sobretudo na atualidade. Não é necessário ser Sociólogo para compreender que a maior parte do tempo todas as pessoas – até mesmo os recém-nascidos e as crianças – vivem muito afastadas da família. Por quê? O que significa este fenômeno? Efetivamente porque esta é uma condição indispensável e fundamental do modo de produção atual. As pessoas, independente de gênero, raça, religião ou mesmo ideologias, têm que produzir e reproduzir os seus meios de existência e não fazem mais isto em casa – “como antigamente” – mas em locais de trabalho e produção. Sejam estes formais ou não. É desta forma que a sociedade se reproduz na atualidade.

Mais ainda: se as comunidades humanas (as Nações) ainda quiserem participar do processo de reprodução ampliada na atualidade (da Civilização Mundial, não apenas Global ou Judaico-Cristã ou Ocidental) necessitam integrarem-se a este amplo processo de reprodução que já ultrapassa as fronteiras nacionais. Imaginem a familiar!

Durkheim desenvolveu a noção – genérica, mas intuitivamente correta – de que com o desenvolvimento e diferenciação social o papel fundamental das famílias foi superado pelas corporações (medievais); e que com o aparecimento da sociedade moderna e a destruição dos antigos laços de solidariedade, supunha ele, se tornaria necessária uma nova espécie de corporação (as profissionais) para cumprir este papel fundamental de coesão social e de superação da anomia decorrente da distância entre o Estado, que regula e as relações sociais (profissionais) efetivas. No mesmo sentido Marx e Engels, supunham o Sindicato e os Partidos Políticos de Quadros. Weber prefere dar ênfase – também corretamente – no fato de que dada a

⁴⁰ Durkheim (idem) e Marx e Engels (idem).

complexidade do capitalismo moderno e da sua exigência de mais espaço para as fábricas e para os negócios, torna-se necessária a separação entre a atividade voltada para o ganho (o negócio) e a vida familiar. Esta é a condição fundamental da racionalidade capitalista: a separação radical entre negócio e família. Sobretudo do ponto de vista funcional, administrativo e contábil.

Ou seja, há unanimidade entre todos os grandes clássicos das Ciências Sociais (e poderíamos citar um número ainda mais extenso, no campo da Economia Política) quanto ao fato de não ser nem poder ser mais a família, a unidade de referência e, menos ainda, de produção na sociedade capitalista moderna. Menos ainda na atualidade.

Não se trata de defender ou criticar a família. Trata-se de buscar compreender a lógica e efetividade das condições sociais e materiais de produção e as possíveis formas de sua viabilização na atualidade.

3.2. Debate atual da agricultura familiar: breve revisão

Neste tópico proceder-se-á a uma breve, mas suficiente, análise acerca do debate acadêmico que permeia a formulação conceitual e os fundamentos da “agricultura familiar”, com especial ênfase para a situação do problema no Brasil. Este é um debate complementar a pesquisa. É desenvolvido apenas na medida do necessário ao esclarecimento da questão da crítica a expressão *agricultura familiar*. Aliás, nos termos especificados no tópico 3.1.

Conforme registra o estudo de referência e orientador teórico do Projeto de Cooperação (INCRA/FAO, 2000),

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. A elevação do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) refletem e alimentam este debate na sociedade (...)

(...) A análise da agricultura familiar no Brasil é uma tarefa que requer um tratamento especial dos dados primários disponíveis, pois as tabelas estatísticas que são divulgadas não consideram essa categoria socioeconômica.

Observa-se pela citação acima que há uma preocupação efetivamente instrumental-empiricista sobre o “papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro”. Voltado para algumas metas públicas de “geração

de emprego e renda, segurança alimentar, etc.” Nada a opor à necessidade de instrumentalizar a análise quando se tem o objetivo de intervir econômica ou politicamente para promover os “agricultores familiares”. O que não se pode, de forma alguma, é subverter os fundamentos empíricos e históricos das categorias analíticas das Ciências Sociais. No caso ao do caráter “familiar” da agricultura marginalizada pelo mercado agropecuário. Ora, há muitas outras formas de reprodução social, de vida, além da integração ao mercado de trabalho, de *commodities* e de capitais em todas as sociedades atuais: a agricultura de subsistência – ou pequena produção mercantil é apenas uma delas. Independe de ser ou não familiar. Ou seja, está subordinada a outras variáveis da economia política brasileira e mundial.

Quer-se dizer com isso que, o que é necessário ser compreendido e explicado é a possibilidade (ou não) de uma família, enquanto tal ter ou não possibilidades de viver e reproduzir seu modo de vida no espaço agrário da economia brasileira atual. É isto que se tem que buscar explicar teoricamente. Não o fato de ser ou não familiar a organização do seu trabalho. Menos ainda se pode partir de uma oposição inócua de diferenças entre agricultura patronal e a familiar; até porque a “patronal” pode também ser familiar do ponto de vista concreto. E ainda assim ser excluída do ponto de vista instrumental, como faz o conceito legal de agricultura familiar no ordenamento jurídico brasileiro.

Senão, veja-se a longa citação abaixo onde estas complicações ficam evidentes:

As tabulações do Censo Agropecuário, que é um dos poucos instrumentos de análise quantitativa do setor agropecuário no Brasil, não permitem a separação entre agricultura familiar e patronal na forma básica como os dados são disponibilizados pelo IBGE, restringindo-se a estratificação segundo a condição do produtor, o grupo de atividade econômica e os grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários.

O debate sobre os conceitos e a importância relativa da “agricultura familiar” também é intenso, produzindo inúmeras concepções, interpretações e propostas, oriundas das diferentes entidades representativas dos “pequenos agricultores”, dos intelectuais que estudam a área rural e dos técnicos governamentais encarregados de elaborar as políticas para o setor rural brasileiro.

Estudos realizados no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO entre 1996 e 1999, baseados na metodologia de sistemas agrários desenvolvida pela escola francesa de estudos agrários, vêm permitindo uma melhor compreensão da lógica e dinâmica das unidades familiares e dos assentados, assim como dos sistemas de produção por eles adotados nas diversas regiões do país. *Os resultados destes estudos indicam que a agricultura brasileira apresenta uma grande diversidade em relação ao seu meio ambiente, à situação dos produtores, à aptidão das terras, à*

disponibilidade de infra-estrutura etc., não apenas entre as regiões, mas também dentro de cada região. Isto confirma a extrema necessidade de aprofundar o conhecimento das realidades agrárias específicas que caracterizam a geografia agrária brasileira, bem como revela a necessidade de incorporar de forma efetiva e ágil tais conhecimentos ao processo de planejamento das políticas públicas para o meio rural.

Para aprofundar este debate e fornecer mais elementos sobre a real situação da agricultura familiar no Brasil, o Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, contando com a participação de técnicos do INCRA, realizou um estudo com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96. Este trabalho é uma evolução e um aprofundamento da metodologia anteriormente elaborada, que utilizou os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1985⁴¹. A concepção básica que norteou o estudo anterior é mantida: trata-se de caracterizar os agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção⁴², o que implica superar a tendência – freqüente nas análises sobre o tema – de atribuir um limite máximo de área ou de valor de produção à unidade familiar, associando-a, equivocadamente, à “pequena produção”⁴³. Tal procedimento é, em parte, derivado da própria forma como em geral são apresentadas as estatísticas agropecuárias⁴⁴. Entretanto, isso não significa que devemos ficar limitados aos dados divulgados, sobretudo se considerarmos a grande riqueza das informações dos Censos Agropecuários do IBGE, que pode ser constatada pela simples análise do seu questionário de coleta. Assim, o que o trabalho pioneiro iniciado em 1995 fez foi tornar operacional, mediante a utilização de microdados, um determinado conceito de agricultura familiar (FAO/INCRA, 2000. Grifos nossos).

Neste contexto o antigo conceito de agricultura familiar é retomado com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquirindo inclusive novas significações e implicações:

A agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 2000, p. 4).

⁴¹ Ver INCRA/FAO. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília, 1996.

⁴² Como apontado pelo trabalho anteriormente realizado, “a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (INCRA/FAO, op. cit., p. 4).

⁴³ “Os limites deste procedimento são hoje cada vez mais evidentes. Por um lado, eles acabam por superestimar a importância econômica das unidades familiares de produção já que não é incomum que imóveis pequenos em área dependam, para seu funcionamento, de um montante de trabalho assalariado que extrapola o esforço fornecido diretamente pela família. (...) Por outro lado, e mais grave ainda, identificar automaticamente pequenas áreas à agricultura familiar supõe uma visão estática desta forma social, como se ela fosse incapaz de superar os limites estatísticos assim estipulados” (INCRA/FAO, op. cit., p. 4).

⁴⁴ No caso brasileiro, os resultados dos censos agropecuários do IBGE são estratificados, basicamente, segundo a área total dos estabelecimentos.

Quando o poder público – atendendo aos "apelos" dos movimentos sociais do campo – implanta uma política federal voltada para este segmento, o Programa de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF – Brasil, 1996) ou quando cria a Lei 11.326/2006, a primeira a fixar diretrizes para o setor (BRASIL, 2006), "a opção adotada para delimitar o público-alvo foi o uso 'operacional' do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo" (ALTAFIN, mimeogr.).

Tendo em vista a delimitação legal (operacional) do conceito, constata a autora acima que "o uso do termo 'agricultura familiar', no Brasil, refere-se a um amplo guarda-chuva conceitual, que abriga distintos tipos e situações, não apenas entre as regiões, mas dentro de cada região, de cada estado, de cada município ou de um território" (ALTAFIN, op. cit.).

Já no meio acadêmico, concordando com Lara Altafin, encontramos diversas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, "propondo um tratamento analítico e menos operacional do termo", até mesmo refutando-o como conceito científico.

Schneider (2003), ao analisar publicações mais recentes em língua portuguesa sobre agricultura familiar – particularmente, Abramovay (1992) e Lamarche (1993) –, revela que o maior mérito desses estudos está no fato de

terem revelado que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações nas quais o trabalho da família assume uma importância decisiva (SCHNEIDER, 2003, p. 29).⁴⁵

Esses mesmos autores – Abramovay (1992) e Lamarche (1993) – são destacados por Altafin (op. cit.) como representantes de duas importantes vertentes quanto à delimitação conceitual da agricultura familiar:

Uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. E outra que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas (ALTAFIN, idem).

De acordo com a autora acima, a primeira corrente citada considera – tendo como seu foco a agricultura européia – que não há significado em buscar

⁴⁵ Entretanto, o fato de ser "uma forma social reconhecida e legitimada, etc." não transforma nem fornece a esta categoria um estatuto de científica e, menos ainda de indiscutível e geral, como tentam afirmar certos cientistas sociais desavisados ou apressados. Este é um problema sério a ser enfrentado neste contexto e este trabalho pretende ser apenas uma pequena contribuição ao debate.

as origens históricas do conceito, como, por exemplo, estabelecendo uma relação com a agricultura camponesa, mesmo que essa herança exista em alguns casos. De acordo com Ricardo Abramovay, "uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode nem de longe ser caracterizada como camponesa"⁴⁶ (ABRAMOVAY, 1992, p. 22).

Para este autor, apesar do caráter familiar presente em ambas, há uma distinção conceitual, cuja origem estaria associada aos diferentes ambientes sociais, econômicos e culturais que caracterizam cada uma.

"A própria racionalidade da organização familiar **não depende da família**⁴⁷ **em si mesma**, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve" (ABRAMOVAY, 1992, p. 23. Grifos nossos).

Para a segunda corrente de pensamento – adotada por Altafin em seu estudo aqui referido – as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno, segundo a autora, não representam uma ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade.

Nessa linha, prossegue ALTAFIN (op. cit.), "argumentos reunidos por Hughes Lamarche [1993] e Nazareth Wanderley ["Raízes históricas do campesinato brasileiro"] explicam a agricultura familiar como um conceito genérico, que incorpora múltiplas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas particulares".

Lamarche (1993), referindo-se às "explorações familiares" aponta a complicada "diversidade de situações":

É forçoso admitir, entretanto, uma grande diversidade de situações: em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares, ela é mantida, reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, ao contrário, é excluída de todo

⁴⁶ Nem como agricultura de subsistência no Brasil. O que se prefere denominar neste trabalho de agricultura mercantil simples: ou seja, onde o pequeno excedente sobre o consumo alimentar ou artesanal é levado à troca no mercado, geralmente local, para complementar o consumo da família. Este tipo de agricultura (e não apenas de agricultura) altamente integrada obedece a outras lógicas de sociabilidade e de mercado e exigem, portanto, o preenchimento de outros requisitos econômicos: exatamente os que não são possuídos pela produção mercantil simples ou produção de subsistência; ou de reprodução simples.

⁴⁷ Veja que esta afirmação é verdadeira. Mas nega a anterior e faz todo o sistema "teórico" desenvolvido por Abramovay ir por água a baixo.

desenvolvimento, sendo desacreditada e, a custo, tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada. Essas situações particulares, vinculadas a histórias e a contextos socioeconômicos e políticos diferentes, são reveladoras da enorme capacidade de adaptação **desse objeto sociológico que é a exploração familiar. Estamos seguros de que essa heterogeneidade reflete também as diferentes faces de um mesmo objeto e não de objetos intrinsecamente diferentes** (LAMARCHE, 1993, p. 13. Grifos nossos).

Em relação aos países desenvolvidos, Abramovay (apud SCHNEIDER, 2003) ressalta que a persistência e afirmação da agricultura familiar nestes países não devem ser atribuídas às suas especificidades endógenas ou à sua herança camponesa, mas sim ao papel determinante do Estado⁴⁸ e das 'próprias particularidades naturais da agricultura': "os limites que a natureza impõe ao avanço da divisão do trabalho e, portanto, da inexistência de industrialização na agricultura" (SCHNEIDER, 2003, p. 40).

De acordo com Altafin (mimeogr.), a história dos produtores de alimentos no Brasil – ou seja, "*a história dos nossos primeiros camponeses*", enfatiza a autora – está ligada à diferente trajetória desses cinco grupos: índios, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus.

Apesar de diferentes, estão ligados sob uma mesma unidade: a posição secundária que ocupavam dentro do modelo de desenvolvimento do País desde sua origem. Enquanto a grande propriedade voltada à monocultura de exportação recebia estímulos e garantia dos governantes, esse mosaico de formas camponesas ligados a cultivos alimentares dirigidos ao abastecimento interno era colocado à margem das políticas públicas (ALTAFIN, idem).

Portanto, segundo Wanderley (apud ALTAFIN, op. cit.), foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção.

De acordo com Altafin (loc. cit.), esse mosaico de produtores de alimentos é unificado sob o conceito de camponês no contexto do processo de transformação econômica no Brasil iniciado na primeira metade do século XX, quando o País passa de uma base primário-exportadora para uma base urbano-industrial. Sob a influência do Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, este período é marcado por lutas do nascente operariado brasileiro e pela estruturação dos partidos de esquerda, que direcionam sua atuação para a organização dos trabalhadores do campo e das "lutas camponesas".

⁴⁸ De acordo com Abramovay, "a consolidação da agricultura familiar na estrutura agrária dos países desenvolvidos, após a Segunda Guerra Mundial, pode ser atribuída à opção do Estado por uma forma social que apresentava as melhores condições de cumprir uma função estrutural importante no modelo

Mas, de acordo com a autora, é somente a partir dos anos de 1950 que se pode falar de uma questão agrária brasileira, quando o *rural* se constitui de forma mais sistemática como objeto teórico e empírico de estudos, ao mesmo tempo em que se afirma enquanto problema político. "Com o crescimento das lutas no campo e da ação política da esquerda brasileira, ocorre a politização do conceito de camponês, dando unidade conceitual a uma grande diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso à propriedade da terra" (ALTAFIN, op. cit.).⁴⁹

De acordo com Schneider (2003),

os pequenos proprietários, os arrendatários, os parceiros e outras categorias sociais estavam abarcados na noção de campesinato. Os camponeses eram identificados com os diferentes tipos de minifúndios, uma categoria que expressava a oposição aos latifúndios e que podia ser encontrada na estrutura agrária brasileira. **Portanto, antes de ser uma categoria analítica, a noção de campesinato estava fortemente impregnada de um conteúdo político e ideológico.** As características que os camponeses assumiam em cada situação social, bem como sua explicação teórica, variavam desde a idéia de que eram 'resquícios feudais' até a proposição de serem formas de 'assalariamento disfarçado'. Tanto em um caso como no outro, restava apenas saber qual seria seu papel em uma sociedade com as feições do capitalismo brasileiro (SCHNEIDER, 2003, p. 33).

É importante observar que, segundo Altafin,

essa [o campesinato] é apenas uma unidade formal, servindo ao fortalecimento da luta dos movimentos de esquerda no Brasil, sendo que na prática, o conjunto camponês e o conjunto latifundiário continuavam a reunir uma variada gama de situações e interesses (op. cit.).

Com o golpe militar de 1964 e a perseguição aos partidos de esquerda, os movimentos organizados no campo são fortemente afetados, especialmente a partir da desarticulação das Ligas Camponesas⁵⁰ (ALTAFIN, op. cit.). Esta

fordista, que era auxiliar no barateamento do custo de reprodução social da força de trabalho" (apud SCHNEIDER, 2003, p. 40).

⁴⁹ Segundo Schneider (2003, p. 36), para os estudiosos da questão agrária, entre os anos de 1950 e 1960, "[esta] era tratada como um tema exclusivamente político e ideológico, no qual conhecer a natureza e as características das relações sociais de produção tinha objetivo prioritário entender o 'potencial revolucionário' dos grupos sociais rurais e de seu papel na luta de classes. (...) Uma leitura cuidadosa desses textos revela que a preocupação fundamental de seus autores era política e não acadêmica. No geral, tentavam responder a questão se era ou não importante aos partidos de esquerda de então apostar nas alianças políticas e na capacidade revolucionária do campesinato".

⁵⁰ As ligas camponesas surgem no contexto de profundas transformações nas relações de trabalho tradicionais verificadas na zona canavieira de Pernambuco, na década de 1950, com a expulsão e negação de concessão de terras para plantio próprio dos trabalhadores, criando condições para a emergência de conflitos na região, a partir da mobilização dos trabalhadores rurais pela conquista da terra e de seus direitos trabalhistas. Segundo Medeiros (1989), o que marcou a ação das Ligas Camponesas nesse período foi o fato de os camponeses irem às ruas, realizando marchas, comícios, congressos, procurando não só reforçar sua organização interna como ampliar sua base de apoio nas cidades, e, dessa forma, colocar-se ao abrigo da repressão dos proprietários (...). Tais ações (particularmente a desapropriação do engenho Galiléia pelo governo do estado de Pernambuco, em

situação modifica o embate teórico e ideológico em torno da “questão camponesa”. Passa-se a uma abordagem de cunho produtivista e, algumas vezes, abertamente ideológico, acrescenta Jones (1997): com base nesta nova modelagem aparentemente científica, mas ideológica (ver mensagem 33 em Jones, 1997) ao estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento para o campo, voltado à modernização tecnológica, para a produção de “excedentes agrícolas” exportáveis, objetivando a redução dos déficits em contas correntes, etc.

No contexto deste novo discurso, do ponto de vista “técnico” ou “científico” (econômico) o conjunto de agricultores passa a ser classificado em função do tamanho de suas áreas e dos seus níveis de produção e produtividade: é classificado em pequenos, médios e grandes produtores. E, do ponto de vista “social” (supostamente científico) em agricultores de “baixa renda” (do ponto de vista “econômico”), e de subsistência ou familiares (do ponto de vista “social”)⁵¹.

Segundo Altafin (op. cit.), cuja posição, neste caso, ajusta-se com a de Alberto Jones, “interessava assim escamotear desigualdades como o acesso à terra, por exemplo, e estabelecer categorias operacionais, visando à aplicação diferenciada das políticas públicas como o crédito rural, a pesquisa e a extensão rural”.

Dentro dessa nova lógica, o camponês passa então a ser tratado como *pequeno produtor*, contribuindo, portanto, segundo Schneider (2003), para criar

uma outra conotação, menos politizada e estigmatizada do que a de campesinato. Entretanto, a utilização do conceito de pequena produção não provocou o abandono da noção de campesinato. Nesse sentido (...) pode-se afirmar que o conceito de pequena produção tinha um caráter operacional, sendo diretamente associado aos grupos estudados, ao passo que o campesinato ainda guardava um sentido teórico, indicando as suas características genéricas, como a forma de funcionamento, o uso da força de trabalho e as formas de gestão das unidades focalizadas (SCHNEIDER, 2003, p. 34. Grifos nossos).

Com a intensificação do processo da chamada “modernização conservadora”, o foco da reflexão se fixa nas relações de subordinação da pequena produção ao capital, especialmente no controle exercido pelos

1959) projetaram as Ligas nacionalmente, alimentando o debate sobre a natureza da propriedade da terra e a necessidade de reforma agrária (MEDEIROS, 1989, p. 48).

⁵¹ Jones (1997).

complexos agroindustriais. Desse modo, observa-se no final dos anos de 1970 e início de 1980 uma polarização e adjetivação do conceito, dividido então em *pequena produção integrada* e *pequena produção excluída da integração* (ALTAFIN, op. cit.).

Segundo Altafin (id. idem), na primeira estavam todos aqueles agricultores de características familiares que duplamente se integraram ao processo produtivo ditado pela agroindústria e, por conseguinte, ao mercado. No segundo caso, todos os outros que permaneciam à margem da modernização agropecuária brasileira. "À luz das teorias daquele período, o destino de ambos o grupos estaria inexoravelmente traçado. Os primeiros estavam a caminho de sua total proletarização, pois seriam trabalhadores para o capital".

A integração à agroindústria, de acordo com a autora acima, era analisada como uma *forma disfarçada de assalariamento*⁵², dado o grau de controle e subordinação do "campesinato" à agroindústria e a falta de autonomia do agricultor.

Previa-se que as novas relações no campo iriam reduzir o espaço para os trabalhadores rurais, enquanto para os agricultores não integrados seria uma questão de tempo para que se perdessem as possibilidades de sobrevivência na agricultura e migrassem para os grandes centros urbanos, engrossando o êxodo rural (ALTAFIN, op.cit.).

Segundo Altafin (idem), com o processo de redemocratização do País, iniciado em meados da década de 1980, "uma realidade diferente da descrita nas previsões expostas acima, emerge com a retomada da organização dos movimentos sociais no campo". Alguns destes movimentos com inserção nacional – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o movimento sindical dos trabalhadores rurais, aglutinado em torno da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) – e outros de ação apenas local ou microrregional.

De acordo com a autora (id.idem),

⁵² Esta noção de "forma disfarçada de assalariamento" teve sua origem nos trabalhos de Caio Prado Júnior, no âmbito do debate entre as teses do PCB (ou do B) e outros intelectuais, acerca dos rumos e do caráter da *Revolução Brasileira* e do papel do *Campesinato e da Questão Agrária*. É, portanto, parte de um antigo debate sobre as origens e o desenvolvimento da formação social brasileira (FEUDALISMO x CAPITALISMO) e os Rumos atuais (da época) da Revolução e do desenvolvimento do Brasil, debate riquíssimo e mundial, aliás, no campo das ciências sociais, infelizmente quase esquecido no ambiente acadêmico atual. Ver a este respeito: Jones (1987 e 1997), Prado Junior (1981 e 2006), entre muitos outros estudos.

as ações empreendidas por esse conjunto de organizações sociais demonstravam que não se comprovou a hipótese de que o desenvolvimento capitalista no campo levaria ao desaparecimento de camponeses, pequenos produtores (integrados ou não), colonos, assentados e demais formas familiares de produção rural, que persistiam e apresentavam novas estratégias produtivas e organizativas. Com diferentes orientações, esses grupos pressionam o Estado por políticas que os incluam no processo de desenvolvimento do País, colocando suas reivindicações na pauta de prioridade do governo.

Dessa forma, na década de 1990, observa Altafin (op. cit.), a reforma agrária volta a ser pauta da agenda política, resultando na criação de diversos projetos de assentamentos, e a criação do PRONAF, representando a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a (então "nascente" noção/categoria) agricultura familiar.⁵³

Segundo Schneider (2003),

a partir da unificação do discurso político, os sindicatos e movimentos sociais do campo passaram a se identificar com a noção de agricultura familiar que, na verdade, congregava uma miríade de categorias sociais unificadas sob uma mesma denominação. (...) Além disso, a legitimação crescente da noção de agricultura familiar⁵⁴ junto aos movimentos sociais também pode ser atribuída ao próprio enfraquecimento de outras denominações que eram usadas até então, como a de e "trabalhador rural" ou "pequenos proprietários" (SCHNEIDER, 2003, p. 31).

De acordo com Neves (mimeo.),

as alternativas que a categoria agricultura familiar ofereceu para o abandono do recorrente e incômodo desacordo em torno dos significados atribuídos aos camponeses e aos pequenos produtores mercantis, em grande parte, explicam a atracção a um suposto seguro porto semântico. Além disso, libertava os que dela faziam uso enquanto categoria classificatória, das explicações sobre graus de atraso e de mudança dos (pequenos, médios?) produtores agrícolas, de sua expropriação e de seu emburguesamento, das suas condições diferenciadas de compra e venda de força de trabalho, de suas visões de mundo que supostamente negavam a modernização e, por isso, estavam excluídos dos benefícios tecnológicos que se fundamentavam em outras formas de saber (NEVES, op. cit.). Grifos nossos.

⁵³ De acordo com Schneider (2003, p. 31-32), "a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar o PRONAF, que, atendendo às pressões dos movimentos sociais rurais realizadas desde o início da década de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo aliados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade".

⁵⁴ Cabe registrar que o termo "*familiar*" é trazido por ao contexto do debate acerca da questão agrária certamente como categoria alternativa às formas marxianas de "camponeses e proletários"; herdeira do antigo debate que antecedeu ao Golpe Militar de 1964. É neste mesmo contexto que se buscam novas categorias classificatórias (isto é, pragmáticas, instrumentais) que no debate atual se pretende assumir-las como "teóricas" ou "científicas".

Segundo a autora citada acima, se no campo político o uso da categoria agricultura familiar foi eficaz, “correspondendo a expectativas socialmente construídas, no campo acadêmico essa unanimidade foi conceitualmente esterilizante”:

A despeito de os segmentos de produtores que ela engloba não serem homogêneos, o ponto de vista dos atores foi secundarizado frente ao formalismo classificador, desconsiderando sua diferenciação nas diversas situações (...). Mesmo assumindo que a categoria denota a diversidade (...) foram desprezadas as interpretações sobre as múltiplas situações pelas quais a atividade produtiva e as condições de integração são vividas e concebidas por quem as sustenta e as reproduz. Difundiu-se o estudo da articulação do processo de constituição dos agricultores familiares a movimentos sociais orientados pela conquista da cidadania, subjacente o acesso à terra ou à posição e seus inerentes recursos constitutivos (...). O familiar enquanto atributo de distinção, não pode explicar o que distingue. Não é um dado imediato (...). **As noções que a categoria enfeixa englobam os princípios de comparação e contraposição, cujas idéias subjacentes não se referem à vida familiar** (NEVES, op.cit. Grifos nossos).

Portanto, como ressalta Delma Pessanha Neves, "não se trata de um conceito teórico" – melhor dizendo, científico.

Ele é descritivo e politicamente classificador de um segmento de produtores instado a um projeto de redefinição de suas formas de integração. Os pesquisadores não podem usá-la se esquecendo que o trabalho político de reconhecimento social implica a eufemização dos significados subjacentes à categoria (...). **Trata-se de uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político.** Por este engajamento ele se torna concorrente na disputa por créditos e serviços sociais; na demanda de construção de mercados e cadeias de comercialização **menos expropriadora**; na reivindicação de assistência técnica correspondente aos processos de trabalho e produção – que coloca em prática; na reivindicação do reconhecimento do protagonismo no processo de decisões políticas que lhe digam respeito ou que sobre ele intervenham” (NEVES, idem). Grifos nossos.

De acordo Neves (2002), a categoria agricultura familiar acena para um padrão ideal de integração diferenciada de uma heterogênea massa de produtores e trabalhadores rurais – camponeses, pequenos produtores, arrendatários, parceiros, colonos, meeiros, assentados rurais, trabalhadores sem-terra – genericamente qualificada pelo termo político *agricultor familiar*, que “pressupõe a superação do insulamento político e cultural e da precariedade material destes atores sociais” (NEVES, idem).

Portanto, para a autora acima, a categoria deve ser utilizada pela definição ("mesmo que não consensual") jurídica, que até aqui alcançou, isto é, conforme os conteúdos atribuídos por definições politicamente construídas,

"alcançadas por negociações de interesses e conquistas relativas cristalizadas" no texto instituidor do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Decreto n.º 1.946, de 28 de junho de 1996:

Modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre a gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado (Pronaf apud NEVES, op.cit.).⁵⁵

Neves chama a atenção de que "alguns outros aspectos valorizados" como a ênfase na diversificação, na proteção ao meio ambiente e na qualidade de vida não são generalizáveis, mas desejáveis, *"ressaltados em face das condições de elaboração das definições: o modelo de agricultura familiar contraposto ao da patronal"*⁵⁶ (NEVES, op.cit.).

Portanto, a categoria agricultura familiar é denotativa da ação política e da conquista jurídica. E tanto mais porque a mobilização para a constituição de novas formas de integração, no bojo dos investimentos para construção de processos de reordenação de universos sociais, de novas aprendizagens tecnológicas e políticas pauta-se na sua tardia conquista da cidadania (...)

(...) Pensar a construção qualificada de múltiplos segmentos em torno de uma identidade comum, "constituída pelo vínculo à modernidade da produção agrícola modelizada pelo termo *agricultura familiar*", pressupõe considerar **as alternativas e os constrangimentos institucionalizados**, objetivados enquanto desdobramentos de decisões políticas dos demandantes, dos apoiadores, dos mediadores e da burocracia estatal (...)

"[Quais] **as alternativas e limites** criados a partir do quadro institucional que vem tornando possíveis ou impossíveis a mobilização e o engajamento dos segmentos de produtores e trabalhadores a serem transformados em agricultores familiares? Enfim, como, a partir da **base institucional precariamente oferecida**, pode se tornar viável a mudança do universo social, do sistema de atitudes que está associado à posição e dos projetos a serem elaborados e objetivados? (Grifos nossos).

3.3. Agricultura familiar *versus* agricultura patronal: o debate

Ângela Kageyama e Sônia Bergamasco, segundo Schneider (2003), apresentaram, de forma pioneira, em 1989, um estudo da estrutura agrária brasileira, utilizando como critério a utilização de força de trabalho contratada ou, pelo contrário, a predominância do trabalho familiar, resultando dessa

⁵⁵ "Esta definição [do Pronaf] é abrangente quanto à diferenciação dos agricultores familiares – consolidados, em transição, periféricos –, considerando os graus de integração ao mercado, das inovações tecnológicas, da gestão produtiva, da participação em políticas públicas e do controle da terra, jamais superior a 100 ha (...). É a partir dela que os agricultores podem se apresentar na rede bancária para reivindicar créditos. Ao mesmo tempo podem reordenar o processo político de avanço de novas conquistas e atendimento mais adequado de interesses da categoria sócio-profissional assim reconhecida" (NEVES, mimeo.). Interesses que, segundo a autora, "vão se redefinindo e se explicitando no processo de reivindicação e de percepção dos limites e alternativas de recursos".

⁵⁶ Grifos nossos.

separação a oposição entre estabelecimentos empresariais e familiares, distanciando assim, segundo aquele autor, da polarização dos estabelecimentos rurais entre pequenos e grandes ou entre minifúndios e latifúndios, presente na bibliografia anterior ("mais antiga"):

Entre outras conclusões, o trabalho das autoras demonstrou que, na década de 1970, havia se formado na estrutura agrária brasileira um conjunto de estabelecimentos que eram pequenos em tamanho de área, mas que podiam ser classificados como empresariais, porque a maior parte da força de trabalho utilizada na propriedade era contratada. O que levou a afirmarem, textualmente, que '(...) as empresas familiares têm mais características comuns com as empresas capitalistas do que com os demais grupos familiares' (SCHNEIDER, 2003, p. 35).

De acordo com Schneider (2003), a partir desse trabalho, houve uma preocupação maior por parte de outras pesquisas em conhecer, de modo aprofundado, o caráter familiar dos estabelecimentos agrícolas e as formas de funcionamento dessas unidades. Entre estes estudos, se encontra a pesquisa realizada, já na década de 1990, pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), "*cujo objetivo principal era estabelecer as diretrizes para um 'modelo de desenvolvimento sustentável'*" (SCHNEIDER, 2003, p. 35), sugerindo outra forma de classificação dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, separando-os entre dois modelos: "**patronal**" e "**familiar**". Sendo que os estabelecimentos familiares foram ainda separados em três subcategorias: familiar consolidada, familiar em transição e familiar periférica.

Segundo Schneider (2003, p. 36), "essa tipologia constituiu-se em suporte fundamental à principal política pública do Estado brasileiro de apoio aos agricultores familiares – o PRONAF – e inspirou, posteriormente, vários trabalhos e estudos".

De acordo com FAO/INCRA (2000),

o estudo adotou uma tipologia simples que busca, em essência, classificar os produtores a partir das condições básicas do processo de produção, que explicam, em boa medida, suas reações e respostas ao conjunto de variáveis externas, assim como a sua forma de apropriação da natureza. Muito embora o foco do estudo seja a agricultura familiar, a própria delimitação deste universo implica a identificação dos agricultores não familiares ou patronais.

A Tabela 2 indica as principais características dessas duas categorias estabelecidas pelo Projeto FAO/INCRA.

Tabela 2 – Caracterização da agricultura patronal e da agricultura familiar (Projeto FAO/INCRA)

Agricultura patronal	Agricultura familiar
Separação entre trabalho e gestão.	Relação íntima entre trabalho e gestão.
Organização descentralizada.	Organização do processo produtivo conduzido pelos proprietários.
Ênfase na especialização produtiva e em práticas agrícolas padronizáveis.	Ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.
Uso predominante do trabalho assalariado.	Utilização do trabalho assalariado em caráter complementar.

Fonte: Schneider (2003).

Há algumas diferenças entre o estudo da FAO/INCRA (2000) e o do Pronaf na definição de "agricultura familiar". O Pronaf define agricultura familiar com base em quatro critérios:

1. Predomínio da mão-de-obra familiar, com limite de dois empregados permanentes, podendo contratar mão-de-obra eventual; o estudo da FAO/INCRA: admite mais de dois empregados permanentes.
2. Área até quatro módulos fiscais. Embora não seja correto definir agricultura familiar por limite de área, pois deve-se considerar, de acordo com a política atual, os sistemas de produção praticados – no caso da pecuária esse limite pode chegar a 6 módulos fiscais⁵⁷ –, o estudo da FAO/INCRA aponta que 87% dos estabelecimentos familiares estão em área inferior a 50 ha. O estudo da FAO/INCRA estabelece "área máxima inferior a 15 módulos fiscais tomados regionalmente". De acordo com esse estudo, tal limite teve por fim evitar eventuais distorções que decorreriam da inclusão de grandes latifúndios no universo de unidades familiares, "ainda que do ponto de vista

⁵⁷ Módulo fiscal, de acordo com a definição do INCRA/FAO (2000), é a área máxima em hectares, definido para cada tipo de exploração e dimensionado para cada município do País, que um produtor é capaz de explorar economicamente utilizando a mão-de-obra familiar e, eventualmente, com a ajuda de terceiros. Por **extensão**, o INCRA define as categorias de imóveis rurais em:

- minifúndio: o imóvel rural de área inferior a 1 (um) módulo fiscal.
- pequena propriedade: o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
- média propriedade: o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;
- grande propriedade: o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

conceitual a agricultura familiar não seja definida a partir do tamanho do estabelecimento, cuja extensão máxima é determinada pelo que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho associado à tecnologia de que dispõe" (FAO/INCRA, 2000).

3. Residência no estabelecimento ou em aglomerado próximo. Neste último caso, como mostra o estudo de José Eli da Veiga em 'O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento' – 2001, boa parte dos pequenos municípios brasileiros são municípios rurais – o caso de Tombos -, onde a população vive basicamente da agropecuária. O estudo da FAO/INCRA não trata sobre este critério.
4. A renda agrícola e não agrícola deve ser gerada predominantemente de atividades no estabelecimento. Os limites da renda em atividades não agrícolas fora do estabelecimento variam de 70% a 20% entre os grupos de produtores, classificados de acordo com o critério 'renda', estabelecido pelo Pronaf.

Segundo o estudo da FAO/INCRA (2000), a escolha de um conceito para definir os agricultores familiares, ou a definição de um critério para separar os estabelecimentos familiares dos patronais

não é uma tarefa fácil, (...) em parte porque o comportamento e a racionalidade dos vários tipos de produtores respondem a um conjunto amplo e complexo de variáveis com peso e significado diversos de acordo com o contexto, e em parte devido **às dificuldades de aplicação empírica de tipologias conceituais que levam em conta um número grande de variáveis** (INCRA/FAO, 2000). Grifos nossos.

4. PANORAMA ATUAL DA AGROPECUÁRIA EM TOMBOS – 1980 A 2006

4.1. Caracterização regional: geográfica, econômica e social

A Zona da Mata está situada no sudeste do estado de Minas Gerais, fazendo divisa com os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, abrangendo uma área de aproximadamente 36.021 km². Dentro do estado de Minas, confronta-se com outras meso-regiões (na classificação do IBGE): Rio Doce, Campos das Vertentes, Sul, e Metalúrgica. "A Mata mineira corresponde em boa parte a uma expansão do vale do Paraíba ao longo de seus afluentes" (COMERFORD, 2001, p. 46).

Quanto à superfície os municípios da região são, em geral, de pequena extensão territorial e apresentam um perfil econômico predominantemente rural. Isto é, a economia regional é predominantemente suportada na agropecuária. Apesar disto, segundo os dados do IBGE, o percentual de população residente rural da região é, na atualidade, de apenas 18% (IBGE, 1997). Este dado indica que a maior parcela da população residente dos povoados e das pequenas cidades da região apresenta, pelos critérios censitários, características urbanas; embora vivam predominantemente de atividades ligadas à economia rural.

Por outro lado, trata-se de uma região que, dados os índices de desenvolvimento do País, pode ser considerada economicamente estacionária; caracterizada pela agudização dos processos de êxodo rural e exclusão

econômica e social, particularmente no que se refere ao emprego de mão-de-obra assalariada. Estes problemas são agravados pelo baixo índice regional de industrialização (IBGE, 1997).

O relevo da região é, em geral, acidentado (mar de morros) e apresenta grande variabilidade geofísica: em distâncias relativamente pequenas, a altitude pode variar muito, juntamente com outras características micro-ecológicas. Este fato parece ter influenciado – e influenciar ainda – as estratégias econômicas e sociais de sobrevivência da população. Portanto, também as formas de ocupação e exploração econômica do solo, assim como as formas de organização das atividades econômicas e da existência social e política regional.

Nas regiões mais altas, de “terras frias”, predomina a produção do café consorciada às “culturas brancas” de subsistência. Nas regiões mais baixas, “terras quentes”, predominam a pecuária leiteira ou mista, também consorciada com culturas de subsistência.⁵⁸

Situado na porção leste da Mata mineira, microrregião Mata do Muriaé, o município de Tombos possui um relevo predominantemente montanhoso (70%). As menores altitudes são encontradas junto à cidade (distrito-sede), às margens do rio Carangola, em torno de 300 metros, com altitude mínima de 202 metros (Fazenda Córrego Água Limpa), se elevando em direção aos limites norte, leste e oeste do município, onde passa a variar de 400 a 1.200 metros. As maiores altitudes correspondem às áreas limítrofes ao município de Eugenópolis, com altitude máxima de 1.219 metros (Serra da Água Santa). O clima predominante, de acordo com a classificação de Köppen, é o Aw (tropical). Ocorrem duas estações climáticas: uma de outubro a abril, caracterizado por temperaturas mais elevadas e maiores precipitações; outra, de maio a setembro, período de inverno e estiagem. O total pluviométrico varia em torno de 1.263 mm anuais. A temperatura média anual é da ordem de

⁵⁸ Na Zona da Mata mineira "é muito generalizado o uso da distinção entre 'terras frias' e 'terras quentes', as primeiras aquelas situadas acima de 500 metros de altitude, as segundas abaixo dessa cota. Essa distinção corresponde ao limite da possibilidade de plantio de café da variedade arábica, mais valorizada" (COMERFORD, 2001, p. 49).

24,5°C, sendo a média das máximas de 29,6°C, e a das mínimas de 18,6°C. (INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADA – IGA, 1980).⁵⁹

Tombos limita-se com os municípios de Pedra Dourada, Faria Lemos, Eugenópolis, Antônio Prado de Minas e Porciúncula, este último no estado do Rio de Janeiro.

O município possui dois distritos: Catuné e Água Santa, além do distrito-sede e 16 comunidades rurais: Água Santa, Alto Catuné, Banco, Batatal, Catuné, Chave Santa Rosa, Córrego dos Pereiras, Gaviãozinho, Igrejinha, Mira Serra, Pedra Bonita, Perdição, São Pedro, Serra dos Quintinos, Serra Queimada e Sertão.

Em Tombos, a cultura do café, da pecuária leiteira e da cana-de-açúcar são as principais atividades econômicas. As explorações agropecuárias localizam-se em áreas geofisicamente distintas do município, como é comum na região. Na parte de maior altitude ("região alta") predominam as plantações de café e na de menor altitude ("região do meio" e "região baixa") se destacam as produções de leite e cana-de-açúcar. Assim, segundo estudo da APAT, a maioria dos pequenos agricultores tem a sua fonte de rendimentos concentrada quase totalmente em uma só atividade (APAT, 2002). Este fato que provavelmente está na origem da dependência, sobretudo dos pequenos produtores em relação ao mercado, provoca, segundo a APAT, instabilidade em sua capacidade de reprodução econômica e social.

Eis como a Associação dos Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais de Tombos-MG (APAT) reporta-se a esta problemática:

A cultura do café, da cana-de-açúcar e a pecuária leiteira são atividades muito ligadas aos complexos agro-industriais. Isto diminui o poder de pressão e influência no mercado por parte dos produtores. A rentabilidade da atividade é transferida do setor produtivo para o de beneficiamento e transformação, que canalizam seus investimentos para outras regiões, distintas daquelas onde está a produção. Através desse processo, ficam descapitalizados os produtores, diminuem os investimentos e a circulação de capitais, o incremento do comércio e a arrecadação de impostos nos pequenos municípios. Permanece, assim, o ciclo da marginalização dos pequenos produtores rurais e do processo de desenvolvimento do próprio município" (APAT, 2002, p. 7).

⁵⁹ Deve-se ressaltar que esses registros climáticos são da década de 1980, podendo, desde então, terem sofrido pequenas variações em seus índices, o que não compromete a caracterização climática do município descrita acima para os dias atuais.



Fonte: IGA/CETEC (1994).

Figura 1 – Localização da Zona da Mata no Estado de Minas Gerais.

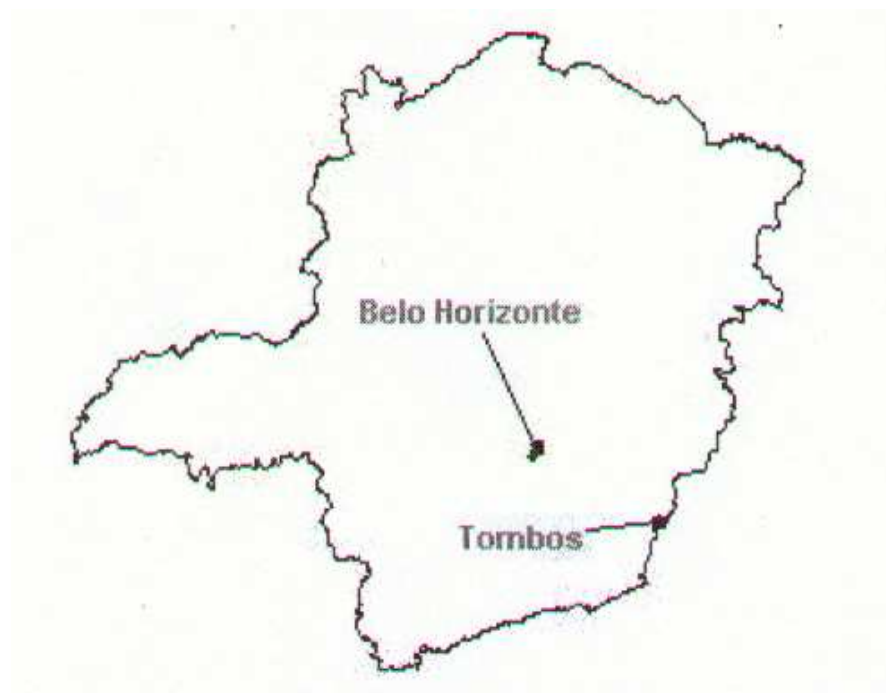
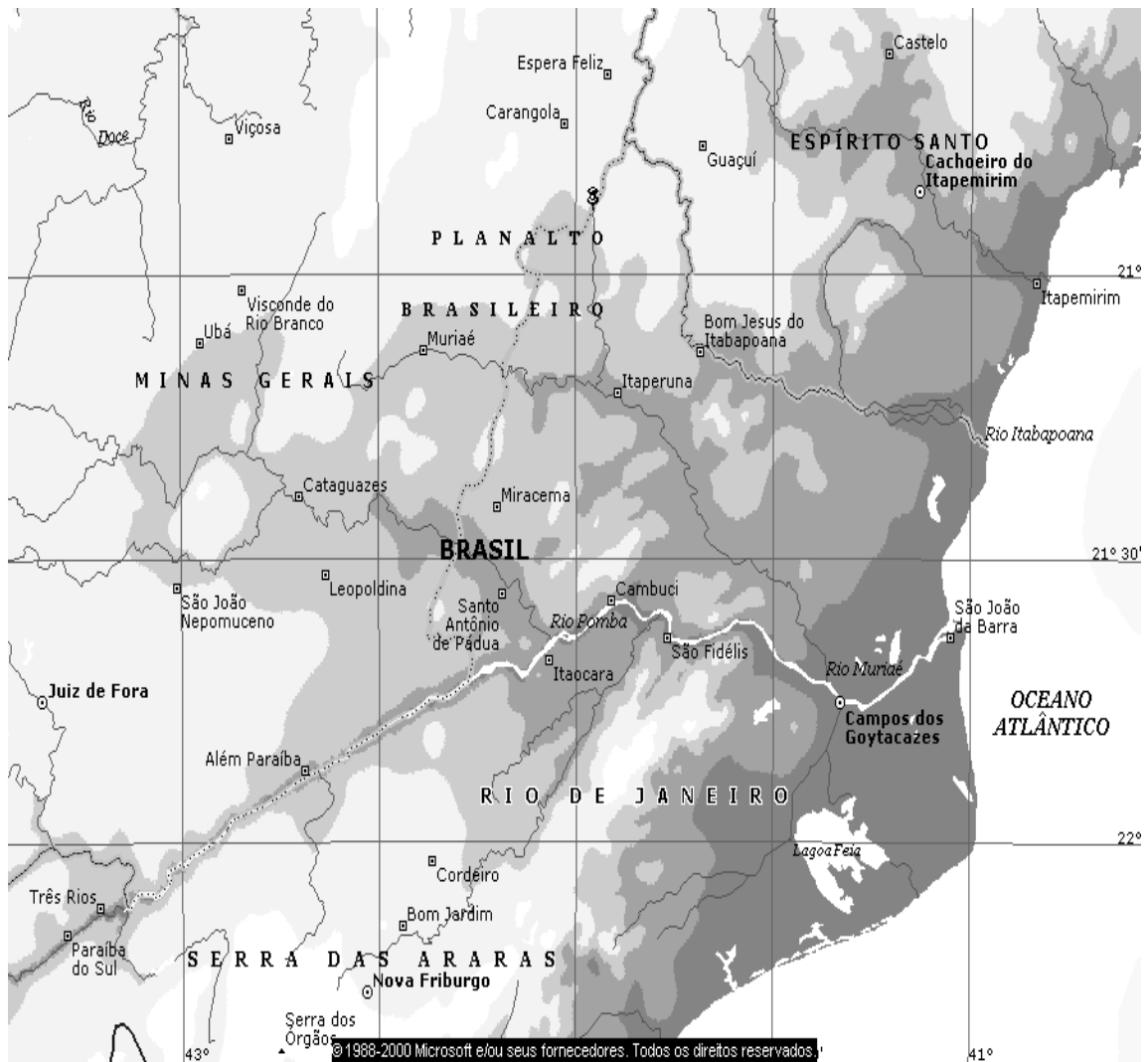


Figura 2 – Localização do município de Tombos no Estado de Minas Gerais.



Obs.: (1) Este mapa se refere a um recorte do Mapa Físico do Brasil; (2) O símbolo "alfinete", abaixo do topônimo Carangola, representa a localização geográfica (Lat. 20°55' Sul; Long. 42°1' Oeste) do distrito-sede (cidade) de Tombos; (3) As linhas pontilhadas se referem às divisas territoriais entre os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo; (4) As linhas sinuosas e contínuas representam a rede hidrográfica; (5) As coordenadas geográficas são representadas pelas linhas horizontais (latitude) e verticais (longitude).

Fonte: Enciclopédia Encarta (2000).

Figura 3 – Localização de Tombos na região Sudeste.

A população de Tombos em 2000, segundo dados do Censo (IBGE, 2000) era de 11.652 habitantes. Desta, aproximadamente 71,38% residia na área urbana e 28,62% na área rural. A densidade demográfica era de 41 habitantes por km². A Tabela 3 mostra a evolução demográfica do município no período de 1970 a 2000.⁶⁰

Tabela 3 – População de Tombos: 1970-2000

Ano	Urbana	Rural	Total
1970	4.579	5.602	10.181
1980	5.082	4.125	9.207
1991	6.327	3.440	9.767
1996	7.129	3.260	10.389
2000	8.317	3.335	11.652

Fonte: Censo Demográfico do IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/index.htm>.

Observa-se que no decorrer deste período (1970-2000) a população flutuou, mas permaneceu quase inalterada em números absolutos. Por outro lado, registra-se uma tendência ao crescimento da população urbana em relação à população rural. Fato que, aparentemente, possui uma explicação unívoca em termos do avanço dos subprocessos de modernização e urbanização.

A extensão das leis trabalhistas ao campo e as questões judiciais delas decorrentes, às quais impuseram perdas substanciais aos proprietários – principalmente à propriedade patronal –, aumentaram indiretamente o custo do trabalho e, conseqüentemente, reduziu-se drasticamente o número de trabalhadores residentes, passando os proprietários a recorrerem ao sistema de parceria ou mesmo ao trabalho temporário do "bóia-fria".

⁶⁰ De acordo com o último Censo (2006-2007), a população total do município é de 9.194 habitantes. Este Censo (em fase de conclusão) não traz (ainda) a divisão da população entre urbana e rural. A diferença de mais de 2000 habitantes a menos entre o Censo de 2006 e o de 2000, mais do que uma evasão de população em massa – mesmo admitindo a fraqueza econômica do município –, nos leva a crer que esta diferença esteja em outros fatores, que precisam ser melhor investigados.

4.2. A estrutura fundiária em Tombos

Pode-se dizer que o padrão atual de ocupação territorial em Tombos é o mesmo que vem se dando em toda a Zona da Mata mineira (e no País, de forma geral, como demonstra a Tabela 6): o domínio da pequena propriedade. Acompanhando este processo, a parceria, como atesta o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tombos e Pedra Dourada (STR), vem se constituindo na principal forma de relação de trabalho. Processo este fruto do desmembramento progressivo das grandes fazendas (aquelas com mais de 200 hectares), principalmente a partir da década de 1980, resultando na aquisição por compra de grande parte dessas terras pelos pequenos proprietários. Por outro lado, verifica-se também um processo de minifundização: a divisão das pequenas propriedades entre os herdeiros.

Nós aqui somos pequeno proprietário, né (...) São dez hectares de terra, ou três alqueires, né (...) A dificuldade aqui é a mão-de-obra... tá ficando escasso... e a idade já tá avançada, né... a gente não guenta mais trabalhar, né... e a mão-de-obra, além de cara tá ficando escassa, né. [Aqui é] quase tudo meeiro, né... cada um tem seu pedacinho de lavoura pra tocar... querer um diarista pra trabalhar pra você... tá difícil cada um já tem seu pedacinho de terra (...) A produção maior nossa aqui foi 120 saca de café (2006)... mas aí tem que ser desse 120, a metade, né, porque a outra metade lá é do meeiro lá... E [o meu filho] Zé, aqui, não dá à meia, não. É tudo dele, né... Na minha parte, no caso, ficaria umas 30 saca de café... a 180 real a saca... um preço, né (risos). (Agricultor de Catuné, entrevista concedida em 19/11/2007).

As Tabelas 4 e 5 demonstram de maneira bem clara este processo de parcelamento da terra, até o ano de 1995 (data do penúltimo Censo Agropecuário). Processo este que, podemos afirmar, com base em nossas entrevistas com os agricultores e os dirigentes de algumas de suas entidades representativas – STR, AMART e APAT (pois os dados completos do Censo 2005-2006 ainda não estão disponíveis) prosseguiu de forma ainda mais acentuada até os dias atuais.

Tabela 4 – Grupos de área total (ha), Tombos-MG

Ano	Total		Menos de 1		1 a menos 2		2 a menos 5		5 a menos 10		10 a menos 20		20 a menos 50		50 a menos 100		100 a menos 200		200 a menos 500		500 a menos 1.000		1000 a menos 2.000	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
1980	398	26.394	5	2	6	8	32	112	59	472	66	986	116	3.755	55	3.929	31	4.443	20	6.113	6	4.045	2	2.524
1985	487	26.662	10	3	9	12	46	159	78	551	115	1.673	122	3.892	54	3.724	26	3.647	18	6.142	6	4.411	2	2.444
1995	534	25.410	15	4	10	13	46	166	95	685	125	1.790	127	4.152	59	4.163	31	4134	17	4.825	6	4.027	1	1.451
2005	579	19.457	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE (1955, 1970, 1984 e 1996).

Legenda: (-) microdados do Censo 2005-2006 ainda não disponibilizados pelo IBGE.

Tabela 5 – Número de estabelecimentos por estratos de área e área média, segundo os grupos de área total (em ha), Tombos-MG

Grupos de área total	% nos estabelecimentos	% na área	Área média
Menos de 5	13,7	0,7	2,6
5 a menos de 20	41,2	9,7	11,3
20 a menos de 50	23,8	16,3	32,7
50 a menos de 100	11,0	16,4	70,5
Acima de 100 ha	10,3	56,8	262,5

Fonte: Brasil (2000) adaptado por este autor.

Para Tombos, calculamos a área média dos grupos de área total com base nos dados do Censo 1995-1996, que constam na Tabela 4. Porém, esta tabela não nos permite calcular a área média do grupo de "100 ha a 15 módulos regionais". Sendo assim, estabelecemos, utilizando os dados da referida tabela, um grupo de área total "acima de 100 ha", com área média de 262,5 ha.

Tabela 6 – Número de estabelecimentos por estratos de área e área média, segundo os grupos de área total (em ha), Brasil

Grupos de área total	% nos estabelecimentos	% na área	Área média
Menos de 5	39,8	3,0	1,9
5 a menos de 20	29,6	12,2	10,7
20 a menos de 50	17,2	20,4	31,0
50 a menos de 100	7,6	19,7	67,8
100 ha a 15 módulos regionais	5,9	44,7	198,0

Fonte: Brasil (2000).

As Tabelas 5 e 6 foram construídas a partir dos dados do MDA/INCRA sobre a "Participação da Agricultura Familiar nos Estabelecimentos, na Área e Área Média, segundo os Grupos de Área Total" do País. Os dados das duas tabelas levam em conta o número total de estabelecimentos e área total (familiares e patronais) para cada Grupo de Área.

De acordo com a Tabela 4, em Tombos, no período de 1980 a 2006 há um aumento expressivo no número de estabelecimentos agropecuários⁶¹ da ordem de 181: de 398 estabelecimentos em 1980, passam para 579 em 2006. Porém a área destinada à atividade agrícola e pecuária encolhe aproximadamente 7 mil hectares: passa de 26.394 ha para 19.457 ha.

Entre 1980 e 1995,

- a) O número de estabelecimentos de até 20 ha irá aumentar expressivamente: de 168 estabelecimentos em 1980, passam a 293 estabelecimentos em 1995: um aumento de 74,4%. A área ocupada por esta faixa correspondia em 1980 a 1 580 ha (aproximadamente 6% da área total). Em 1995 esta área já era bem mais extensa: 2 658 ha (um aumento próximo de 68%), representando um pouco mais de 10% da área total de 25 410 ha.
- b) Nesta faixa de até 20 ha, os estabelecimentos com "menos de 5 ha" passam de 43 para 73 (um aumento de aproximadamente 70%).
- c) Mas o maior aumento em número de estabelecimentos se dá no Grupo de "5 a menos de 20 ha": de 125 estabelecimentos em 1980 passam a 220 em 1995 (95 estabelecimentos a mais – ou seja, um aumento de 76,0%).
- d) O Grupo de Terras de "20 a menos de 50 ha" terá um aumento menor, quando comparado aos com "menos de 20 ha", tanto em número de estabelecimentos como em área: em 1995 este Grupo somava 127 estabelecimentos – 13 a mais que em 1980 – representando 16,3% da área total. Em 1980 ocupavam 14,2% da área total.
- e) Os estabelecimentos de "50 a menos de 100 ha" praticamente se mantêm em número e área. Em 1995 são 59 estabelecimentos (quatro a mais que em 1980) ocupando uma área de 4.163 ha – um pouco maior que a de 1980 –, representando 16,4% da área total.
- f) O estrato de terras com "mais de 100 ha" terá uma redução mais significativa em área do que em número de estabelecimentos. Em 1980, os 59 estabelecimentos deste estrato (14,8% do total) ocupavam 64,9% da

⁶¹ Estabelecimento agropecuário: "todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processe uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento e a extração de produtos vegetais. Excluindo-se da investigação os quintais de residência e hortas domésticas" (IBGE, 1986).

área total de 26 394 ha. Em 1995, este número cai para 55 estabelecimentos (10,3% do total), ocupando 56,8% da área total de 25 410 ha. Entre 1980 e 1995, esse estrato de área sofreu uma perda de mais de 2 600 ha.

Com base nos dados apresentados na Tabela 4, excluindo o Grupo de Terras "de 50 a menos de 100 ha", que diminuiu apenas em cinco o número de estabelecimentos e ainda ganhou um pequeno aumento de área, podemos inferir que grande parte do ganho em propriedades e em área dos Grupos de Terras com "menos de 50 ha" se deu sobretudo – como visto acima – pela divisão das propriedades com "mais de 100 ha", que devido ao alto custo de manutenção com insumos e mão-de-obra (salários e obrigações trabalhistas) – haja visto a escalada da inflação entre 1980 e início dos anos 1990, acompanhada do intenso processo de êxodo rural e urbanização – ou por motivos de aposentadoria ou morte do proprietário, foram partilhadas entre os herdeiros, e, ou, vendidas em frações, principalmente para aqueles médios e pequenos proprietários que obtiveram bons rendimentos com o café e a pecuária nessas duas décadas.

(...) Mas tem duas região: uma [região baixa] no meio do município, hoje, que ele é só gado, você só vê pasto, onde existia grandes fazendas... com a passagem dos mais idosos, que ficou os herdeiros, hoje quase não tem grande propriedade. Hoje... maior propriedade em Tombos é de 400 hectares... tem uma fazenda, Santa Bárbara ali [região baixa]... ela era uma fazenda de 400 alqueires, que tinha mais de 1000 hectares, hoje, com a divisão já passa a ser quatro dono, que dá mais ou menos 400 a 500 hectares a maior área" (Derli Pinheiro, presidente da APAT – entrevista concedida em 17/12/2007).

Hoje, as grandes propriedades, você tem como se lembrar, tão se tornando inviáveis, os grandes fazendeiros que tinha aqui, na nossa região, já venderam a maior parte das suas terras, e hoje, a agricultura familiar, o que acontece, o cara tem lá, por exemplo, uma propriedade de 10 alqueires de terra [aproximadamente 30 ha], tem três filhos, aí os filhos casa e vão morar na própria propriedade, e aí, você vai olhar assim, vai ficar pouca terra pra muita gente. Então, a agricultura familiar, hoje, principalmente no município de Tombos, eu digo, uns 90% do nosso povo é agricultura familiar, desde meeiros, arrendatários, parceiros, pequenos produtores" (Daniel Seabra, presidente da Ecosol – Cooperativa de Crédito da Economia Solidária – entrevista concedida em 24/11/2007).

Mesmo considerando que são poucas as grandes propriedades, o Censo Agropecuário de 1995 mostra que os estabelecimentos "acima de 100 ha", que representam 10% do total, concentram mais de 50% da área destinada às atividades agrícolas e pecuárias no município. Considerando o processo histórico de ocupação da região central da Zona da Mata mineira e de

Tombos em particular, podemos dizer que a maioria dessas “grandes propriedades”, desde o início de sua formação (início do século XIX), se concentrou na “região baixa” (ou de “terra quente”) do município – em razão da maior necessidade de pastos para o gado e por serem mais propícias ao cultivo do milho e da cana-de-açúcar – aglutinando em seus arredores pequenas propriedades camponesas, ambas formas de propriedade desenvolvendo uma “economia de subsistência de baixo nível técnico e produção”, que nos fala Boechat (2006) e dependentes uma da outra – no que diz respeito à necessidade de mão-de-obra temporária pela primeira, e de sustento familiar pela segunda. E, com relação à “região de cima” (ou de “terra fria”), podemos supor que, por sua característica montanhosa, impeditiva ao pleno desenvolvimento da pecuária, somente teve uma ocupação de fato com o avanço da cafeicultura, a partir dos anos de 1870, principalmente com a formação de pequenas e médias propriedades, muitas delas compostas de famílias de imigrantes italianos, chegadas entre o fim dos oitocentos e início do século XX.

Se o processo de parcelamento das terras se dá em ambas regiões do município, como visto acima, podemos arriscar – por falta de dados mais atualizados que discriminem o parcelamento por “região” dentro do município – que, na “região de cima” este dá origem sobretudo a pequenas propriedades (com menos de 50 ha.), e se destinam quase sempre à exploração direta e familiar. Ao passo que, na “região de baixo”, a partilha das grandes fazendas de 1000 ha ou mais, dará origem a propriedades patronais, arrendadas a terceiros ou exploradas no sistema de parceria (os antigos empregados se tornam parceiros/meeiros). Ainda que, nesta região, o número de pequenas e médias propriedades familiares ou patronais tenha aumentado, historicamente ela continua responsável pela maior presença de propriedades acima de 100 ha, e também a somar um maior número de agricultores sem título de propriedade.

Essa distinção espacial da produção – já ligeiramente abordada no início deste capítulo – e fundiária entre as duas regiões: a “região de cima” – do café –, e a “região de baixo” – do leite, resulta em uma clara distinção

socioeconômica entre ambas⁶² – mesmo considerando aspectos econômicos conjunturais, ou seja, as oscilações dos preços de ambos produtos no mercado nacional e internacional – que fica evidente nos depoimentos dados a este autor por um casal de agricultores de Catuné, e pelo presidente da APAT, Derli Pinheiro, respectivamente:

Marido: Olha, na nossa região, o pequeno produtor... dá pra gente comer... porque a gente tem café, leite... e mexe com milho... feijão, que dá só pra despesa, né... e você vê, pra baixo ali, eles só mexem com leite... Então o produtor de Tombos pra lá, dentro do município, deve tá passando bastante aperto.

Esposa: tem melhorado um pouco... Com essa agricultura familiar deu uma melhorada boa...

Marido: na nossa região aqui. Eu acredito que no município como um todo, não. Só essa parte [alta] aqui, no Catuné... que mexe com café, com o milho, com leite.

Esposa: eles [parte baixa do município] só não mexem com o café...

Marido: É... eles devem tá passando um cado de aperto... É, pra nós aqui, é o café que salva. Bom, bom, num tá não [preço do café a 200 reais a saca], por que tem o adubo... mas isso porque a gente não aduba conforme a lavoura pede.

(Entrevista concedida em 24/11/2007).

A demanda mais necessária a partir do diagnóstico que nós fizemos, o pessoal mais empobrecido, mais dificuldade de renda, que tinha que trabalhar a diversificação era na região baixa, região quente, não é a região do café. Então aí nós fizemos uma assembléia e decidimo começar pelo leite, que era o pessoal mais prejudicado, começamos a trabalhar a região mais baixa, trabalha lá [região alta], trabalhamos aqui [região baixa] (Derli Pinheiro, 17/12/2008).

4.3. A agricultura familiar em Tombos

Em Tombos, os estabelecimentos "familiares"⁶³ representam 65,9% do total dos estabelecimentos agropecuários do município, ocupando apenas

⁶² Em Tombos, como também é comum em vários municípios da microrregião de Muriaé, essa distinção entre "terras frias" ou "região de cima" e "terras quentes" ou "região de baixo", de acordo com Comerford (2001, p. 49), acompanha aproximadamente uma distinção da estrutura agrária e social: nas 'terras frias' são mais comuns enclaves de sítiantes que se dedicam em algum grau ao plantio de café, enquanto nas 'terras quentes', as propriedades tendem a ser maiores e predomina a pecuária, tendo havido uma drástica redução, nessas áreas, tanto do plantio de café (...) como também de arroz, milho, feijão e cana. Não que a pecuarização também não tenha atingido as 'terras frias', especialmente as fazendas maiores situadas nestas, mas o café é um dos poucos produtos agrícolas que tem conseguido 'concorrer' com a pecuária na maioria dos momentos".

⁶³ Os estabelecimentos "familiares" foram ainda classificados, de acordo com o estudo da FAO/INCRA (2000), em quatro tipos, "tendo por objetivo estabelecer uma diferenciação socioeconômica entre os produtores familiares, e tendo em conta os cálculos efetuados, poder-se-ia, *grosso modo*, associar os tipos "*maiores rendas*" ou tipo "A", "*renda média*" ou tipo "B", "*renda baixa*" ou tipo "C" e "*quase sem renda*" ou tipo "D", respectivamente, a agricultores capitalizados, em processo de capitalização, em descapitalização e descapitalizados. Entretanto, entre os agricultores familiares do tipo "D" (*quase sem renda*), também existem agricultores mais capitalizados, os quais podem ter sido classificados neste grupo devido a frustração de safra, baixos preços de seus produtos no mercado ou a realização de novos investimentos nos quais as receitas ainda não estão superando as despesas. Esta afirmação

27,6% da área total – praticamente a mesma percentagem de sua participação no Valor Bruto da Produção do município: 27,5%; o que quer dizer que 34,1% dos estabelecimentos "patronais" ocupam 72,4% da área total, representando 72,5% do Valor Bruto da Produção (VBP).

Em 1995, os estabelecimentos familiares recebiam apenas 15,9% do financiamento destinado à agricultura do município. Ou seja, os estabelecimentos patronais abocanhavam 84,1% do total. Não só em Tombos, mas em todo o País, este financiamento destinado à agricultura é desproporcional entre os agricultores familiares e patronais, sendo a participação dos estabelecimentos familiares no crédito rural, ao contrário dos estabelecimentos patronais, sempre inferior ao percentual do VBP de que eles são responsáveis, como se pode observar nas Tabelas 7 e 8.

Tabela 7 – Tombos: estabelecimento, área, valor bruto da produção (VBP) e financiamento total (FT) – percentual

Categorias	% Est. s/ total	% Área s/ total	VBP (mil R\$)	% VBP s/ total	FT (mil R\$)	% FT s/ total
Familiar	65,9	27,6	1.541	27,5	33.000	15,9
Patronal	34,1	72,4	4.063	72,5	175.000	84,1

Fonte: INCRA/FAO (2000), a partir dos dados do Censo Agropecuário 1995/96 do IBGE.

Tabela 8 – Brasil: estabelecimento, área, valor bruto da produção (VBP) e financiamento total (FT) – percentual

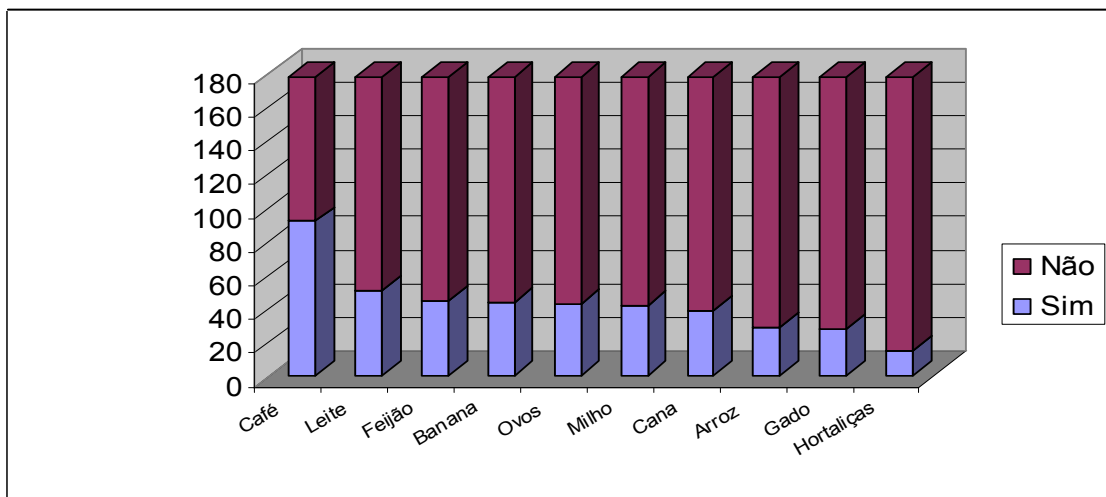
Categorias	% Est. s/ total	% Área s/ total	VBP (mil R\$)	% VBP s/ total	FT (mil R\$)	% FT s/ total
Familiar	85,2	30,5	18.117,75	37,9	937.828	25,3
Patronal	11,4	67,9	29.139,80	61,0	2.735.276	73,8

Fonte: INCRA/FAO (2000), a partir dos dados do Censo Agropecuário 1995/96 do IBGE.

está baseada na participação percentual do crédito rural obtido e dos investimentos realizados por estabelecimentos deste tipo, além da presença de agricultores com áreas superiores a 50 ha" (disponível em www.incra.gov.br. Acesso em 01/08/2008).

A pesquisa FAO/INCRA mostra que com apenas 30,5% da área e contando somente com 25% do financiamento total, os estabelecimentos familiares, no País, em 1995, eram responsáveis por 37,9% de todo o Valor Bruto da Produção nacional. Dado o grande número de estabelecimentos familiares, muitos dos quais com área muito pequena, destinada principalmente para moradia e plantio para subsistência, "este percentual é elevado, principalmente quando considerado que a pecuária de corte e a cana-de-açúcar, produtos tipicamente patronais e de alto valor agregado, têm um importante peso no VBP da Agropecuária Nacional" (INCRA/FAO, 2000).

No caso de Tombos, considerando o Valor Bruto da Produção agropecuária da agricultura familiar (27,5%), e a área ocupada por esta atividade (27,6%), pode-se dizer que este considerável percentual deve sobretudo à presença significativa nas propriedades familiares dos dois principais produtos do município: o café e o leite, seguidos dos gêneros alimentícios. A fonte de renda das 178 famílias fornecedoras da APAT, no ano de 2005 (Figuras 4 e 5), pode confirmar esta suposição por se tratar de uma amostra significativa do universo da agricultura familiar do município.



Fonte: Diagnóstico socioeconômico dos grupos de produção – ano 2005 (APAT, 2006).

Figura 4 – Frequência das fontes de renda das 178 famílias fornecedoras da APAT no ano de 2000.

	Café	Leite	Feijão	Banana	Ovos	Milho	Cana	Arroz	Gado	Hortaliças	Artesanato
Não	86	127	133	134	135	136	139	149	150	163	165
10%	15	11	29	21	32	18	26	15	15	7	7
20%	7	19	10	15	8	18	8	11	9	5	1
30%	13	10	6	3	3	3	3	2	2	1	4
40%	13	3		2		1		1	1	1	1
50%	14	3		2		2			1	1	
60%	10	2					1				
70%	1	1									
80%	7	2		1			1				
90%	3										
100%	9										
Total	178										

Fonte: Diagnóstico sócio econômico dos grupos de produção – ano 2005 (APAT, 2006).

Figura 5 – Culturas que compõe a renda das 178 famílias fornecedoras da APAT no ano de 2005.

Propriedades familiares, em sua maioria (praticamente 55% dos estabelecimentos agropecuários⁶⁴ do município) com menos de 20 hectares. Propriedades de baixo nível técnico; conseqüentemente, de baixo retorno financeiro.

... Sou proprietário... acho que eu tenho... 14 hectares.... [Sobre a renda da família] É difícil calcular... porque a gente vende o produto, tem muita despesa também, entendeu comê que é... o mês rural hoje... você sabe comê que é... tudo tem imposto pra pagar, tudo que cê vai mexer tem imposto pra pagar... então, cê não tem como definir o que você faz por ano, líquido, entendeu comê que é? É difícil.... a gente não fez essa tabela... a gente não tem um computador em casa pra trazer tudo anotadinho... Não... café, uns 200 sacos por ano... mas tem despesa... é bruto... 150 a 200 sacas, cê entendeu?, o meu café... nessa faixa de 200 [reais, o saco]... É difícil fazer o cálculo... que tem adubo, manutenção, remédio pra lavoura, insumo... É difícil cê calcular... no final sobra muito pouco... só te agaranto isso... sobra porque nós, eu e ela [esposa], faz a maior parte, cê entendeu? A gente que trabalha na roça mesmo, a gente que panha o café, que aduba... Capinar, a gente sempre dá empreitada, mas é nós dois que faz mesmo, a família que faz (Agricultor de Catuné, entrevista concedida em 24/11/2007).

Não é nosso objetivo neste trabalho, entrar em mais detalhes no que diz respeito à divisão dos estabelecimentos familiares quanto à variável

⁶⁴ Para sermos mais exatos: 54,9%, segundo o Censo Agropecuário (1995-1996).

"renda", definida de acordo com o estudo do INCRA/FAO (2000)⁶⁵. Mais para efeito de comprovar nossa tese de que a agricultura de Tombos, e particularmente a sua agricultura familiar, tratam-se fundamentalmente de produção mercantil simples, destacamos aqui, de acordo com os dados do estudo citado acima (Apêndice C), que os estabelecimentos familiares "quase sem renda" e de "renda baixa", somam mais de 50% do total de estabelecimentos familiares do município, compondo 60% do total de estabelecimentos agropecuários com área até 20 hectares.

Os estabelecimentos familiares de "renda média" (mais de 30% do total familiar) ocupam a maior porção: aproximadamente 40% da área total ocupada pela agricultura familiar no município, representando a maioria dos estabelecimentos familiares situados "entre 20 e 50 ha". Este fato demonstra que, em uma agricultura de pequena escala e baixo nível técnico, há uma relação inequívoca entre renda e tamanho da área – ou seja, os estabelecimentos de rendas maiores são aqueles que dispõem de maior área para a exploração econômica.

⁶⁵ O critério usado pelo INCRA/FAO para definir os tipos de agricultores familiares através da variável renda (nota 59, p. 71) é complicado e ultrapassa o entendimento do autor desta dissertação. Apenas para situar o leitor sobre essa classificação, utilizamos aqui um exemplo citado no estudo do INCRA/FAO: "Em Santa Catarina, estado que apresentou o maior valor da diária (R\$ 10,13), para um agricultor familiar ser classificado como tipo D [quase sem renda], ele precisa apresentar uma Renda Total de seu estabelecimento inferior a R\$ 1.580,28 ao ano. Por outro lado, para ser considerado como um agricultor tipo A [maior renda], será preciso obter uma Renda Total anual superior a R\$ 9.481,68. (...) Em outro extremo, um agricultor do Ceará ou da Bahia, estados com o menor valor da diária (R\$ 4,23), basta ter uma Renda Total superior a R\$ 3.959,28 para ser classificado com agricultor familiar tipo A. Nestes dois estados, para ser considerado como tipo D é preciso ter Renda Total do estabelecimento inferior a R\$ 659,88 por ano (INCRA/FAO, 2000).

5. AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS DESAFIOS EM TOMBOS

Até a década de 1970, a população de Tombos ainda era predominantemente rural, e sua economia se sustentava – como ainda se sustenta – basicamente do café e do leite produzidos principalmente nas "grandes" fazendas, daí, a grande influência exercida pelos fazendeiros sobre a vida econômica, social e política do município. Tanto patrão como empregado moravam no campo, sendo que o segundo, na maioria das fazendas, como cidadão, tinha apenas deveres a cumprir.

A partir dos anos 80, com a intensificação do êxodo rural e do processo de urbanização do país, acompanhados de sua redemocratização política, essa estrutura social, econômica e política comandada pelos "grandes" fazendeiros começa a ruir. Foram-se os anos do "milagre econômico" e vieram os anos de crises econômicas. As grandes fazendas começam a ser partilhadas, seja por herança, por venda ou parcerias. Algumas dessas terras foram adquiridas por muitos dos pequenos agricultores, muitos ex-empregados, que tiveram muitos de seus direitos reconhecidos através do trabalho de uma nova entidade surgida nesse novo cenário: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tombos e Pedra Dourada (STR).

Com o trabalho de organização social e política empreendido junto às famílias de pequenos agricultores, tanto pelo Sindicato quanto pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – este acontecendo desde os anos 70 – os agricultores familiares começaram a assumir um papel preponderante na

vida do município. A eleição do Partido dos Trabalhadores (PT) para o governo municipal, no ano de 1996, se deveu sobretudo aos votos vindos dessas famílias. Ou seja, o campo continuou decidindo a vida política do município, só que desta vez os papéis se inverteram; pequenos agricultores e trabalhadores rurais, agora organizados em movimentos sociais, atuando como sujeitos ativos na construção de sua história e identidade.

Este capítulo analisa a trajetória desses pequenos agricultores e trabalhadores rurais, que em 1992 culminou na fundação da Associação dos Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais de Tombos, a APAT. Em seu projeto de “desenvolvimento local”, a APAT contará com a ajuda de suas “entidades parceiras”: a Associação das Mulheres Agricultoras e Trabalhadoras Rurais de Tombos (AMART) e o próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

5.1. Características gerais da organização política, econômica e da vida familiar – STR, AMART e APAT

O início da organização dos trabalhadores rurais de Tombos, assim como em outros municípios da região, surge com o trabalho de organização e conscientização destes trabalhadores promovido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) em meados da década de 1970, época em que eram poucos os trabalhadores rurais ganhando salário mínimo, portando carteira assinada ou contratos de parceria. Como bem esclarece um documento da APAT (2002, p. 3), os trabalhadores conviviam “com posturas escravocratas como apanhar de chicotes dos patrões ou administradores das fazendas locais”.

A década de 1980 é vista pelos agricultores como marcada pela expulsão das famílias rurais do campo, estas migrando para a periferia pobre da cidade e cidades vizinhas. A maioria dessas famílias, lesadas em seus direitos, tinham como advogado o próprio advogado do patrão e a ele é que deviam reclamar a posse do que lhes cabia. Com a diminuição do subsídio do crédito, a partir da segunda metade dessa década, a situação se agrava ainda mais: muitas famílias são obrigadas a sair das fazendas. Começam a surgir mais parceiros morando fora da fazenda e aumenta o número de “bóias-frias” na cidade.

Por outro lado, é dessa mesma época, os bons rendimentos do café, o que levou a um aumento do número de pequenos produtores que acessavam a terra por meio da compra. Este fato, associado ao processo de partilha das fazendas de herança fez com que aumentasse o número de pequenas propriedades no município.

A partir desse processo de expulsão do campo, de minifundização e do trabalho da CEB's, sob a orientação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), os trabalhadores mais organizados e cientes de seus direitos trabalhistas, fundam, no ano de 1985, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tombos e Pedra Dourada (STR)⁶⁶. Os contratos de parceria começam a ser oficializados, geralmente com a intermediação do sindicato.

Segundo Medeiros (1989), desde a década de 1950, havia uma crescente preocupação por parte da Igreja com os trabalhadores rurais e com as "estruturas sociais injustas". Mas é somente por volta da década de 1960, segundo a autora, que a Igreja se volta para um trabalho mais organizativo e mobilizador desses camponeses, atuando na formação de sindicatos. Por parte da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e dentro de sua luta de combate ao comunismo, "havia uma orientação comum, que era a de criação de um sindicalismo cristão, afastado das lutas de classe, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária, baseada na propriedade familiar" (MEDEIROS, 1989, p. 77). Em 1975 surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo vinculado à CNBB, atuando como entidade de apoio, articulação e assessoria aos trabalhadores rurais. De acordo com a autora acima, o trabalho da CPT "só se dava, no entanto, nas dioceses em que

⁶⁶ "Fundado em 10/11/1985 (reconhecido no Ministério do Trabalho sob o n.º 24260/1198) com um número de 2.000 sócios, abrangendo todo o município de Tombos, Pedra Dourada, e parte dos municípios de Eugenópolis, Faria Lemos e Carangola, atualmente, o STR restringe a sua atuação apenas aos dois primeiros municípios, com um número de 2.400 sócios. Deste público atendido pelo sindicato, aproximadamente 80% são pequenos proprietários, meeiros e arrendatários, restando aproximadamente 20% ente assalariados e diaristas" (Fonte: Levantamento de dados do STR, gentilmente cedido pelo seu presidente Giovane Bruzinga). Atualmente, entre as "frentes de trabalho" realizadas pelo STR e citados em seu relatório estão: formação de trabalhadores rurais; homeopatia humana, animal e vegetal; meio ambiente; habitação rural; crédito fundiário; encaminhamentos de processos de rescisões de contrato de carteira, e de parceria; encaminhamentos de processos de previdência social e de cartão de produtor. De acordo com Giovane Bruzinga, muitos destes trabalhos são feitos em parceria com a Apat, a Amart e a Ecosol (Cooperativa de Crédito da Economia Solidária). Segundo o STR, o trabalhador rural assalariado em Tombos recebe, atualmente, um salário mínimo acrescido de 5% do seu valor. Este valor ressalta o Sindicato, é devido a um acordo coletivo feito entre o STR e o sindicato dos produtores rurais; mas existem também, de acordo com o relatório do STR, trabalhadores rurais com vencimentos que podem chegar até 5 salários mínimos, como é o caso de tratoristas e administradores de fazendas.

os bispos apoiavam seus objetivos ou, pelo menos, os aceitavam" (MEDEIROS, 1989, p. 113). Compondo a base da CPT,

estavam as CEB's – pequenos grupos de trabalhadores, organizados em torno da capela. Esses grupos eram animados por 'agentes pastorais', leigos ou religiosos, que conduziam as reflexões sobre as condições de vida, organização de mutirões, de manifestações, etc. tentando ligá-las às mensagens bíblicas, elas se constituíram no eixo de organização dos trabalhadores e expandiram-se rapidamente na zona rural. Nesse processo, encontrou-se com o sindicato, sempre percebido como instância privilegiada de representação (MEDEIROS, 1989, p. 114).

O trabalho do Sindicato, centrado na articulação das "comunidades" e no "trabalho de base", começa a trazer conquistas para os trabalhadores, o que faz acirrar o conflito entre patrões e trabalhadores. Despejos de famílias, perseguições de lideranças através de métodos como intimidação trabalhista, confrontos físicos e ameaças contra a vida das lideranças e demais trabalhadores rurais começam a fazer parte da rotina de vida dessas famílias (APAT, 2002, p. 3).

A década de 70 a 84, o importante que foi, foi a questão de se sensibilizar, foi aprender o povo se organizar, criar aquele sentimento humano que a igreja faz muito bem. Mas esse lado mais combativo, nós fomos acordar ele... em 84, onde que a maioria das propriedades tinha mudado (...) A gente aprendeu muito com a igreja (...) A igreja católica pra nós foi uma lição de vida, porque... nós viemos de uma igreja fechada. Fazendo aquele trabalho de CEB's, né, aquele trabalho muito assistencialista, mas foi importante naquela época (...) O próprio trabalho da CEB's foi levando nós pensar diferente, nós tinha que ter uma ação mais concreta, quando nós chegamos no sindicato. (...) Então assim, nós temos três passos importantes: o primeiro, a CEB's; segundo, movimentos sociais; o outro, é o político. Três passos, totalmente diferenciado (Derli Pinheiro, entrevista concedida em 17/07/2008).⁶⁷

É a partir desse momento, seguindo a orientação do grupo de sindicatos ligados à Associação Regional de Formação⁶⁸, "de investir, enquanto 'movimento', em candidaturas de dirigentes a cargos eletivos municipais" (COMERFORD, 2001, p. 363), que o grupo de dirigentes do

⁶⁷ A maior mobilização social e política dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais se deu sobretudo na "região alta" do município, principalmente no distrito rural de Catuné. É deste distrito que saíram a maioria dos quadros dirigentes do STR, da APAT, da AMART e do PT (na sua origem), entre estes, o casal Margarida (51 anos) e Derli Pinheiro (54 anos), originários do Alto Catuné.

⁶⁸ O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tombos e Pedra Dourada faz parte de um grupo de cerca de 15 sindicatos fundados a partir de 1984, constituídos geralmente por lideranças das CEB's. Segundo Comerford (2001), este grupo de sindicatos, nos anos 80, destacaram-se pelo encaminhamento de ações para a justiça e pela realização de acordos na sede do sindicato, distinguindo-se assim claramente da maioria dos sindicatos 'isolados' e dos Sindicatos Rurais (denominados Sindicatos dos Produtores Rurais). Eles mantêm entre si, desde o início, uma relação próxima e regular, compartilhando custos, buscando conjuntamente recursos e orientações, e encontrando-se em foros regionais de formação e planejamento. Este arranjo, informal no início, foi formalizado com a criação da Associação Regional de Formação, com sede em Muriaé, e do Pólo Sindical da Zona da Mata e do Vale do Paraopeba, órgão da FETAEMG, também com sede em Muriaé (2001, p. 362).

sindicato de Tombos, fundam, também em 1985, o Partido dos Trabalhadores (PT), com a estratégia, segundo seu ex-presidente, Derli Pinheiro, de "ocupar o espaço político para fortalecer o movimento social":

Até 85 nós não sabia nada de política. Nós era usado pelos político (...) Porque na época que nós criamos o sindicato aqui, naquele tempo registrava lá no Ministério do Trabalho. Aí você tinha que ter três... autoridade oficial: primeiro, o prefeito, o promotor, o juiz, o delegado [...] Aí nós chegamos e nós votava tudo, nós não sabia em quem votava, votava em quem tava na frente, votava no Partido que tava aí [na época, o PFL]. Aí, chegamos lá no prefeito, o prefeito era o Marco Aurélio [Monteiro de Barros Guimarães] na época, foi em 85, aí falamos assim: a gente precisa que cê assina esse documento pra nós, pra nós fundar o sindicato, a gente trouxe mil pessoas pra formação desse sindicato. Ele sabia que nós tava ali... nós era um frango de granja, nós não sabia nem que nós tava fazendo... porque nós sabia o que nós queria, mas não sabia quem tava por trás, quê que era estratégia política, quais eram os interesse da burguesia, nós não sabia. Aí, ele chegou e falou pra nós assim... e ele foi na direção do sindicato, eu era presidente, o secretário era um empregado da fazenda dele, ele falou assim: "Olha, se vocês depender... o sindicato de Tombos, se for esse documento meu, vocês nunca vão ter". Aí, a gente saiu dali... 'mas isso tá errado, ué!, nós votamos tudo no ômi! O ômi é contra nós!' Aí, nós fomos no cara da CPT, de Belo Horizonte, que dava assessoria pra gente: 'Escuta, não tem outro partido pra nós aí, não? O ômi votou tudo contra nós!'. Aí mandou o estatuto do Partido dos Trabalhadores, nós fundamos o Partido dos Trabalhadores. Eles criaram a situação que criou pra nós criar (Derli Pinheiro, 17/12/2007).

É nesse contexto que surgem duas importantes organizações: o movimento das mulheres agricultoras e trabalhadoras rurais, em 1987, e que veio logo depois a se transformar na Associação das Mulheres Agricultoras e Trabalhadoras Rurais de Tombos (AMART), no ano de 2000, e a APAT, fundada em 1992, garantindo a seus filiados formação política e comercialização coletiva de seus produtos. Sindicato (STR), APAT e AMART irão estabelecer um forte vínculo em suas atuações. Essas três entidades contarão com o apoio do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), com sede em Viçosa, criado em 1988 pelos próprios agricultores filiados aos sindicatos da Associação Regional de Formação e por um grupo de técnicos (agrônomos, engenheiros florestais, etc.), muitos dos quais formados pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), com o intuito de desenvolver um modelo alternativo de agricultura, diferenciado do chamado modelo convencional.⁶⁹

⁶⁹ De acordo com Comerford (2001), o grupo de sindicatos ligados à Associação Regional de Formação, incluindo o sindicato de Tombos e Pedra Dourada, contarão com a assessoria do CTA, do qual vários dirigentes sindicais são ou foram [entre estes, o presidente da APAT, Derli Pinheiro, e a diretora da AMART, Margarida Pinheiro] parte da diretoria e com o qual a Associação Regional possui convênios (...) O CTA, por sua vez, faz parte de uma rede mais ampla de ONGs voltadas para a questão da agroecologia, meio ambiente e agricultura familiar (p. 363). Em 2004, ocorre o fim do convênio entre o

É um pequeno grupo que começa a se organizar em Sindicato dos Trabalhadores Rurais, não só para a agroecologia, também para a legalização da cidadania, ser cidadão, ter sua dignidade... na verdade, ter o empoderamento, né, onde que aí você vai empoderar a agricultura familiar pra enfrentar esse desafio. Aí é que a gente enfrenta o desafio maior, porque aonde que um grupo de agricultores que não tem estudo, apenas 4ª série [do Ensino Fundamental] vai fazer formação? Aí cê tem um preconceito de ser agricultora, pequena, de ser agricultores familiares, que não era agricultores familiares, era trabalhadores rurais, que era o termo, né (...) E a gente no meio disso tudo, com todos esses órgãos contra a gente: era o sindicato patronal, era o Senar, a Emater, mas é tudo, a estrutura da cidade... Não era a favor disso, porque [diziam]: 'é uma turma de gente que não sabe o que tá fazendo, é um grupo lá'. Então era esse o desafio, de enfrentar o poder local, né. E a gente continuou, pequeno, em pequenas comunidades e fomos expandindo, primeiro com o sindicato, [depois] a gente cria o Movimento de Mulheres em 87, cria-se a Apat em 92, já partindo pra essa questão de uma produção diferenciada, junto com o CTA, porque a gente também criou o CTA, em 88 (Margarida Pinheiro, diretora da AMART, 17/07/2008).⁷⁰

Como visto acima, a história da AMART se confunde com a própria história do STR e da APAT. Surge como movimento de mulheres agricultoras e trabalhadoras rurais, em 1987, logo formando a Comissão Municipal de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tombos e Pedra Dourada.

O trabalho desta comissão se pautava principalmente na defesa dos direitos civis e trabalhistas das mulheres do campo, a fim de que estas tivessem seus documentos, fossem reconhecidas na profissão de trabalhadoras rurais e fossem capacitadas para melhorar o trabalho que já faziam com saúde e alimentação alternativa (AMART, 2002).

E aí, quando a gente começou a trabalhar em 92, que eu assumi a presidência do sindicato [STR] porque os diretores saíram pra se candidatar [a vereadores], eu assumi a presidência, né, subi [risos]... Foi um desafio muito grande porque chegavam senhores, na hora de fazer um processo de aposentadoria, né, porque a gente começou a fazer a aposentadoria das mulheres trabalhadoras rurais em 92, que as mulheres começaram a aposentar, aí eles falavam: "Não, meu documento sempre serviu pra minha mulher, por quê que agora você quer que ela faz o documento dela? Sempre serviu!". Aí a gente tinha que fazer todo um processo pra mostrar pra ele que nunca serviu: "então tudo bem, se serviu, por que ela não aposentou ainda? Se servia, ela deveria do mesmo jeito ter falado que ela recebe. Por quê que ela não recebe? Então, isso disseram pro senhor que ela recebia". Aí, a gente tinha que fazer um duplo trabalho, pra convencer os homens de que não era verdade essa história e convencer a mulher que ela tinha que fazer o dela. Então, é uma dupla jornada aí (Margarida Pinheiro, 17/12/2007).

CTA e o STR de Tombos e Pedra Dourada, e, por extensão, o fim da parceria informal, via sindicato, entre o CTA e a APAT/AMART.

⁷⁰ Tanto a diretora da Amart como o presidente da Apat, nas entrevistas concedidas a este autor, ressaltaram que, atualmente, a relação das duas associações com o Sindicato dos Produtores Rurais, o Senar e a Emater é amistosa, e envolve também um trabalho de parceria com estas três entidades.

Com a evolução de seus trabalhos e com uma representação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Tombos, o “movimento de mulheres” sentiu a necessidade de criar uma estrutura jurídica própria, fundando assim, em 2000, a Associação das Mulheres Agricultoras e Trabalhadoras Rurais.

Segundo a AMART (2002), a partir desse trabalho de defesa dos direitos das mulheres rurais, centenas delas passaram a ter assegurados salário maternidade, aposentadoria, auxílio doença, auxílio reclusão e outros benefícios. Passaram também a ter seus nomes constando no cartão de produtor e nas guias de produção. De acordo com a Associação, a partir desta documentação, muitas mulheres passaram a acessar o crédito rural (PRONAF), e a desenvolver seus sistemas de geração de renda, com o estímulo à produção agrícola e o beneficiamento de seus produtos, visando a comercialização.

A AMART, desde a sua origem, em 1987, mantém estreita parceria com o STR e a APAT, tendo praticamente todas as suas filiadas também como associadas do Sindicato e da APAT, assumindo também cargos diretivos nessas duas entidades⁷¹. Entre as atividades desenvolvidas pela Associação, em parceria com a APAT, estão a formação, capacitação, produção e manipulação dos alimentos e industrialização com os grupos de mulheres nas comunidades, nas áreas de fruticultura, horticultura, temperos caseiros, multimisturas, plantas medicinais, saúde e alimentação alternativas, "com o objetivo de promover a geração de renda, a nutrição alimentar e uma boa qualidade de vida" (AMART, 2002).

A participação da AMART na elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Tombos (PDRS) garantiu, de acordo com a entidade, “a abordagem de gênero na metodologia do diagnóstico”, assegurando a participação efetiva das mulheres nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável e da Saúde, fortalecendo a Associação enquanto entidade de defesa dos direitos e da participação das Mulheres Trabalhadoras Rurais na vida social e política do município (AMART, 2002).

⁷¹ A entidade é legalizada e reconhecida como de utilidade pública pelos serviços que desenvolve no município. A diretoria da AMART é efetiva, composta de doze mulheres. "A participação das mulheres na APAT assegura o direito aos espaços e infra-estrutura necessários à contrapartida, incluindo os veículos, equipamentos de informática e espaço físico para oficinas" (AMART, 2002).

Hoje as mulhé tão muito independente de muita coisa.... é isso que eu falo com você... começou participar, começou ver as coisas comé que tá, então, as mulhé abre a mente, entendeu? Deixa muita coisa pra trás. Igual eu falo... eu, hoje em dia, sei lidar com muita coisa... inclusive tô fazendo empréstimo no meu nome, esse Pronaf Mulher, tô fazendo... pretendo que dê certo... pra fazer umas melhorias aqui em volta da minha casa. Então, igual eu falei, as mulhé hoje em dia tão muito independente, sabe. Então... se fosse uma outra vez, ia dizer pra você: não, não vamo fazer isso [entrevista]... meu marido não tá aqui... mas eu acho que respondi direitinho (...) O que vale é você participar, você ir nas reunião, porque se você não indo nas reunião, você não fica sabendo de nada, também. Que a gente aqui, participa de bastante coisa, né... tem o núcleo [de produção da Apat] da Igrejinha que o meu marido é presidente. Você participando, tá sabendo de tudo, se você pára de participar, você não fica sabendo de nada (Luciana Coutinho, agricultora e sócia da AMART, entrevista concedida em 24/11/2007).

A Associação de Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais de Tombos (APAT) é uma “entidade civil sem fins lucrativos constituída em 1992 com o objetivo de fortalecer as estratégias de produção, beneficiamento e comercialização da agricultura familiar dos municípios de Tombos e Pedra Dourada na Zona da Mata de Minas Gerais” (APAT, 2006).

Atualmente, dispõe de uma estrutura física para beneficiamento e comercialização dos principais produtos da agricultura familiar da região, constituída de um mercado para vendas no varejo e um parque agroindustrial com instalações para processamento de grãos, café, cana-de-açúcar e laticínios.

A APAT, juntamente com a AMART, é executora nos municípios de Tombos, Faria Lemos e Pedra Dourada do Programa de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea da CONAB (PAA)⁷², fornecendo produtos para todas as escolas e entidades de assistência social nesses três municípios.

Além da demanda de produtos para o mercado local no varejo (Mercado do Agricultor) e institucional (PAA), a APAT comercializa produtos da agricultura familiar com a Rede Ecológica de Consumidores Solidários do Rio de Janeiro, por meio da atuação em rede com outras organizações de

⁷² O Programa Aquisição de Alimentos (PAA) visa incentivar a produção de alimentos pela agricultura familiar, permitindo a compra, sem licitação, de produtos, até o limite de R\$ 2.500 por agricultor/ano. Podem participar do PAA os agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os preços de referência não podem ser superiores aos praticados nos mercados regionais. Os valores são fixados pelo grupo gestor do PAA, ou homologados pela Conab. Os produtos são distribuídos na merenda escolar de crianças, em hospitais e entidades beneficentes (...) o Programa conta com parcerias que envolvem órgãos públicos estaduais, municipais e a sociedade organizada. No âmbito Federal, a execução do Programa está a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). (Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf>. Acesso em 31 jul. 2008).

agricultores familiares da Zona da Mata mineira, bem como organizações da chamada “economia solidária” dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Associadas aos resultados e visibilidade das ações da APAT, crescem também as oportunidades de captação de recursos por meio de financiamentos e fundos sociais de diversos organismos públicos e privados.

Em 2006, a Associação em parceria com a PETROBRAS, por meio do Programa Fome Zero, deu início a um projeto de "ampliação e organização da cadeia produtiva do leite da agricultura familiar de Tombos e Pedra Dourada" (APAT, 2006). Este projeto, que faz parte do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável da APAT, teve como objetivo alcançado a ampliação da agroindústria do leite com a aquisição de equipamentos, contratação de técnicos e maior divulgação dos produtos da Associação a fim de ampliar o mercado consumidor. Segundo a APAT, o projeto possibilitou a inserção de mais de 200 agricultores familiares produtores de leite – com o beneficiamento de 3.000 litros de leite/dia – no processo produtivo e de comercialização direta de seus produtos⁷³.

A Associação, juntamente com a AMART, é também executora do projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) por meio de contrato com a Secretaria de Agricultura Familiar/Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), conquistado por seleção pública em 2006, tendo sido, segundo a mesma, a única entidade da sociedade civil com projeto aprovado em Minas Gerais⁷⁴.

Também em 2006, foi firmado convênio entre a APAT e a Universidade Federal de Viçosa – UFV – (Convênio n.º 39/2006, constante do Processo nº 0006067/2006) tendo como objeto "a cooperação institucional para o desenvolvimento da agricultura familiar dos municípios de Tombos e Pedra

⁷³ O valor total do Projeto foi de R\$ 351.980,00 (trezentos e cinquenta e um mil e novecentos e oitenta reais), dos quais R\$ 68.520,00 (sessenta e oito mil e quinhentos e vinte reais) referem-se à contrapartida oferecida pela APAT, sendo o valor solicitado ao Programa Petrobras Fome Zero de R\$ 283.460,00 (duzentos e oitenta e três mil e quatrocentos e sessenta reais) (APAT, 2006). Estes dados foram confirmados pelo presidente da APAT, Derli Pinheiro, em entrevista ao autor desta dissertação, no dia 17/12/2007).

⁷⁴ O programa ATER passou a vigorar a partir de 2002 como "um instrumento para democratizar o acesso e dar maior transparência aos recursos disponibilizados pelo MDA para os agricultores familiares", através da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), e do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), criado em 2003. Este programa disponibiliza às entidades interessadas (governamentais e não governamentais), a abertura de processo de parceria para projetos de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares. (Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf>. Acesso em 31 jul. 2008).

Dourada⁷⁵" (APAT, 2006), possibilitando a posterior realização de projetos e programas específicos com os diferentes departamentos desta universidade, sendo financiados pelo Fundo Social do BNDES – PROINCO. Um dos condicionantes para a apresentação do projeto ao BNDES é a identificação de um parceiro estratégico, representado por instituições de pesquisa, ensino e/ou extensão. "Daí a parceria com a UFV, no escopo do convênio, para a participação na elaboração e execução deste projeto" (APAT, 2006).

Segundo a APAT, suas ações "são sempre referenciadas na participação social, na equidade de gênero e na agroecologia", elementos que, segundo esta entidade, constituem seu "sistema de crenças e valores" (APAT, 2006).

5.1.1. APAT: um breve histórico

O trabalho da APAT começa com a organização de compras conjuntas de insumos (fertilizantes e calcário), implantação de campos de produção de sementes e organização de mutirões, como na fabricação de sal mineral para alimentação bovina, e a difusão de práticas e tecnologias agroecológicas junto à proibição do uso e comercialização de agrotóxicos pela rede (APAT, 2006). Num segundo momento, a Associação ensaia os primeiros passos no processo de comercialização coletiva da produção.

Aí a gente começa a trabalhar a questão de um novo modelo que a gente acreditava, do modelo alternativo, né, agroecológico. Aí a gente começamos a criar, junto com o CTA, né, campo de semente de milho, Começamos trabalhar a questão animal, trabalhar plantas naturais, alimentação alternativa. Aí a gente já começou a discutir um novo modelo com os agricultores. Isso foi em 1988, na criação do CTA. E nós já fazia dentro do sindicato [STR] um trabalho com os produtores, começamos trabalhar comercialização, compra conjunta, compra de insumo, já tava dentro do sindicato. Quando foi em 92, a gente percebeu que o sindicato não seria o instrumento legal pra tá trabalhando comercialização e produção. Aí nós criamos a APAT. (Derli Pinheiro, presidente da APAT, 17/07/2008).

Entre os anos de 1992 e 1997 as ações da APAT limitaram-se a atividades de comercialização com operações de vendas coletivas da produção e realização de compras coletivas de insumos agrícolas e itens alimentícios industrializados.

⁷⁵ O município de Pedra Dourada, ex-distrito de Tombos, emancipado na década de 1970, conta com uma população de 2.100 habitantes, segundo o Censo-IBGE 2005-2006.

Em 1999 a APAT estabelece um convênio com a Prefeitura Municipal de Tombos, sob a administração do Partido dos Trabalhadores (PT) – gestão 1997-2000 – que possibilita a estruturação da Associação, com espaço físico (escritório e galpão para armazenamento de insumos e produtos agrícolas) para o funcionamento. Nessa época, a APAT obtém a documentação necessária para a emissão de notas fiscais, ampliando as possibilidades de comercialização. Uma delas foi a merenda escolar do município. A Associação participou das licitações para compra de alimentos, tendo sucesso em vários itens.

Nesse mesmo ano, a APAT, juntamente com outras entidades como EMATER-MG, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Conselhos comunitários rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Sindicato dos Produtores Rurais e a Prefeitura Municipal de Tombos elaboraram o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) e criaram o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR)⁷⁶. Neste planejamento ganhou destaque a necessidade da construção de agroindústrias para beneficiamento da produção, com o objetivo de agregar valor aos produtos dos agricultores familiares, "gerando emprego e renda e desenvolvendo um mercado consumidor que se beneficiaria diretamente com a compra destes produtos a um melhor preço e sem agrotóxicos" (APAT, 2006).

No final de 2000, com a mudança na política municipal de Tombos, acaba o convênio entre a APAT e a prefeitura⁷⁷. As organizações dos

⁷⁶ Os conselhos de desenvolvimento rural – em sua maioria formados a partir de 1997 – surgem no contexto da reforma do Estado, ou seja, por iniciativa do próprio Estado, como condição para que os municípios recebessem recursos do PRONAF. Apesar da ampla mobilização em torno da elaboração do PMDR e da estruturação do CMDR, ambos praticamente foram esquecidos pelas administrações municipais que se seguiram. Somente a partir de 2007 iniciou-se um esforço para fazer ambos, Plano e Conselho, existirem de fato. A APAT afirma que, mesmo tendo as gestões municipais do PMDB/PFL – 2001-2004, e a do PT/PSDB – 2005-2008 – abandonado o Plano, continuou, em parceria com a AMART e o STR, a desenvolver muitos dos princípios e metas contidos neste em seu *Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável para o Município de Tombos-MG*, implantado no ano de 2000.

⁷⁷ Nesse ano, o PT perde as eleições para a coligação PMDB/PFL. O diálogo entre a administração PMDB/PFL e o PT, e também com a APAT, AMART e STR torna-se praticamente inexistente, devido a rivalidades políticas e divergências ideológicas. O PT retornará ao Executivo municipal em 2005, em aliança com o PSDB, e que será rompida logo no início da gestão municipal. APAT, STR e AMART, que participaram da primeira gestão municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) – 1997-2000 – inclusive assumindo cargos, como a atual diretora da AMART, Margarida Pinheiro, que foi secretária de Agricultura e Meio Ambiente, ou representando o Partido na Câmara Municipal, como foi o caso do presidente da APAT, Derli Pinheiro, com três mandatos seguidos (1993 a 2004), não participam da segunda gestão do PT – 2005-2008 –, afastando-se antes mesmo do processo eleitoral por divergências ideológicas, tendo a maioria dos membros fundadores destas três entidades se desligado do PT em 2007, fundando, nesse mesmo ano, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) no município. Derli

trabalhadores rurais se agrupam e alugam um imóvel. Nele passam a funcionar o STR, a APAT, a AMART e também um escritório local do CTA-ZM. No início de 2001 é fundado o Mercado do Agricultor, fruto de uma parceria entre essas organizações, que teve o apoio financeiro de R\$ 5.000,00 doados pelo Fundo Novib de pequenos projetos, através de um projeto apresentado e administrado pela Associação (APAT, 2002, p. 3-4).

O “Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável para o Município de Tombos – MG, baseado no Fortalecimento da Agricultura Familiar” – concebido em 1999, em parceria com o CTA-ZM, e financiado pela Fundação Interamericana (IAF), de origem norte-americana, num aporte de US\$ 200 mil – possibilitou à Associação a construção das unidades agroindustriais de beneficiamento de cana-de-açúcar, arroz e milho, que, segundo a APAT, permitiram um aumento no volume de venda dos produtos da agricultura familiar e conseqüentemente aumento da renda familiar das famílias fornecedoras da Associação (APAT, 2006)⁷⁸.

(...) Porque o primeiro projeto que a gente fez foi o projeto pra Fundação Interamericana, que foi proposto pela APAT e pelo CTA. Na elaboração [do Projeto] a gente foi identificando na parte operacional o que era coisa que a gente dava conta de fazer, porque produzir a gente produzia mal ou bem, com assistência, sem assistência, mas a barreira era a industrialização e a comercialização (...). A gente identificou que tinha um potencial de cana, um potencial de café, e um potencial de leite. E aí incrementar a diversificação (...). E aí foi proposto a criação de três agroindústrias (...). A gente tava na secretaria [municipal de Agricultura]. E aí foi o primeiro projeto. E aí com isso a gente foi descobrindo outros meios, fomos nos capacitando na prática, não foi uma formação específica, mas uma formação a partir da prática, da parte do fazer mesmo. E aí a gente começa a buscar os recursos (Margarida Pinheiro, 17/07/2008).

Com o fim da parceria com o CTA-ZM, em 2004, a APAT viveu seu momento mais delicado, e, ao mesmo tempo, no início da busca de seu processo de independência e autonomia.

As experiências que a gente teve com o CTA, a gente aprendeu muito. Hoje, não tamo junto, mas ficou aquele momento de aprendizado, aquele momento que contribuiu, fez parte da nossa história. Então, no primeiro momento, as coisas ficavam muito com o CTA, a fim de [buscar] recursos, de [buscar] financiamento. Então, o primeiro projeto que a gente fez foi o projeto para a Fundação Interamericana, que foi proposto pela APAT e pelo CTA, e a

Pinheiro foi candidato a prefeito pelo PSB nas eleições municipais de outubro de 2008, obtendo o terceiro lugar, sendo que o atual prefeito, Ivan Carlos de Andrade (coligação PT/PMDB) foi reeleito com uma diferença de 92 votos em relação ao segundo candidato, Lúcio Guerra (coligação PSDB/PFL).

⁷⁸ O projeto original previa também a construção das agroindústrias do leite e do café, porém os recursos não foram suficientes para concluí-las. Somente em 2005, através do Programa Fome Zero Petrobrás (Ver NR 40), se deu de fato a implantação da agroindústria do leite. A Apat espera que até 2009, a agroindústria do café esteja concluída.

execução do financiamento ficou com o CTA, e a gente percebeu que muitas coisas a gente não teve acesso, foi aonde que muitas coisas aconteceram, fomos atropelados, em função da gente não fazer parte do processo, porque se a gente tivesse junto na administração, as coisas seriam diferentes, porque a gente sabia, a gente tava no dia-a-dia, porque começou a construir tudo no mesmo momento, e ficou tudo sem terminar. (...) Quando o CTA rompe com a gente, aí a gente vai pro fundo do poço (...) "Tudo bem, agora temos dois técnicos agrícolas, não temos recurso pra mantê-los". Aí a gente busca um primeiro recurso, no Instituto Marista, que era um projetinho, nós mesmo elaboramos o projeto. A gente nunca tinha elaborado projeto. Nós mesmo elaboramos o projeto e encaminhamos pra lá, que era um recurso pra garantir um técnico, a gente segurar o técnico, pra não deixar sair, porque não é só assistência técnica, é um conjunto de trabalho. E aí por diante, ele foi aprovado e a gente deslançou. Nossa equipe mesmo, de trabalhadores rurais aqui juntos, com dois técnicos agrícolas que são também dois agricultores" (Margarida Pinheiro, 17/07/2008).

5.1.2. APAT: estrutura, funcionamento e atuação

Segundo a Associação, seu projeto institucional se baseia na ideia

[d]a construção do desenvolvimento local em Tombos através do fortalecimento das organizações dos pequenos agricultores, da formação e qualificação dos trabalhadores, do incentivo de métodos produtivos alternativos adequados às condições dos agricultores, bem como do meio ambiente (APAT, 2002, p. 1-2).

Entre os objetivos almejados: aumento de renda, emprego e melhoria da qualidade de vida das famílias dos pequenos agricultores. Para atingir esses objetivos, a APAT tem como principal estratégia a melhoria da qualidade da produção e a inserção de seus produtos nos mercados consumidores local, regional e nacional através do conceito de produtos produzidos sem agrotóxicos, com base no trabalho familiar.

(...) Exemplo, hoje, nós, só aqui na Apat, não vou falar de outras entidades que também trabalham na questão da produção. Só nós da Apat comercializamos mais de 100 mil reais por mês, o que circula aqui na Apat. Nós pagamos imposto, só direto na fonte, uma média de quase 10 mil reais. Então, assim, cê pegando 100 mil reais circulando, dentro da agricultura familiar, tô falando só que trabalha na Apat, trabalhamos com uma média aqui de trezentas e poucas famílias, 400 famílias (...) Ano passado, nós conseguimos investir em recurso do governo federal e entidades privada também, uma média de quase 2 milhões [de reais]. Esse ano, a nossa estimativa também é chegar novamente a quase R\$ 2 milhões de recursos, e isso tá dando futuro, tá dando retorno para o município. Então, assim, tá fixando as pessoas no campo, tá agregando as pessoas de fato na família, tá dando condições melhor de vida das pessoas, incluindo a questão da saúde, da educação, da moradia e tá gerando imposto, e com isso, ele tá mexendo na economia, no setor urbano. Hoje, aqui na Apat... ontem foi liberado o dinheiro do Pronaf, só aqui, hoje, nós fez 50 mil reais de pagamento. Esse dinheiro vai ficar aqui [no município]. Quando a pessoa sai daqui, ele vai gastar numa loja, vai comprar um presente de Natal pra levar pro filho, ele vai passar no mercado... Então, é um círculo gerador... A agricultura familiar, hoje, economicamente, no município é, tá sendo e é o futuro pra

alavancar a economia do município. (Vanderli (“Derli”) Pereira Pinheiro, presidente da APAT, entrevista concedida em 17/12/2007).

Como resultado do fortalecimento da estratégia de agroindustrialização da produção da agricultura familiar, e a comercialização no varejo local, a partir da criação do Mercado do Agricultor, a diversificação da produção, tida como “apenas uma estratégia de segurança alimentar da família” passou, segundo a Associação, a ser valorizada como estratégia de geração de renda e sustentabilidade econômica, assegurando produtos e comercialização ao longo de todo o ano, e não apenas na safra do café.

Nós começamos o trabalho da Apat na agricultura familiar primeiro diversificando a produção. Por quê? Primeiro, a questão da segurança econômica, porque se o café entra em crise, tem outro produto que segura, né. Então, esse é o primeiro ponto. Se o café, o leite, a horticultura, a fruticultura... cada um ele [agricultor] tem um pouco, acaba se um [produto] entra em crise, tem o outro que segura. Então, esse é o primeiro ponto trabalhado por nós. Outra questão é a sustentabilidade dentro da família, através da alimentação das pessoas. Primeiro, nós defendemo que o cara tem que trabalhar pra alimentar bem, ter saúde, que vem da alimentação dele, mas a gente sabe que o agricultor familiar... ele produz, ele tem sobra de produto... aí que entra a questão da produção de escala. Aí que nós trabalhamos... a questão alimentar... aí que entra a organização da Apat (Derli Pinheiro, 17/12/2007).

O Programa de Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, convênio com a CONAB, para fornecimento de verduras, legumes, doces, arroz, feijão, frango caipira, ovos, e produtos lácteos como iogurte, queijos, leite etc. – totalizando, segundo a diretora da AMART, 37 produtos entregues regularmente para a merenda escolar de escolas públicas municipais e estaduais, APAE, e asilos de Tombos, Pedra Dourada e Faria Lemos⁷⁹ – é considerado pela associação “uma grande oportunidade para a agricultura familiar”, mas também é, segundo a mesma, motivo de preocupação:

Faltar produtos para a merenda das crianças, na cidade ou na zona rural é um temor para os grupos. Ainda que as instituições gerem soluções emergenciais para que não falem alimentos para as crianças, adolescentes e idosos, o fracasso neste atendimento irá gerar um retrocesso e enorme abatimento em toda a agricultura familiar do município e reflexos negativos de abrangência muito maior que o município de Tombos (...)

(...) Se no passado o grande desafio foi conseguir um espaço para comercialização, pois tínhamos o produto e não havia como vender, hoje o problema é o inverso, tem-se espaço e mercado para comercializar, mas faltam produtos para atender toda a demanda de mercado (APAT, 2006).

⁷⁹ De acordo com Margarida Pinheiro, dentro do programa da Conab, a APAT, atualmente, fornece os produtos derivados do leite para os municípios de Carangola e Eugenópolis. Segundo Derli Pinheiro, nesses cinco municípios, são ao todo 46 entidades que recebem os produtos da APAT, integralmente produzidos no município de Tombos, com exceção do leite, fornecido também pelo município de Eugenópolis.

Em 2006, o projeto da CONAB atendia a 100 famílias de agricultores que comercializavam sua produção por meio da APAT. Em 2007, segundo seu presidente, Derli Pinheiro, o projeto já atendia mais de 200 famílias.⁸⁰

(...) Então assim, dentro desse contexto social, hoje, da reprodução familiar em Tombos, eu acho, assim, pra cê ter um exemplo, o agricultor familiar... ele fala assim: "ah, eu não vou plantar porque eu não tenho onde vender". Hoje, é o inverso, hoje nós temos o mercado, né, o exemplo do projeto da Conab... só no projeto da Conab nós temos 200 famílias. Nós fornecemos pra rede pública, entidades sociais via projeto da Conab. Então, na verdade, hoje, o produtor em Tombos, o agricultor familiar se quiser produzir, criar galinha, horticultura... Então, hoje, assim... falta produto no mercado. Então, assim, dentro do contexto social, a agricultura familiar em Tombos tá bem. Tem as oportunidades, tanto de produzir, de industrializar e de comercializar. Eu acho que dentro desse contexto a agricultura familiar tá bem situada (Derli Pinheiro, entrevista concedida em 17/12/2007).

(...) eu acho que em relação à agricultura familiar tá razoável... tá melhor... eu tiro por mim que trabalho pra Conab, que é da agricultura familiar... nessas merenda escolar que a gente faz, dá pra tirar assim... quase livre... quase um salário. Quem tá dentro da agricultura familiar, tão notando uma diferença... que teve uma certa melhora, sim... o pessoal que só tá vivendo pra Conab, só tá vivendo pra Apat, né... ali dentro... sempre que tem reunião [da Amart], comenta que tá melhorando... mas a gente aqui, só mexe com isso mesmo, só com horta, biscoito, essas coisas pra Conab (Agricultora e professora aposentada, sócia da Amart. Catuné – "região alta" - entrevista concedida em 24/11/2007).

A Apat eu tenho tudo com ela... eu mando verdura pra Apat, porque o que eu colho aqui, que sobra, eu forneço lá... Eu entrei no projeto da Conab... eu mando toda terça-feira, 20, 30 mólhos de cebola, eu mando banana-da-terra, eu mando mandioca, eu mando abóbora, que eu plantei muito esse ano, entendeu? Eu não planto, assim, exclusivamente pra mim, mas todo o meu produto da roça que sobrou, eu mando pra lá... porque lá é meu lugar... porque se eu não tivesse aquilo ali, ia estragar e eu não ia poder vender. Melhorou muito... eu digo assim, que teve mês de entrar 300 reais dessas coisas que a gente vendeu. Se eu não tivesse a Apat, aquela associação ali, eu não ia ter lucro, ia estragar tudo, eu ia vender pra quem? O Outro mercado não ia aceitar minhas coisa, né. Então, eu digo pra você, eu hoje, tenho tudo com a Apat, ali (Agricultora associada da Apat e da Amart – Santa Clara-Catuné – entrevista concedida em 24/11/2007).

Na hora da venda, né... já teve muita dificuldade... o preço, nunca teve um preço bom as mercadoria. Agora tá melhor um pouquinho, porque vende pra Apat, porque a Apat sempre compra quando tem as coisa pra vender (Agricultora de Córrego dos Pereiras – "região baixa" – entrevista concedida em 24/11/2007).

Diante do crescimento da demanda de produtos para o mercado, a APAT viu a necessidade de trabalhar a assistência técnica de forma mais intensiva, pois, segundo esta entidade, a ausência e/ou ineficiência das ações

⁸⁰ Em uma segunda entrevista (17/07/2008), o presidente da APAT disse que o número de famílias envolvidas no (terceiro) projeto da Conab já ultrapassa 300 famílias. De acordo com Derli Pinheiro, o projeto da Conab, atualmente, faz circular dentro do município de Tombos R\$ 75 mil por mês, gerando R\$ 7 mil de ICMS para o município. Daí, o temor do presidente da APAT em faltar produtos para a merenda escolar.

de assistência técnica permanente tem causado problemas em toda a cadeia produtiva, que vão desde a produção, o transporte, industrialização e a comercialização dos produtos.

(...) Então, precisa avançar, eu acredito assim, primeiro: investimento na assistência técnica, eu acho que nós temos ter; uma assistência técnica, não esse modelo que vem de cima pra baixo, esse modelo que vem, até do poder público é dessa forma, pelos órgãos da Emater, não quero dizer todos da Emater, mas o modelo que vem há muitos anos é meio de cima pra baixo, não tem uma assistência técnica planejada pra produzir, industrializar e comercializar. Então, esse é o primeiro entrave, assistência técnica é um ponto que nós temos que trabalhar, que nós temos que avançar; outra coisa que eu já falei é a questão da legislação, que na hora... se o cara produz e vende... fazer ele produzir é fácil, você nunca tá bom... você vai sempre empobrecendo. Na hora que você vai industrializar, você esbarra com esses desafios da legislação. Eu tenho participado no nível nacional, a maioria dos entraves no nível das cooperativas, das associações é na hora que chega na comercialização. Primeiro: Pessoas; [segundo]: a lei, que não favorece; [terceiro]: conhecimento da lei; e, último, vontade de mudar a lei. Então, assim, não há interesse. Então, na hora que chega na tributação, o desafio é muito grande, né. Então eu acho que isso... os principais desafio dentro da agricultura familiar que nós nos impomos hoje é na hora que nós chegamos nisso aí. A gente trabalha isso, mas nós temos enfrentado obstáculos. É um desafio (Derli Pinheiro, 17/12/2007).

Essas dificuldades enfrentadas pela Associação, além da burocracia institucional, são decorrentes também, segundo a própria APAT, da grande dificuldade no planejamento da produção para o mercado, com a crescente exigência de regularidade no fornecimento de produtos.

A fim de solucionar esses “problemas”, a Associação vem desenvolvendo ações de assistência técnica, financiada pelo Departamento de Assistência Técnica em Extensão Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário (DATER/MDA) desde o ano de 2005. De acordo com a APAT, foram desenvolvidas ações de capacitação nos campos da agroecologia e transição para base agroecológica; agroindustrialização da produção da agricultura familiar e ações no campo da comercialização e mercado. Segundo a Associação, esses processos de formação e capacitação deram maior dinamicidade na gestão das atividades de comercialização a exemplo do Projeto Compra direta da CONAB (APAT, 2006).

Em 2006, a APAT e a AMART realizaram um processo de planejamento que incluiu a realização de um "diagnóstico socioeconômico quantitativo amostral das famílias de agricultores familiares de Tombos e Pedra

Dourada"⁸¹, que compõem os núcleos de produção da Associação. As variáveis mensuradas foram: composição familiar, escolaridade, fontes de renda, estrutura fundiária, documentação das propriedades e dos membros das famílias, acesso ao crédito do PRONAF, sistemas produtivos locais, comercialização da produção, beneficiamento, transporte, e acesso aos mercados para comercialização.

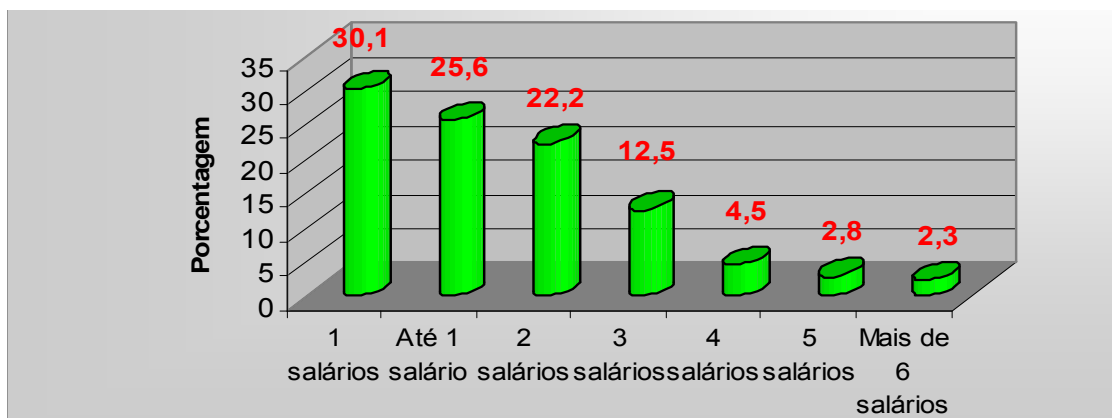
O diagnóstico, segundo a APAT (2006), apontou grandes estrangulações e barreiras para o desenvolvimento da agricultura familiar nos dois municípios, como exemplo: a posse e tamanho das unidades produtivas da agricultura familiar e acesso ao PRONAF. Por outro lado, a Associação ressalta que esses mesmos dados apontaram alguns avanços como a diversificação da produção; segundo a APAT, consequência do seu trabalho e de seus parceiros.

A seguir, os dados do diagnóstico realizado pela APAT/AMART que apontam, segundo essas entidades, os entraves e as possibilidades para o bom desenvolvimento da agricultura familiar nos dois municípios citados acima (Figura 6 a 8).

De acordo com a Figura 6, podemos verificar que quase 80% das famílias fornecedoras da APAT, a renda não ultrapassa dois salários mínimos. Sendo que 55,7% dessas famílias ganham no máximo 1 salário mínimo.

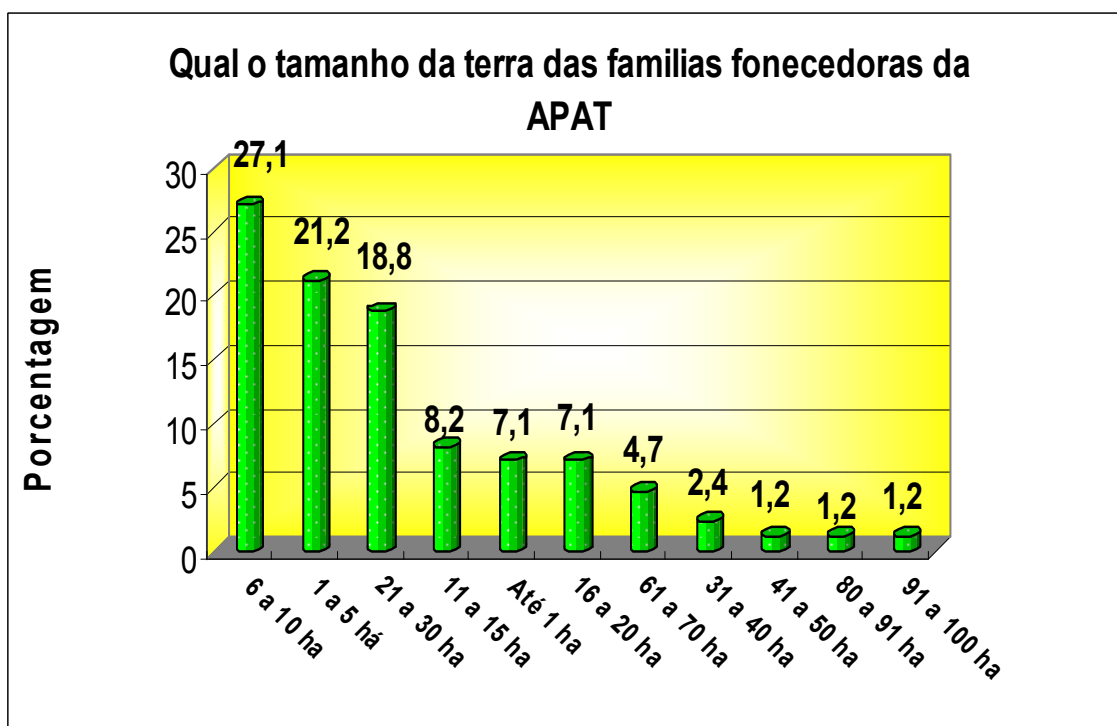
No que diz respeito à forma de propriedade, do total das famílias fornecedoras da APAT, apenas 45% delas são proprietárias das terras em que trabalham.

⁸¹ De acordo com a APAT, foram entrevistadas 178 famílias num total de 24 comunidades rurais nos dois municípios (16 em Tombos e 08 em Pedra Dourada). Um número bastante expressivo, se considerarmos uma média de 4 membros por família (o que daria 712 pessoas). Considerando a população rural dos dois municípios, no ano de 2000, em torno de 4.000 habitantes, esta amostra equivale a 17,8% desta população. Portanto, o *Diagnóstico Socioeconômico das Famílias Fornecedoras da APAT*, retrata bem a realidade (econômica e social) da "agricultura familiar" destes dois municípios.



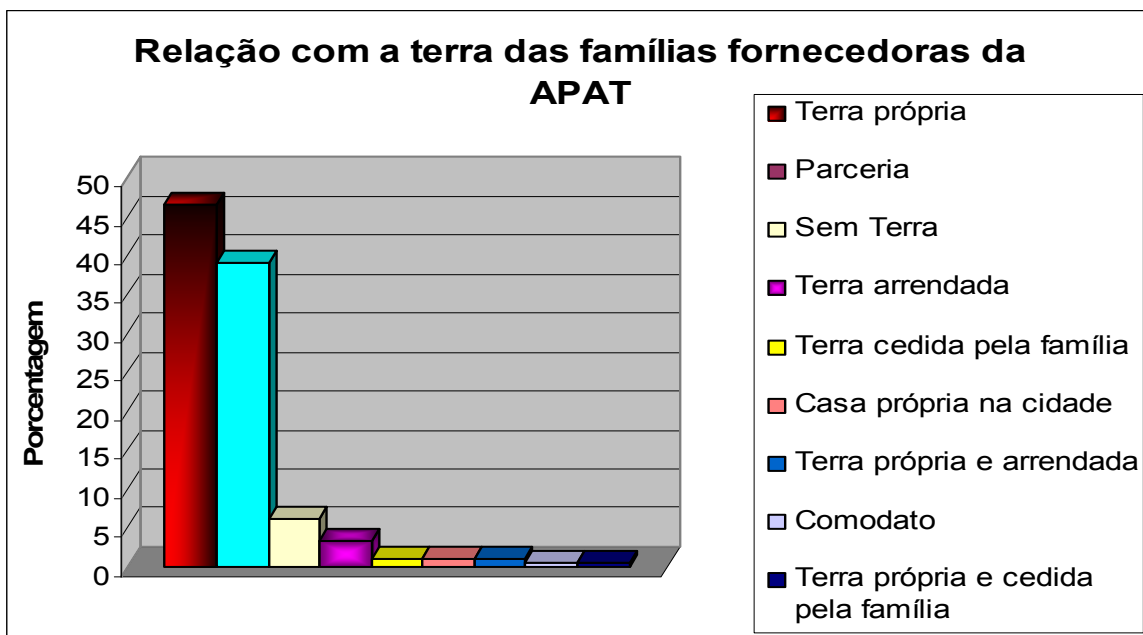
Fonte: Diagnóstico socioeconômico dos grupos de produção da APAT – ano 2005 (APAT, 2006).

Figura 6 – Renda das famílias fornecedoras da APAT.



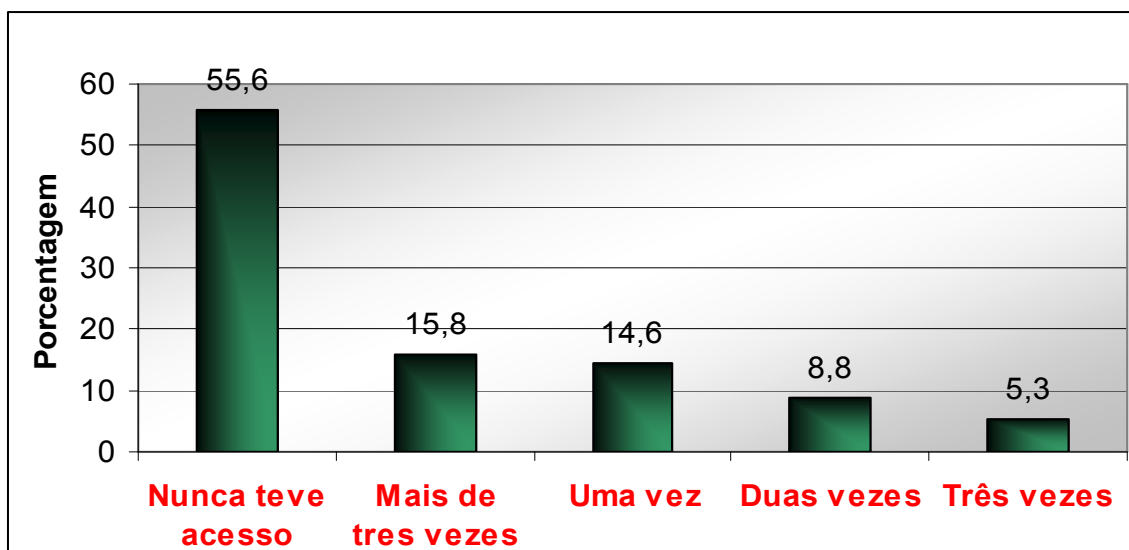
Fonte: Diagnóstico sócio-econômico dos grupos de produção – ano de 2005 (APAT, 2006).

Figura 7 – Tamanho da terra das famílias fornecedoras da APAT.



Fonte: Diagnóstico socioeconômico dos grupos de produção – ano de 2005 (APAT, 2006).

Figura 8 – Relação com a terra das famílias fornecedoras da APAT.



Fonte: Diagnóstico sócio econômico dos grupos de produção – ano 2005 (APAT, 2006).

Figura 9 – Acesso ao PRONAF pelas famílias de agricultores familiares de Tombos e Pedra Dourada.

Pode-se perceber, analisando a Figura 7, o elevado percentual (55,4%) de propriedades com área até 10 hectares. Ou seja, considerando as características da agricultura local e a diversificação da produção como estratégia de sobrevivência da pequena agricultura de Tombos, o aumento da renda assim como o acesso à terra própria acaba limitado pelo tamanho reduzido das propriedades.

(...) eles [agricultores] não têm terra pra sobreviver, pra poder desenvolver, para acontecer o desenvolvimento, porque você tem uma grande parte que ela [a família] tem um pedacinho de terra, só que não dá para a família. Ele [agricultor] tem o trequinho de terra dele, só que ele tem que arrendar ou fazer parceria (Margarida Pinheiro, entrevista concedida em 17/07/2008).

Porém, estes dois fatores apontados acima: quase 80% das famílias fornecedoras da APAT com renda mensal igual ou abaixo de dois salários mínimos, e o também elevado percentual de aproximadamente 50% de famílias de agricultores não proprietárias de terras, não explicam por si só o alto índice de 55,6% das famílias fornecedoras da APAT que nunca acessaram o Pronaf (Ver Figura 9) até o ano de 2005. De acordo com a diretora da AMART, a questão cultural ("o medo de se endividar no banco") era o principal fator de resistência das famílias em acessar o Pronaf. Porém, segundo o presidente da APAT, com o trabalho de conscientização e formação dos agricultores e a mediação entre os tomadores do empréstimo e as agências bancárias feito pelas três entidades: AMART, APAT e STR, atualmente 80 a 90% dos agricultores do município de Tombos acessam o Pronaf⁸².

(...) a grande maioria tem acesso ao Pronaf. Às vezes tem alguns que não têm, tem investimento que demora mais (...) O quê que nós vamos fazer... nós vamos liberar uma pessoa pra fazer o Pronaf aqui [na Apat, em acordo com a agência bancária do Banco do Brasil de Porciúncula]. Por exemplo, aí só faz pra [Pronaf] Custeio. Nós vão tentar também pro [Pronaf] Investimento. Porque o grande interesse nosso é o projeto de investimento. Porque o sujeito vai fazer um curral, cuidar do leite, ele pode fazer uma casa, melhorar a moradia, ele pode fazer uma outra infra-estrutura qualquer, uma instalação... É um Pronaf mais interessante. [Pronaf] Custeio é mais aquela rotina do ano, né. Então, o Pronaf... o recurso tem bastante aplicação, que é alto a aplicação do Pronaf. Ainda tem muito onde conquistar espaço (Derli Pinheiro, 17/12/2007).⁸³

⁸² Outro fator que impedia o acesso dos agricultores familiares ao Pronaf, segundo Margarida Pinheiro, estava relacionado à burocracia por parte de uma das agências bancárias do Banco do Brasil – o repasse dos recursos do Pronaf aos agricultores de Tombos é feito pelas agências do BB de Porciúncula-RJ e Carangola-MG – retardando em até dois anos a liberação dos recursos do Pronaf-Mulher. Problema este, segundo a presidente da Amart, já resolvido.

⁸³ Para fins do crédito do Pronaf as famílias são enquadradas nos Grupos "A", "A/C", "B", "C", "D" e "E". Essa classificação leva em conta a renda bruta anual gerada pela família, o percentual dessa renda que veio da atividade rural, o tamanho e gestão da propriedade e a quantidade de empregados na unidade familiar. Para cada grupo do Pronaf existe um conjunto de linhas de crédito, com condições de acesso e valores diferenciados, garantindo-se assim uma maior proximidade da capacidade de

A relação entre investimento e posse (com título de propriedade) da terra pode ser mais explicitada nas palavras do presidente do STR, Giovane Bruzinga e do presidente da APAT, Derli Pinheiro, respectivamente:

Se você tem a terra, você tem como investir. Nós temos hoje um grande problema, não só no nosso município, mas isso é no país todo, a questão do Pronaf. Por quê? (...) Você [o Pronaf] tem o dinheiro, você empresta pra ele [o meeiro], ele vai, investe na lavoura, mas a lavoura não é dele. Então, como é que ele consegue!? Ele tá endividado no banco, investindo numa terra que não é dele. Isso, então, acaba criando um problema, porque amanhã, se ele não tiver mais um serviço, o dono pede o serviço, ele não tem na lavoura, e tem a dívida do banco pra pagar. Eu acho assim, uma das maiores demanda hoje, é a questão da terra (Giovane Bruzinga, entrevista concedida em 06/12/2007).

Olha, eu vou te falar que quem é proprietário, que tem a posse da terra, eu vou falar a verdade que... dentro da agricultura familiar [em Tombos] é menos de 50% que tem a terra. (...) Eu acho que com aqueles dados [se referindo ao diagnóstico da Apat de 2005] dá pra você extrair alguma coisa... que nós ficamos assustado. Até nós tamo apostando no crédito fundiário por essa razão. Porque quando você fala em agricultura familiar, o parceiro também é agricultor familiar. Então, o que acontece: o agricultor familiar, o meeiro, o arrendatário, o cara que não tinha a posse da terra, mas ele é agricultor familiar. Mas na hora que nós fomos fazer o diagnóstico, nós fomos perceber que nós trabalhamos com uma massa muito grande, por causa da lavoura de café, porque a região... tem a parceria... o cara que tem um pedacinho, o cara tem uma pequena propriedade de terra, ele tem três, quatro trabalhando com ele. Na hora que você vai fazer uma soma geral, a maioria ainda é sem terra. Portanto, a nossa luta... porque aqui não é uma área de reforma agrária... A nossa luta, hoje, é uma luta pelo crédito fundiário. É uma coisa que ainda tem que avançar muito, e precisa avançar... a questão da posse da terra. A posse da terra dá uma segurança pra uma pessoa (...) E até nós que faz o planejamento de produção da Apat, nós sentimos, assim, estabilidade. Na hora que nós chegamos no pequeno proprietário, a comunidade que é mais de pequeno produtor, nós conseguimos fazer um planejamento. Na hora que nós chega num parceiro, nós temos dificuldade. Não depende só dele, depende de um terceiro, entendeu? Então, assim, até na hora de implementar um trabalho que nós planejamos pra ele... A posse da terra é uma questão... é um fator que precisa ser trabalhado (Derli Pinheiro, entrevista concedida em 17/12/2007).

Considerando a agricultura familiar como um conjunto de políticas que procura encontrar na agricultura solução para o problema da pobreza rural, se torna premissa básica das políticas para este setor, a elevação da renda e o acesso à propriedade da terra das famílias agricultoras. Particularmente no caso de Tombos e Pedra Dourada este vem a ser o principal desafio a ser enfrentado tanto pela APAT e AMART, como pelas diferentes esferas de poder – principalmente a municipal – na formulação de políticas específicas para este

endividamento da família com as alternativas de financiamento de sua produção (Plano Safra 2007/2008 - condições do crédito rural do Pronaf - Disponível em www.pronaf.org.br. Acesso em 01/08/2008). De acordo com Margarida Pinheiro, os agricultores de Tombos acessam as seguintes modalidades de Pronaf: Pronaf C (custeio), Pronaf D (investimento), Pronaf-Agroecologia, Pronaf-Mulher e, com menos acessos, o Pronaf E (destinado aos agricultores de maiores rendas). Uma descrição mais detalhada dos Grupos e Modalidades do Pronaf se encontra no Anexo: "Plano Safra 2007/2008 - Condições do Crédito Rural do Pronaf", no final deste trabalho.

segmento de agricultores familiares, que compõem o grosso da população rural desses dois municípios, que são os maiores fornecedores de produtos para a APAT e AMART.

A partir desse contexto, além do premente acesso à propriedade da terra e da elevação da renda dessas famílias, a APAT aponta como solução das “dificuldades mais presentes”, investimentos mais intensivos e sistemáticos na formação, capacitação, e assistência técnica, “com metodologias diferenciadas dos processos convencionais de formação de agricultores, respeitando o saber popular dos agricultores familiares” (APAT, 2006). Com esses procedimentos, a Associação espera criar as condições necessárias para a permanência dos produtos da agricultura familiar nos mercados já acessados, e a busca de novos mercados pra inserção dos produtos a nível regional e estadual.

Então, assim, esse é o desafio: fazer a formação e dentro da lógica que nós trabalhamos a agricultura hoje, de produzir, industrializar, comercializar, isso é uma discussão pra... que só quem cuida disso é empresa. Quando você lida com uma agricultura aonde que a maioria, 80% dos agricultor não tem o poder de sentar num banco... de sala de aula, sempre foi taxado que você tinha que tá lá trabalhando e servindo quem tava cá [na cidade]. Então, é assim, isso é um desafio. Isso é uma mudança que você não faz ela rápido, entendeu? Que aí fazer uma agricultura do jeito que nós queremos, você precisa fazer um planejamento, você não faz qualidade de produto na indústria, você faz qualidade de produto lá na terra, na hora que você vai produzir a terra, desde da hora que você for tratar o solo, entendeu? Então, aí você precisa de planejamento, você precisa de mais conhecimento, aí cê tem que trabalhar com outros agricultor do jeito que ele é, respeitando o conhecimento dele (Derli Pinheiro, 17/12/2007).

A APAT também identifica uma série de limites em seu sistema de gestão atual decorrentes da complexidade dos processos de agroindustrialização e comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Nossos procedimentos gerenciais são insuficientes para responder as demandas dos empreendimentos. Requeremos formação específica, informação e profissionalização de um corpo gerencial. As estruturas atuais não são mais adequadas para o conjunto de atividades que realizamos, inclusive quanto ao aspecto da legalidade. As mudanças do código civil impõe o desenvolvimento de novas estruturas e processos para prosseguirmos comercializando a produção de forma coletiva no próximo ano fiscal – 2007 (APAT, 2006).

Dessa forma, segundo a APAT, a implantação de modelos de gestão apropriados a empreendimentos coletivos de base associativa serão de fundamental importância. Também, a implementação de processo de constituição de uma cooperativa de agricultores familiares como principal

estrutura empresarial para produção e comercialização agrícola na área de ação da Associação constituirá elemento importante da sua “estratégia de revitalização da economia solidária da região”.

Quando nós passamo pelo primeiro projeto, que foi 200 mil dólares, que naquela época, em 2000, era um projeto... de vulto, o pessoal... todo mundo queria ser sócio da Apat. Por que queria ser sócio da Apat? Por que acreditava no projeto da Apat? Ou que tinha uma estrutura da Apat? Ela não tinha nada, não tinha uma [caminhonete] pick-up. Depois nós adquiriu um [?], o Mercado [do Agricultor], nós construímo as agroindústria, nós temos dois caminhão, nós temos dois carro baixo. Então, ela tem uma estrutura. Então, tem muito agricultor que pensou assim... aí todo mundo queria ser filiado, do pequeno ao grande. Aí nós tivemos que fazer uma assembléia e falou assim: Olha, nós vamo limitar, ter essa formação e avançar mais com um quadro menor de sócio que nós temos hoje, 29 sócio; legalmente, 29 sócio, e nós temos 350 família cadastrada que produz, comercializa na Apat. Com a mudança agora pra cooperativa [a ser implantada provavelmente em 2009], vai mudar; essas família vai ser toda sócio. Porque na cooperativa, você comercializando, o cara primeiro tem que ser sócio da cooperativa, certo? Então, a nossa trajetória começa por aí. Aí, quem vem de fora e não souber a história... como foi pensado e a trajetória do que aconteceu, o cara pensa assim: “não, o pessoal pra ser sócio... entrando, por ser um grupo menor, eu [Derli] domino”. Não é isso. Porque se nós abrisse no momento que ela tava crescendo e fazendo a formação, talvez ela não teria a estrutura que tem hoje. Talvez teria entrado muito mais pessoas por interesse. Afinal, a pessoa tá entrando porque tá acreditando no projeto. Hoje nós tem condição de abrir 350 sócio, 350 família filiada (Derli Pinheiro, 17/12/2007).

Nesse processo (ou projeto) que a Associação denomina de “revitalização do movimento de organização da agricultura familiar na região de Tombos” – que também podemos chamar de processo de consolidação de sua emancipação social – faz-se necessário, segundo a mesma, a organização das bases produtivas por meio da “implantação de novas formas de organização dos agricultores em suas comunidades” a partir da organização do seu quadro social e da cooperativa a ser constituída, com a ampliação da infra-estrutura de suas agroindústrias, do Mercado do Agricultor e das famílias fornecedoras.

O que a gente pensa, e isso é a meta da Associação, dos movimento, dos grupo de trabalhador, de nós criar autonomia. Nós tamo sabendo que a gente não vai ter recurso de governo pra vida toda. Esse governo [federal] que tá lá tem o projeto da ATER, que nunca existiu [em um outro governo]. Hoje mesmo foi pré-aprovado outro projeto da APAT, tá lá na lista do MDA, cento e trinta mil [reais]. Mas até quando vai existir projeto da ATER? Que antes, assistência técnica era só Emater. E nós sabemo o desafio que é a Emater. Não sei se daqui a dois anos vamo ter aquele governo que tá lá, o outro pode mudar a linha. Isso é programa de governo, não é uma política pública, não há uma legislação que normatiza. A Conab: a Conab, hoje, é um risco. Nós tamo, hoje, no terceiro projeto da Conab, são mais de 300 família. Nós sabemo que nós tem que criar autonomia, nós queremos criar o mercado ao consumidor direto (...) Nós tamo trabalhando pra isso, criar a autonomia (...) Nós queremos montar a estrutura do café, que é dois pólos, que vai gerar um grande valor pra economia: que é o leite e o café, e também tem a cana, que é o terceiro, né, em volume de recurso. Na hora que a gente terminar o laticínio, chegar a um

teto de produção; o café, que nós vamos trabalhar, outro teto; a cana, que é outro teto, o restante da diversificação, ele vai acontecer (Derli Pinheiro, 17/07/2008).

Na implantação de seu parque agroindustrial, a partir do ano de 2002, a APAT decidiu pela implantação concomitante de vários setores, incluindo laticínio, fábrica de açúcar mascavo, cachaça, beneficiamento de café e processamento de grãos. Segundo a Associação, a demanda de capital para a implantação desta estrutura foi inicialmente subestimada, levando à necessidade de captação de novos recursos e conseqüente prolongamento do prazo para conclusão da fase de construção das instalações. Somente em 2005 foi iniciado o processamento de leite, sendo que a torrefação de café está prevista para começar a partir do ano de 2009. De acordo com a APAT, todos os sistemas requerem aprimoramento de procedimentos, técnicas e tecnologia para assegurar uma produção de qualidade e viabilidade econômica ao empreendimento, sendo necessários investimentos adicionais para a modernização dos sistemas agroindustriais já implantados, quais sejam: laticínios, processamento de café orgânico, produção de açúcar mascavo e cachaça, e processamento de grãos – arroz, feijão e milho (APAT, 2006).

Entretanto, segundo a APAT, a maioria dos agricultores familiares (associados e assistidos) se encontra ainda em fase de transição agroecológica, e a produção de café orgânico e o controle alternativo (incluindo a homeopatia animal) de doenças do gado estão entre os maiores desafios de geração e disseminação de conhecimento e tecnologia para atender a demanda em termos de qualidade e quantidade de produtos agroecológicos para os mercados que a Associação está inserida. Portanto, se torna indispensável, segundo a mesma, a organização de infra-estrutura de treinamento e a formação e capacitação dos agricultores como suporte a atividades de disseminação de conhecimento e de tecnologia.

Com o “Programa de Revitalização da APAT”, concebido em 2006, em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), e financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Associação visa ampliar (com previsão para o ano de 2009) suas ações para um público aproximado de 600 famílias de agricultores familiares “por meio da modernização do processo produtivo e de comercialização direta de seus

produtos, gerando emprego e renda nos municípios de Tombos e Pedra Dourada” (APAT, 2006). Para tanto, a viabilização deste projeto: a comercialização direta de seus produtos nos mercados local, regional e nacional, passa necessariamente pela implantação da cooperativa, a fim de diminuir a dependência da Associação em relação aos recursos do projeto da Conab, que totalizam mais de 70% da receita da APAT.

(...) Como nós tamo num processo de aprofundar bem a questão da cooperativa, nós temos uma consciência disso: que [entre] uma cooperativa, [e] uma associação tem um diferencial muito grande. Com a Apat, nós trabalhamos com sócio e não sócios. O único critério é não pôr veneno. É o único critério básico. Se pôr veneno, não entra nem na Conab. (...) Se nós põe no estatuto que só participa [agricultor] agroecológico, nós já começa a limitar, e nós tem que entender que nós vamo pegar um processo e ele vai ter que crescer, senão nós vamo pensar pequeno (...) Nós colocamo no estatuto: agricultor familiar. Então, já limitou (...) mas nós sabe que 80% da população nossa [da agricultura de Tombos], nós vamo atingir. (...) [O projeto da Conab] são 320 famílias. Agora, se nós criar a cooperativa, nós somo obrigado a filiar as 320 família (...) Porque nós podemo fazer o inchaço da cooperativa e amanhã o projeto começa a ser desvirtuado. (...) Nós tamo num processo agora que nós temo que analisar como nós vamo nos enquadrar: a associação e a cooperativa (...) e com o projeto da Conab ainda; porque se não fosse o projeto da Conab, talvez dava até pra nós administrar (...), trabalhava só com o produtor de leite, com o produtor de café. Com a Conab, ela empurra de goela a baixo, porque o número de família é muito grande, e nós sabemo que o projeto da Conab é um projeto de risco. Eu não sei se ano que vem vai ter mais, apesar do governo tá injetando nessa área (...) Se nós pega o projeto da Conab agora, e cria a cooperativa, todos ia ter que filiar, querendo ou não querendo. (...) Você vai dando passo, esse é o processo (Derli Pinheiro, 17/07/2008)⁸⁴.

Segundo a APAT, os investimentos na modernização de suas agroindústrias significará a ampliação da capacidade de oferecimento de produtos industrializados em nível local, regional e interestadual, firmando-se como "referência de associativismo, produção e vendas de produtos agroecológicos" (APAT, 2006).

Adicionalmente aos resultados diretos na produção agroecológica, a Associação espera que as atividades do Programa promovam maior mobilização e sensibilização dos agricultores familiares para adesão ao associativismo, ao mesmo tempo em que estes serão multiplicadores dos benefícios alcançados com as práticas associativistas de produção

⁸⁴ A preocupação maior do presidente da APAT é que, ao contrário de uma associação, em uma cooperativa, devido às regras e normas mais rígidas, é muito mais difícil excluir aquele sócio não mais desejável ao Projeto do grupo. De acordo com o presidente da Apat, a intenção é incluir, além da Amart, as outras associações existentes no município – algumas dessas, já fornecem produtos para a Apat – na formação da cooperativa.

agroecológica e de comercialização direta de seus produtos após agregar-lhes valor (APAT, 2006).

APAT, AMART e STR ressaltam que a candidatura do presidente da APAT para cargo de prefeito municipal e alguns de seus representantes para a Câmara de Vereadores, no pleito de 2008, faz parte do projeto político dessas três entidades com o objetivo de "fortalecer o movimento popular, a agricultura do município e a administração pública"⁸⁵.

Nós do movimento popular, hoje, a gente tem gente filiada de todos os setores, e hoje nós tem apoiadores de todos os setores (...) O que unifica a nossa idéia é o projeto e não a sigla partidária. Porque antes, nós focamos muito na sigla partidária [PT]. (...) Uma coisa que a gente aprendeu é não ser usado (...) Desde da igreja, uma coisa que a gente aprendeu é não ser manipulado. Nós tem o nosso projeto (...) A gente sabe que a mudança, ela acontece a partir do município (...) Eu faço parte do Conselho de Economia Solidária, Ministério do Trabalho. Eu sei a quantidade de recurso que poderia tá entrando dentro de uma prefeitura, que a prefeitura é o maior canal. Infelizmente, o governo [federal], que é melhor que todos que já passou por lá, a maioria dos editais sai para a estrutura pública, não sai pros movimento sociais, e por ser até mais difícil fiscalizar, os recurso sai pra administração pública. O cara que tiver numa administração pública, hoje, que tiver sensibilidade dos movimentos sociais, movimento econômico, dentro dessa linha que acreditamos, o que você pode conseguir de recurso é muito grande (...) Hoje, você pode fazer emenda (parlamentar) pra associação, mas você sabe, o município [se referindo à prefeitura] é o canal pro dinheiro chegar dentro do movimento organizado (...) E a gente sabe se a gente chegar lá, a gente tem todo um processo a ser construído nessa área, e nós tem a clareza que quanto mais você abrir o leque de pessoas que adere ao projeto, ele vai se formar. Hoje, a gente tem consciência que uma associação sozinha não sobrevive, como um município sozinha não sobrevive (Derli Pinheiro, 17/07/2008).

⁸⁵ Porém, neste pleito de 2008, além de ver o sonho de assumir o Executivo municipal adiado por mais quatro anos, Apat, Amart e Sindicato também não conseguiram levar ao Legislativo municipal nenhum de seus candidatos ao cargo de vereador.

6. CONCLUSÃO

Esta pesquisa revelou que o processo de formação econômica da agricultura no município de Tombos, MG, desde a sua origem à etapa atual – que foi o centro das análises – acompanha as formas históricas recorrentes à ocupação do espaço territorial e econômico brasileiro nas bordas do Vale do Paraíba, ganhando seus contornos mais efetivos no decorrer da segunda metade do século XIX. Neste sentido pode-se afirmar que apresenta, desde os finais do século XIX e do século XX aos primeiros anos do século atual, dois momentos frisadamente distintos.

O primeiro, que se desenvolve desde a crise da mineração, nos finais do século XVIII, passando pelas profundas transformações econômicas e sociais do século XIX, estendendo-se até as duas últimas décadas do século XX, acompanha o processo da formação política e econômica do Brasil como uma Nação independente e seus primeiros passos no sentido da formação de uma economia Nacional. Este processo, fundado na expansão da agricultura cafeeira de exportação e das tentativas iniciais de recomposição e formação de uma agricultura mercantil de subsistência. Esta última voltada, por um lado, para o consumo das famílias produtoras; por outro, seu pequeno excedente era destinado ao abastecimento interno.

Este foi o panorama histórico e econômico que caracterizou, em linhas bem gerais, esse processo de formação da economia rural de Tombos e de sua formação social. É neste contexto e em função de suas determinantes, que

se poderá investigar as alternativas de re-organização da agricultura mercantil de subsistência, nas últimas décadas do século XX e na atualidade, que foi o objeto central deste estudo.

Foi tendo em consideração tais condições histórico-econômicas e sociais que neste estudo privilegiou-se, fundamentalmente, a análise do processo histórico-econômico da gênese e desenvolvimento desta forma de prática econômica na agricultura, tal como engendrada desde as duas últimas décadas do século passado, e que vem resultando num processo particular de estruturação de uma organização autônoma – no sentido de autocentrada do ponto de vista organizacional e operacional – em relação ao processo de reprodução econômica e social do município e da região.

Tratou-se, como ficou evidenciado nas análises desenvolvidas no corpo da Dissertação, de levantar, sistematizar e analisar as variáveis fundamentais que levou os “agricultores familiares” de Tombos a se organizarem em torno de um processo solidário e autônomo de suporte aos processos de produção e reprodução dos seus associados e assistidos. Isto significa que se formou um grupo organizado de agricultores familiares, que se reuniram e associaram com o objetivo fundamental de dar suporte e suprimento a todos os meios necessários à condução e gestão tanto do processo de produção agropecuária quanto da comercialização dos produtos resultantes deste processo.

É a isto que neste estudo se denomina de autonomia. E que nada tem a ver com o conceito muito utilizado no estudo deste tema de “*autarquia*” ou auto-suficiência. Autonomia, tal como utilizado o conceito neste trabalho significa, concretamente, o fato dos pequenos agricultores de Tombos, lutarem acirradamente para construir a sua própria estrutura de suporte à produção e reprodução econômico-social. No caso a APAT e a AMART, nascidos no interior do movimento concreto dos próprios pequenos agricultores.

Este fenômeno, por si só, já seria suficiente para justificar este trabalho de investigação.

Apesar da importância deste evento, pode-se afirmar que o mesmo representa apenas o início de um fenômeno muito mais importante e atual. A realização concreta de uma forma de auto-organização e revolucionamento (transformação) do movimento de base dos pequenos produtores rurais de

Tombos. Que se associam e instituem uma Organização Formal para conduzir diagnósticos econômicos e sociais, planificar e executar as atividades e ações que, nestes termos, definem como relevantes e necessárias ao seu próprio desenvolvimento. Isto é, deixam de sujeitar-se simplesmente aos diagnósticos e projetos feitos por especialistas e Órgãos de apoio e desenvolvimento, por mais “competentes” e “qualificados” que possam parecer. Isto significa a superação da submissão aos chamados serviços de “extensão rural” e “assistência técnica” pela conquista da autodeterminação de suas escolhas econômicas, técnicas e institucionais. Em suma, de suas formas de reprodução social e econômica.

Observe a relevância deste fenômeno: enquanto diversos órgãos de cunho “humanitário” e “progressista” buscam evidenciar a vantagem de sua busca de trabalharem no apoio aos “excluídos”, via metodologias e processos “participativos” (isto é, que contemplam aparentemente a participação dos beneficiários), os pequenos agricultores de Tombos, não sem uma luta acirrada, descartaram esses procedimentos “humanitários” e assumiram eles mesmos, a tarefa de escolher seus caminhos, projetos e atividades. Admitindo, inclusive – e inversamente – a “participação” de qualquer órgão e instituição que queira se engajar nesta ampla tarefa de conquistar o espaço na sociedade e no mercado. Ou seja, há uma inversão do processo de participação: agora são os órgãos e instituições que são chamados a participar do desenvolvimento da comunidade, não o contrário, como tem sido característico dos chamados processos de desenvolvimento participativo. Na prática isto significa que os pequenos agricultores associados à APAT/AMART assumem de forma autônoma a sua realidade efetiva no processo de reprodução econômico-social, redefinindo, para eles mesmos, a sua posição da divisão social e econômica do trabalho.

Esta é uma posição avançada e coerente do processo de participação e engajamento efetivo no processo de desenvolvimento social. Uma forma objetiva de compreender e de enfrentar, de forma autônoma e solidária, as próprias contradições e complementaridades da realidade social.

Como foi analisado no corpo deste trabalho, a trajetória desses pequenos agricultores e trabalhadores rurais culmina, em 1992, na fundação da Associação dos Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais de Tombos,

a APAT. Em seu projeto de “desenvolvimento local”, a APAT avança na edificação de outra entidade, a Associação das Mulheres Agricultoras e Trabalhadoras Rurais de Tombos (AMART) e articula-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Trata-se, portanto, de um processo da maior relevância, posto que traduz a concretude e objetividade de uma iniciativa endógena das camadas mais pobres da sociedade e da economia no sentido de conquistar a sua inclusão e reconhecimento. Uma verdadeira conquista de espaço econômico, social e político.

Histórica e socialmente, o início da organização dos trabalhadores rurais de Tombos, assim como ocorreu em outros municípios da região, surge com o trabalho de organização e conscientização promovido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em meados da década de 1970.

A década de 1980 – de profunda recessão econômica e ampliação da aplicação das leis trabalhistas aos trabalhadores e pequenos produtores rurais – será marcada pela expulsão das famílias de trabalhadores rurais, estas migrando para a periferia pobre da cidade e cidades vizinhas, lesadas em seus direitos, inclusive de propriedade e posse de terras.

A partir desse processo de expulsão do campo (e do trabalho da CEBs, sob a orientação da Comissão Pastoral da Terra – CPT), os trabalhadores, mais organizados fundam no ano de 1985, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tombos e Pedra Dourada (STR), iniciando sua atuação através da oficialização dos contratos de parceria e na defesa e representação dos trabalhadores rurais na busca de seus direitos trabalhistas.

Neste contexto, o desenvolvimento do trabalho do Sindicato, centrado na articulação das "comunidades" e no "trabalho de base", começa a alcançar vitórias que se materializam em conquistas para os trabalhadores, provocando o acirramento dos conflitos entre patrões e trabalhadores, resultando em despejos de famílias, perseguições de lideranças através de métodos como intimidação trabalhista, confrontos físicos e ameaças contra a vida destes e demais trabalhadores rurais.

A agudização destes conflitos, associada ao contexto da luta pela redemocratização funcionarão como uma forte alavanca para o desenvolvimento e organização dos movimentos sociais. Processos estes que

se tornaram muito mais complexos com o "apagar das cinzas" do regime autoritário, em 1985.

Como ficou evidenciado neste estudo, o contexto de abertura democrática e de participação popular, iniciado nos anos 1980, assim como a criação (no Governo do PSDB) e ampliação (no Governo do PT) de políticas governamentais específicas para "agricultores familiares", é um dos dados fundamentais para se compreender o desenvolvimento organizativo dos pequenos agricultores de Tombos. Muito particularmente a trajetória e atuação efetiva da APAT e da AMART no sentido da autodeterminação dos rumos e das escolhas políticas e econômicas consideradas fundamentais ao desenvolvimento desta categoria de produtores rurais, inclusive e, sobretudo a estruturação de suas estratégias de reprodução econômica e social: as formas de gestão e condução dos processos de produção e realização dos valores criados pelo trabalho deste grupo de produtores. Ou seja, a sua afirmação e autonomia enquanto pequenos produtores mercantis rumo à sua emancipação comercial, mercantil e social. Isto significa, na prática, o revolucionamento de suas condições materiais e subjetivas de produção. O que se tornou possível com a disponibilização do crédito especificamente voltado à "agricultura familiar", ampliando a antiga e superada visão da "pequena produção", para uma concepção mais ampla do processo de reprodução social dos agricultores de pequena escala: ao mesmo tempo indicando a sua condição de reprodução familiar e de agricultura mercantil simples. Ou seja, uma espécie particular, no capitalismo contemporâneo, de agricultores de subsistência e ao mesmo tempo mercantil e de pequena escala. É a este agricultor que se preferiu aqui a denominação, cientificamente mais objetiva, de mercantil-simples: ou seja, cujos excedentes são mercantilizados para complementar a subsistência da família. Que, portanto não excedentes sobre seu consumo.

Outro fato relevante e que foi destacado neste estudo refere-se à participação política desses atores sociais no processo de conquista do espaço político dentro do município.

Foi nesta conjuntura de luta por direitos e espaço econômico, social e político que, seguindo a orientação do grupo de sindicatos ligados à Associação Regional de Formação, que esses trabalhadores resolveram engajar-se, enquanto grupo organizado, no lançamento de candidatos ao

exercício de cargos eletivos municipais. Dado relevante desta iniciativa, como foi referido no texto da Dissertação, foi a atuação do grupo de dirigentes do sindicato rural de Tombos no processo de fundação, em 1985, do Partido dos Trabalhadores (PT). Tratava-se, naquele momento, de uma estratégia, segundo seu ex-presidente, Derli Pinheiro, de "ocupar o espaço político para fortalecer o movimento social" dos pequenos produtores rurais.

Como ficou registrado nas análises, este mesmo grupo que organizou a APAT e AMART, na seqüência, da luta pelos direitos dos pequenos produtores e na consecução de projetos de interesse desta categoria social, rompe com o Partido dos Trabalhadores. Como já havia rompido, com as ONGs e com a própria Igreja. Todo este processo, para assegurar a sua autonomia na condução do processo de emancipação e desenvolvimento dos pequenos produtores e produtoras rurais de Tombos.

Para concluir estas observações que foram objeto de estudo minucioso no corpo da Dissertação, chama-se a atenção para a particularidade da estratégia de reprodução econômica: ou seja, das formas de assegurar as condições materiais e subjetivas de produção e de realização (comercialização) dos produtos destes trabalhadores.

No primeiro momento, observe-se que a APAT-AMART procura objetivamente assegurar a redução dos custos de produção, promovendo a organização da aquisição conjunta de equipamentos e meios de produção e trabalho. Estritamente associada a esta iniciativa, que se traduz na redução dos "preços de produção" (pagos pelos produtores), as organizações atuam na investigação, estudo e formação dos agricultores para o exercício de suas diversas atividades. Finalmente, buscando parcerias, procuram a estruturação de projetos de desenvolvimento da produção em articulação com a organização de uma política de realização: estratégias de colocação dos produtos no mercado.

No âmbito destas estratégias está firmemente estabelecida a necessidade de aprimoramento da mão-de-obra; a escolha de um padrão de produtos (no caso, livre de agrotóxicos e comprometidos, efetivamente com alternativas agroecológicas) e, finalmente, no beneficiamento e na produção – ainda em grau manufatureiro e artesanal. Tudo isto levando o grupo à tomada de consciência e, daí a organização do processo de comercialização; em

particular pela iniciativa de estruturar uma rede de locais de venda e realização dos valores produzidos.

Este dado último, referente à comercialização, é fundamental para que o grupo de produtores possa além de produzir de forma organizada, autônoma e solidária, ter a possibilidade de apropriar-se dos valores excedentes produzidos. Esses excedentes são a fonte econômica de sua emancipação e enriquecimento. Além de contribuir para assegurar o acesso aos recursos públicos, especialmente ao crédito rural e outros recursos destinados a investimentos de caráter industrial e comercial, até então ao alcance apenas das camadas privilegiadas dos proprietários rurais, elevados, formalmente, a condição de “empresários rurais”, em novembro de 1964, com a aprovação, pelo Governo Militar do General Castelo Branco, do Estatuto da Terra.

Em síntese, estes são os resultados objetivos do processo histórico da reprodução econômico-social dos pequenos agricultores mercantis de Tombos. Que, evidentemente, tem sua força de trabalho efetivamente sustentada no trabalho da família. Mas que, efetivamente, requer a ampliação destas forças produtivas para atingir o nível de um conjunto efetivo de trabalhadores articulados através de suas organizações. O que, evidentemente, excede a capacidade individual das famílias de *per si* e, desta forma, explicam efetivamente, o sucesso do desenvolvimento autônomo destes produtores que, isoladamente, só têm a não-alternativa da exclusão social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Unicamp, 1992.

ALTAFIN, I.G. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Disponível em: <www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultu rafamiliar>. Acesso em: 20 mar. 2008.

ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS E TRABALHADORAS RURAIS DE TOMBOS – AMART. **Currículo institucional**. [s.n.t.].

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES E TRABALHADORES RURAIS DE TOMBOS – APAT. **Projeto de consolidação do desenvolvimento local sustentável em Tombos-MG**. Tombos, 2002.

BENSAÏD, D. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BOECHAT, M.C.C.R. **A ocupação da região de Carangola**: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas da Zona da Mata mineira na segunda metade do século XIX. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Food and Agricultural of Organization. **Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO**: novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

CAMPOS, A.P.T. **"Conquista de terras em conjunto"**: redes sociais e confiança – a experiência de agricultores e agricultoras familiares de Araponga-MG. 2006. 102 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, MG.

CARELLI, R. **Efemérides carangolenses – 1827-1959**. 2002. (Mimeogr.).

CARRARA, A.A. **Estruturas agrárias e capitalismo**: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: UFOP, 1999. (Mimeogr.).

CARRARA, A.A. **As zonas da Mata de Minas Gerais**. [s.n.t.]. (Mimeogr.).

CARVALHO COSTA, L.F. Fronteiras, território e formação urbana. In: LIMA, E.N.; DELGADO, N.G.; MOREIRA, R.J. (Orgs.). **Mundo rural**: configurações rural-urbanas – poderes e política. Rio de Janeiro: Mauad x Edur, 2007. p. 81-92.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAYANOV, A.V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. 1979.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xama, 1996.

COMERFORD, J.C. **"Como uma família"**: sociabilidade, reputações e territórios de parentesco na construção do sindicalismo rural na Zona da Mata de Minas Gerais. 2001. 485 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.

DURKHEIM, E. **A divisão social do trabalho**. São Paulo: Abril Cultural, 1994. (Coleção Grandes Pensadores).

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: USP/FDE, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 1996-1997**. Rio de Janeiro, 1997.

JONES, A.S. **Acumulação primitiva e cercamento dos campos na agricultura brasileira**: uma hipótese de trabalho. 1987. 245 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

JONES, A.S. **A política fundiária do regime militar**: do sistema sesmarial ao estatuto da terra. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Porto: Portucalense, 1972.

LAMARCHE, H. et al. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LAMAS, F.G. **Os primórdios do povoamento e da colonização da Zona da Mata mineira no século XVIII**. 2005. (Mimeogr.).

MAIRENA DURAN, R.F. **A participação dos atores sociais na formulação do plano de desenvolvimento rural no município de Tombos-MG**. 2001. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

MARQUES, D.C. **Uma análise sócio-jurídica da parceria rural em Ervália-MG**. 2007. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Livro 2, v. 2.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Livro 3, v. 6.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MEDEIROS, L.S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MERCADANTE, P. **Os sertões do leste**: estudo de uma região – a mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MERCADANTE, P. **Crônica de uma comunidade cafeeira**: Carangola – o vale e o rio. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990. (Coleção Reconquista do Brasil, 2).

NEVES, D.P. **A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional**: agricultura familiar – categoria de ação política. [s.n.t.]. (Mimeogr.).

OLIVEIRA, M.R. **Uma incursão numa região proibida**: a Mata mineira na primeira metade do século XIX. [s.n.t.]. (Mimeogr.).

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTIAGO, S.B. A colonização da Bacia Mineira do Paraíba através da civilização dos índios e da cultura do café. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO VALE DO PARAÍBA, 6, 1982, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora, 1982. p. 33.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SECRETO, M.V. A legislação sobre terras no século XIX. Definindo o conceito de propriedade. In: LIMA, E.N.; DELGADO, N.G.; MOREIRA, R.J. (Orgs.). **Mundo rural: configurações rural-urbanas – poderes e política**. Rio de Janeiro: Mauad X /Eduar, 2007. p. 39-56.

SMITH, A. **Riqueza das nações**. São Paulo: Ediouro, 1986.

SMITH, R. **Propriedade da terra & transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 363 p.

VEIGA, J.E. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. 2001.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1999.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
Departamento de Economia Rural

Projeto de Pesquisa de Mestrado em Extensão Rural – UFV

Linha de Pesquisa: Governança de Recursos Comuns e Desenvolvimento Sustentável

“Agricultura familiar” e reprodução social em Tombos (MG): análise de um processo emancipatório

Mestrando: Zenio Ferreira Eisenlohr

Orientador: Alberto da Silva Jones

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Entrevistado(a):

Local:

Data:

a) Com os agricultores

1. Geralmente os técnicos que trabalham com vocês – produtores rurais – costumam chamá-los de “agricultores familiares”; outros chamam de “pequenos agricultores”; e outros ainda de “agricultores de subsistência”... Considerando esses nomes, como você se definiria? Poderia explicar porque o senhor se define assim?
2. Você é proprietário da sua terra?
3. O que você produz; como você produz (modelo de produção); e para quem você produz (vende sua produção)?
4. Você saberia dizer o volume anual e o valor aproximado?
5. Você trabalha só com sua família ou contrata alguém para ajudá-lo no trabalho da roça?
6. Em que medida a sua família (quantos membros?; qual a faixa de idade dos membros?;) participa diretamente da produção e gestão da propriedade?
7. Você acha que se pudesse contratar trabalhador para sua roça, a situação seria melhor ou pior? Por quê?
8. Se contratar, como você faz o pagamento dessas pessoas?
9. Se dividir a produção, por que faz isso em vez de pagar em dinheiro?
10. A renda (anual) obtida com a produção cobre as necessidades da família e da propriedade? Você saberia dizer o valor anual?
11. Por que você se dedica a atividade agropecuária?
12. Em sua opinião, quais são as dificuldades, perspectivas e possibilidades dos pequenos agricultores e da sua família? O que está faltando para melhorar a situação do pequeno produtor?

13. Como você vê a atuação dos órgãos de governo em relação à agricultura familiar no município?: Governo Federal; Governo Estadual e Prefeitura municipal?
14. Qual a sua relação com os seguintes órgãos: PMT, EMATER, APAT, AMART e STR?
15. Como você definiria o pequeno agricultor de Tombos?

b) Com os representantes das organizações: STR, APAT e AMART

1. O que você identifica como “agricultura familiar” em Tombos? Poderia explicar por quê?
2. Como você caracteriza a “agricultura familiar” dentro do contexto econômico, social e político no município?
3. Agricultura familiar e agricultura de subsistência: que semelhanças ou diferenças o senhor vê entre ambas? Poderia explicar em poucas palavras?
4. Em sua opinião, quais são as perspectivas/possibilidades da “agricultura familiar” para o desenvolvimento econômico e social do município de Tombos?
5. Quais as principais limitações/entraves ao bom desenvolvimento da agricultura no município?
6. Como é o trabalho de vocês junto aos agricultores familiares? Ou seja, quais as principais atividades de apoio que são desenvolvidas? Por que estas e não outras? Que outras atividades o senhor acha que deveriam ser desenvolvidas? Por quê?
7. A quantas famílias vocês assistem/atendem/representam?
8. Quais as principais demandas (econômicas, sociais, políticas) dos agricultores familiares perante vocês e a outros (órgãos)?

9. Como os agricultores familiares respondem ao trabalho e projetos empreendidos por vocês?
10. Quais as principais dificuldades encontradas por vocês neste trabalho com os agricultores?
11. Como é a relação de vocês com os outros atores (EMATER, APAT, governos, etc.)? Como vocês vêem a atuação dessas outras instituições? Quais as principais dificuldades encontradas nesta relação?
12. Na avaliação de vocês, como está o financiamento da agricultura familiar no município? Poderia explicar sua resposta?
13. Como está sendo a destinação, aplicação e o alcance do PRONAF para o desenvolvimento da agricultura familiar no município?
14. Em relação à produção, quais as principais barreiras (físicas, econômicas, sociais e políticas) a uma melhoria da renda familiar e da própria condição de vida dos agricultores familiares?

APÊNDICE B

Tabela 1B – Plano de safra 2007/2008 – condições do crédito rural do PRONAF

GRUPO	PÚBLICO	MODALIDADE	FINALIDADE	CRÉDITO/TETO	JUROS	BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA (2)	PRAZO	CARÊNCIA
Pronaf A	Produtores (as) assentados (as) da Reforma Agrária ou beneficiários (as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF do INCRA.	Investimento	Estruturação dos lotes dos(as) assentados(as).	Até R\$ 16,5 mil + R\$ 1,5 mil p/ ater.	0,5% a.a.	De 45% se houver assistência técnica ou 40% nos demais casos aplicados em cada operação.	Até 10 anos.	Até 5 anos dependendo do projeto técnico ou até 3 anos nos demais casos.
Pronaf Grupo A Complementar	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional da Reforma Agrária – PNRA do INCRA, beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF que contrataram até 01/08/2002 e/ou beneficiários do Programa de Recuperação de Assentamentos – PRA do INCRA.	Investimento	Recuperação das Unidades Familiares dos(as) agricultores(as) assentados(as).	Até R\$ 6 mil.	1% a.a.	Não contempla.	Até 10 anos.	Até 3 anos.
Pronaf A/C	Produtores(as) egressos(as) do Grupo A ou do PROCERA.	Custeio (1)(3)	Custeio de atividades agropecuárias.	De R\$ 500,00 até R\$ 3,5 mil (até 3 operações).	1,5% a.a.	De R\$ 200,00 em cada operação, restrito a apenas um bônus por ano agrícola.	Até 2 anos.	Não se aplica.

Continua...

Tabela 1B, Cont.

GRUPO	PÚBLICO	MODALIDADE	FINALIDADE	CRÉDITO/TETO	JUROS	BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA (2)	PRAZO	CARÊNCIA
Pronaf B	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual de até R\$ 4 mil.	Investimento e custeio no caso da mamona para o Programa Nacional do Biodiesel	Investimento para atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no meio rural e custeio da mamona para o Programa Nacional do Biodiesel.	Até R\$ 1,5 mil por operação.	0,5% a.a.	De 25% aplicados em cada operação até o valor acumulado financiado de R\$ 4 mil. Após o limite de R\$ 4 mil, operações sem bônus de adimplência.	Até 2 anos.	Não se aplica.
Pronaf C	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 4 mil e até R\$ 18 mil.	Investimento (5) e Custeio (1)(3)(4).	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.	Investimento: de R\$ 1,5 mil até R\$ 6 mil Custeio: de R\$ 500,00 até R\$ 5 mil	Investimento: 2% a.a. Custeio: 3% a.a.	Investimento: R\$ 700,00 por produtor(a); (até 2 operações) Custeio: R\$ 200,00 por produtor(a); (até 6 operações)	Investimento: até 8 anos. Custeio: até 2 anos.	Investimento: até 5 anos.
Pronaf D	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 18 mil e até R\$ 50 mil.	Investimento (5) e Custeio (1)(3)(4)	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.	Investimento: até R\$ 18 mil Custeio: até R\$ 10 mil	Investimento: 2% a.a. Custeio: 3% a.a.	Não contempla.	Investimento: até 8 anos. Custeio: até 2 anos.	Investimento: até 5 anos.
Pronaf E	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 50 mil e até R\$ 110 mil.	Investimento (5) e Custeio (1)	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.	Investimento: até R\$ 36 mil Custeio: até R\$ 28 mil	5,5% a.a.	Não contempla.	Investimento: até 8 anos. Custeio: até 2 anos.	Até 5 anos.

Continua...

Tabela 1B, Cont.

GRUPO	PÚBLICO	MODALIDADE	FINALIDADE	CRÉDITO/TETO	JUROS	BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA (2)	PRAZO	CARÊNCIA
Pronaf Agroindústria	Produtores (as) familiares, cooperativas e associações que desejam beneficiar ou industrializar a produção.	Investimento	Investimento para implantação de pequenas e médias agroindústrias ou ampliação, recuperação e modernização de unidades agroindustriais.	Até R\$ 18 mil	2% a.a. para os Grupos A/C, B, C e D. 5,5% a.a. para o Grupo E.	Não contempla.	Até 8 anos. Até 16 anos no FNE, FNO, FCO.	Até 5 anos.
Pronaf Custeio - agroindústrias familiares e de comercialização da agricultura familiar	Produtores (as) familiares, cooperativas e associações que desejam beneficiar ou industrializar a produção.	Custeio	Custeio para beneficiamento, industrialização e comercialização da produção.	Crédito Individual: até R\$ 5 mil Crédito formas associativas: até R\$ 2 milhões	4% a.a.	Não contempla.	Até 12 meses.	Não se aplica.
Pronaf Cota-Parte	Agricultores(as) familiares filiados(as) à cooperativas de produção de produtores rurais.	Custeio, investimento e capital de giro	Integralização de cotas-partes, aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.	Crédito Individual: até R\$ 5 mil	4% a.a.	Não contempla.	Até 6 anos para investimento fixo. Até 3 anos nos demais casos.	A ser definido no projeto
Pronaf Mulher	Mulheres agricultoras independente do estado civil.	Investimento (uma única operação de crédito)	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora.	Grupos A, A/C e B: até R\$ 1,5 mil Grupo C: até R\$ 6 mil. Grupo D: até R\$ 18 mil Grupo E: até R\$ 36 mil	Grupos A,A/C e B: 0,5% a.a. Grupos C e D: 2% a.a. Grupo E: 5,5% a.a.	Grupos A,A/C e B: de 25% sobre cada parcela. Grupo C: R\$ 700,00 por produtora.	Grupos A, A/C e B: até 2 anos. Grupos C, D e E: até 8 anos.	Grupos C, D e E: até 5 anos.
Pronaf Jovem	Jovens agricultores(as) familiares, entre 16 a 29 anos, que tenham no mínimo 100 horas de cursos ou estágios.	Investimento (uma única operação de crédito)	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse do(a) jovem agricultor(a) rural.	Até R\$ 6 mil	1% a.a.	Não contempla.	Até 10 anos.	Até 5 anos dependendo do projeto técnico e até 3 anos nos demais casos.

Continua...

Tabela 1B, Cont.

GRUPO	PÚBLICO	MODALIDADE	FINALIDADE	CRÉDITO/TETO	JUROS	BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA (2)	PRAZO	CARÊNCIA
Pronaf Convivência com o Semi-Árido	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos: A, A/C, B, C ou D.	Investimento	Investimento em infraestrutura hídrica (50% do valor) e demais infra-estruturas de produção agropecuária.	Até R\$ 6 mil	1% a.a.	Não contempla.	Até 10 anos.	Até 3 anos.
Pronaf Floresta	Agricultores(as) familiares dos Grupos: A, A/C, B, C ou D.	Investimento	Implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável e plano de manejo e manejo florestal.	Recursos do FNE, FNO, FCO (6), Grupo B: até R\$ 2 mil Grupo C: até R\$ 8 mil Grupo D: até R\$ 12 mil Recursos dos Fundos para outras finalidades ou recursos das demais fontes Grupo B: até R\$ 1,5 mil Grupo A, A/C e C: até R\$ 5 mil Grupo D: até R\$ 7mil	2% a.a.	Não contempla.	FNE, FNO, FCO: até 16 anos. Outras Fontes: até 12 anos.	Até 8 anos.
Pronaf Agroecologia	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos: C ou D ou E, que desenvolvam sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos.	Investimento	Investimento para implantação dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos.	Grupo C: até R\$ 6 mil Grupo D: até R\$ 18 mil Grupo E: até 36 mil	Grupos C e D: 2% a.a. Grupo E: 5,5%a.a.	Não contempla.	Até 8 anos.	Até 3 anos.

Continua...

Tabela 1B, Cont.

GRUPO	PÚBLICO	MODALIDADE	FINALIDADE	CRÉDITO/TETO	JUROS	BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA (2)	PRAZO	CARÊNCIA
Pronaf ECO Sustentabilidade Ambiental	Agricultores familiares enquadrados nos Grupos C, D ou E.	Investimento	Investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e silvicultura.	Grupo C: até R\$ 6mil Grupo D: até R\$ 18mil Grupo E: até R\$ 36mil	Grupos C e D: 2% a.a. Grupo E: 5,5% a.a.	Não contempla.	Até 12 anos para projetos de silvicultura e até 8 anos nos demais casos.	Até 8 anos para projetos de silvicultura e 3 anos ou até 5 anos nos demais casos, dependendo do projeto técnico.

Fonte: Plano de safra 2007/2008 – Condições do crédito rural do PRONAF. Disponível em www.pronaf.org.br.

Quanto às garantias – consulte o Banco, pois há casos em que não são exigidas garantias, apenas garantia pessoal do produtor(a).

1. Nos casos dos custeios agrícolas é obrigatória a adesão ao PROAGRO MAIS, para o Grupo E, pode-se optar entre o Proagro e o Proagro Mais.
2. O(A) produtor(a) somente fará jus ao bônus se pagar as parcelas do financiamento em dia.
3. Os limites de crédito de custeio podem ser elevados em 30% quando destinados as lavouras de arroz, feijão, mandioca, milho e trigo.
4. Os limites podem ser ampliados em 50% para projetos de bovinocultura de corte ou de leite, bubalinocultura, carcinicultura, piscicultura, fruticultura, olericultura e ovinocaprinocultura, avicultura e suinocultura desenvolvidas fora do regime de parceria ou integração com agroindústrias; sistemas agroecológicos ou orgânicos de produção.
5. Os limites podem ser ampliados em 50% para projetos de bovinocultura de corte ou de leite, bubalinocultura, carcinicultura, piscicultura, fruticultura, olericultura e ovinocaprinocultura e em projetos de infra-estrutura hídrica, inclusive aquelas atividades relacionadas com projetos de irrigação e demais estruturas produtivas que visem dar segurança hídrica ao empreendimento; avicultura e suinocultura desenvolvidas fora do regime de parceria ou integração com agroindústrias; sistemas agroecológicos ou orgânicos de produção; atividades relacionadas com o turismo rural; aquisição de máquinas, tratores e implementos agrícolas, veículos utilitários, embarcações, equipamentos de irrigação, equipamentos de armazenagem e outros bens dessa natureza destinados especificamente à agropecuária, exceto veículos de passeio.
6. Exceto para os Grupos A e A/C
7. Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF: Garantia de preços para os agricultores(as) familiares que acessaram os créditos de custeio a partir da safra 2006/2007 para a produção de milho, mandioca, arroz, feijão, soja e leite.

APÊNDICE C

Tabela 1C – Tombos-MG: número de estabelecimentos por estratos de área – categorias familiares por tipo de renda e patronal

Categorias	Total (número)	Menos de 5 ha		Entre 5 e 20 ha		Entre 20 e 50 ha		Entre 50 e 100 ha		Mais de 100 ha	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
TOTAL	534	73	13,7	220	41,2	127	23,8	59	11,0	55	10,3
Total familiar	352	67	19,0	171	48,6	85	24,1	24	6,8	5	1,4
Maiores rendas	56	6	10,7	23	41,1	18	32,1	6	10,7	3	5,4
Renda média	112	14	12,5	52	46,4	34	30,4	11	9,8	1	0,9
Renda baixa	59	14	23,7	28	47,5	16	27,1	1	1,7	0	0,0
Quase sem renda	125	33	26,4	68	54,4	17	13,6	6	4,8	1	0,8
Patronal	182	6	3,3	49	26,9	42	23,1	35	19,2	50	27,5

Fonte: Convênio INCRA/FAO (2000). Elaboração a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE (1995/96).

Tabela 2C – Tombos-MG: área por estratos de área – categorias familiares por tipo de renda e patronal

Categorias	Total (ha)	Menos de 5 ha		Entre 5 e 20 ha		Entre 20 e 50 ha		Entre 50 e 100 ha		Mais de 100 ha	
		ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
TOTAL	25.440	183	0,7	2.475	9,7	4.152	16,3	4.163	16,4	14.437	56,8
Total familiar	7.007	169	2,4	1.869	26,7	2.681	38,3	1.621	23,1	667	9,5
Maiores rendas	1.562	12	0,8	243	15,6	588	37,6	368	23,6	351	22,5
Renda média	2.723	40	1,5	577	21,2	1.127	41,4	772	28,4	208	7,6
Renda baixa	865	37	4,3	310	35,8	459	53,1	59	6,8	0	0,0
Quase sem renda	1.855	80	4,3	739	39,8	507	27,3	422	22,7	108	5,8
Patronal	18.403	14	0,1	606	3,3	1.471	8,0	2.542	13,8	13.771	74,8

Fonte: Convênio INCRA/FAO (2000). Elaboração a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE (1995/96).

Tabela 3C – Tombos-MG: número e percentagem de estabelecimentos “familiar” e “patronal” por estratos de área

Categorias	Total (número)	Menos de 5 ha		Entre 5 e 20 ha		Entre 20 e 50 ha		Entre 50 e 100 ha		Mais de 100 ha	
		Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
TOTAL	534	73	13,7	220	41,2	127	23,8	59	11,0	55	10,3
Total familiar	-	67	13,6	171	32,0	85	15,9	24	4,5	5	0,9
Patronal	-	6	1,1	49	9,2	42	7,9	35	6,5	50	9,4

Fonte: Convênio INCRA/FAO (2000). Elaboração a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE (1995/96).

Tabela 4C – Tombos-MG: percentagem da área total ocupada pelos estabelecimentos “familiar” e “patronal” por estratos de área

Categorias	Total (ha)	Menos de 5 ha		Entre 5 e 20 ha		Entre 20 e 50 ha		Entre 50 e 100 ha		Mais de 100 ha	
		ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
TOTAL	25.410	183	0,72	2.475	9,7	4.152	16,3	4.163	16,4	14.437	56,8
Total familiar	-	169	0,66	1.869	7,3	2.681	10,5	1.621	6,4	667	2,6
Patronal	-	14	0,06	606	2,4	1.471	5,8	2.542	10,0	13.771	54,2

Fonte: Convênio INCRA/FAO (2000). Elaboração a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE (1995/96).